

O artefato como documento: práticas, desafios e caminhos possíveis

ALESSANDRA BARBOSA
ANA CAROLINA DELGADO VIEIRA
BRUNO DELMAS
CAMILLA CAMPOI DE SOBRAL
CARLOS ARI SUNDFELD
FELIPE ANDRADE BATISTA
GISELLE PEIXE
LUCILE SUIRE
PAULO DE FREITAS COSTA
PAULO ELIAN DOS SANTOS
RENATO DE MATTOS
SILVANA GOULART



PROMOÇÃO:

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O



PATROCÍNIO OURO



PATROCÍNIO PRATA



PATROCÍNIO BRONZE



REALIZAÇÃO

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

MINISTÉRIO DA
CULTURA



F U N D A Ç Ã O

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

O artefato como documento: práticas, desafios e caminhos possíveis

ALESSANDRA BARBOSA
ANA CAROLINA DELGADO VIEIRA
BRUNO DELMAS
CAMILLA CAMPOI DE SOBRAL
CARLOS ARI SUNDFELD
FELIPE ANDRADE BATISTA
GISELLE PEIXE
LUCILE SUIRE
PAULO DE FREITAS COSTA
PAULO ELIAN DOS SANTOS
RENATO DE MATTOS
SILVANA GOULART

2025



Copyright© 2025 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à
Fundação Fernando Henrique Cardoso – FFHC

Rua Formosa, 367 - 6º andar - Centro Histórico de São Paulo 01049-
911 – São Paulo – SP
Site: <https://fundacaofhc.org.br>

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte.

Projeto gráfico e Diagramação: Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O artefato como documento: práticas, desafios e caminhos possíveis
[recurso eletrônico] / organização Camilla Campoi de Sobral, Silvana
Goulart. – São Paulo : Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), 2025.

Vários autores.

Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br>

- (Coleção Acervo)

ISBN 978-65-87503-71-4

1. Arquivologia. 2. Organização de acervos. 3. Descrição arquivística.
4. Objetos – Contexto. I. Sobral, Camilla Campoi de. II. Goulart, Silvana.
- III. Título.

CDU – 930.25

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593



Sumário

07 Apresentação

- 13 À propos des archives et des objets, méditations d'un archiviste français

Bruno Delmas

- 26 Sobre arquivos e objetos, reflexões de um arquivista francês

Bruno Delmas

40 Questões jurídicas em torno de objetos em acervos presidenciais no Brasil

- 41 Artefatos em acervos presidenciais: imprecisões conceituais e ambiguidades legais

Renato de Mattos

- 59 Quando o passado vira patrimônio: regime jurídico dos acervos presidenciais no Brasil

Carlos Ari Sundfeld

70 Reflexões sobre o tratamento de objetos em acervos

- 71 La place des objets en service d'archives: un état des lieux des pratiques françaises

Lucile Suire

- 86 O lugar dos objetos nos arquivos: um panorama das práticas francesas

Lucile Suire

- 102 Acervos de instituições científicas e cientistas: entre cadernos de laboratório, coleções biológicas e microscópios

Paulo Elian dos Santos

- 119 Nos caminhos de Ema Klabin

Paulo de Freitas Costa

127 Os desafios da nomeação de objetos na organização de acervos

- 128** Uma museóloga dentro do arquivo: a experiência com o acervo de objetos da Fundação Fernando Henrique Cardoso
Giselle Peixe
- 138** Os arquivos e a riqueza material dos objetos
Silvana Goulart

154 Conservação de objetos em acervos

- 155** Objetos em arquivos: desafios para a preservação da materialidade
Alessandra Barbosa
- 168** O legado tóxico dos tratamentos do passado: pesticidas em acervos e os desafios contemporâneos da conservação
Ana Carolina Delgado Vieira
- 187** Os objetos têxteis como documento: o trabalho com o acervo de figurinos do Centro de Pesquisa Teatral (CPT)
Felipe Andrade Batista

198 Sobre os Autores

Apresentação

O Seminário Internacional *O artefato como documento: práticas, desafios e caminhos possíveis*, promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso em setembro de 2025, nasceu de uma inquietação compartilhada: compreender o estatuto documental dos objetos em instituições de guarda e pesquisa ao pensar a materialidade como forma legítima de inscrição da memória.

O encontro online reuniu juristas, pesquisadores, conservadores, museólogos e arquivistas do Brasil e do exterior para discutir o lugar dos artefatos na produção e preservação do conhecimento, examinando as fronteiras entre documento e objeto, prova e símbolo, materialidade e representação.

A conferência inaugural, ministrada por **Bruno Delmas**, professor emérito da École Nationale des Chartes, intitulada *Sobre arquivos e objetos*, abriu o seminário de forma precisa e inspirada. Logo no início, uma provocação: os documentos tradicionalmente conhecidos como “de arquivo”, os textuais, não são objetos como os outros? Para recuperar os processos, Delmas recorre à história do reconhecimento dos documentos de arquivo pela sociedade, o que contou com o auxílio precioso da diplomática; lembra o ponto de inflexão representado pela criação do conceito de fundo e descreve a diversificação dos documentos, em número e variedade de suportes, a partir da Revolução Industrial. Chega à nossa era, a da sociedade da informação e inventora de novas tecnologias, momento em que ocorre a perda de monopólio da história sobre o arquivo institucionalizado. A isso, contrapõe uma visão mais ampla das utilidades fundamentais dos arquivos percebidas no contemporâneo: provar, lembrar, identificar e conhecer. Analisa os desdobramentos

dessa amplitude no que tange à avaliação com o objetivo de descarte e alerta para os novos usos dos documentos e dados, a partir das tecnologias digitais e da inteligência artificial. Recomenda aos arquivistas de hoje uma lúcida expansão da sensibilidade para que possam acompanhar o seu tempo, tempo que traz um crescente interesse pelo potencial dos arquivos.

A primeira mesa do evento, dedicada às ambiguidades legais que envolvem acervos presidenciais brasileiros, reuniu **Renato de Mattos** e **Carlos Ari Sundfeld**, que analisaram, sob perspectivas complementares, as indefinições que marcam a fronteira entre o público e o privado nesses conjuntos documentais.

Em *Artefatos em acervos presidenciais: imprecisões conceituais e ambiguidades legais*, Renato de Mattos reconstitui o percurso normativo que instituiu o regime jurídico dos acervos presidenciais, da Lei nº 8.394/1991 ao Decreto nº 4.344/2002, e demonstra como suas lacunas seguem gerando controvérsias. Ao examinar episódios como o leilão de bens de João Figueiredo e as disputas recentes sobre presentes recebidos por Jair Bolsonaro, o autor evidencia como a ausência de critérios claros compromete a preservação da memória pública e favorece interpretações casuísticas.

Em *Quando o passado vira patrimônio: regime jurídico dos acervos presidenciais no Brasil*, o jurista Carlos Ari Sundfeld aprofunda a análise ao abordar o caráter híbrido desse regime, composto por acervos formalmente privados, mas de interesse público. O autor defende que o equilíbrio entre o direito de propriedade e o dever de preservação deve pautar-se pela estabilidade normativa e pela proteção da memória institucional, mais do que por critérios conjunturais ou de valor monetário.

As duas exposições convergem ao demonstrar que o debate sobre os acervos presidenciais ultrapassa a esfera jurídica, envolvendo também dimensões simbólicas, políticas e éticas. Ao problematizar a relação entre direito, patrimônio e memória, os autores reafirmam que os objetos presidenciais, sejam documentos, obras ou artefatos, integram de modo indissociável a história republicana e o patrimônio cultural de seu país.

A segunda mesa, *Reflexões sobre o tratamento de objetos em acervos*, reuniu experiências francesas e brasileiras que abordaram, sob diferentes perspectivas, o tratamento técnico e conceitual de artefatos em arquivos, museus e centros de memória.

Lucile Suire, do Arquivo departamental de Calvados, apresenta o resultado de uma pesquisa conduzida por mestrandos da Universidade de Angers sobre objetos em arquivos públicos franceses. A investigação pioneira, realizada por meio de questionários e entrevistas, levanta as práticas referentes aos objetos do ponto de vista dos arquivistas, que descrevem as circunstâncias da aceitação deles pelas instituições e como eles têm sido nomeados, descritos e conservados. As dificuldades encontradas pela falta de protocolos adequados são muitas vezes contornadas pela interlocução com os museus, e, se a relação entre arquivistas e objetos é hoje ambígua, não falta o reconhecimento do potencial desses itens para atrair o olhar da sociedade sobre os arquivos.

Paulo Elian dos Santos amplia o debate ao tratar da experiência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no tratamento de acervos provenientes de laboratórios, espaços de geração de conhecimento, produtos e serviços na área da saúde. O autor expande o nosso olhar ao enumerar a variedade de tipos documentais provenientes do ato da pesquisa: vão dos livros a coleções biológicas, herbários, equipamentos e artefatos, registros sonoros e audiovisuais – “objetos transdisciplinares” que exigem olhares livres e esforço de contextualização. Ele relata diversas situações concretas na Fiocruz e discute as possibilidades metodológicas e as dificuldades ainda impostas por fronteiras que se desejariam mais abertas para tratar de arquivos híbridos e complexos.

Encerrando a sessão, **Paulo de Freitas Costa** apresenta a coleção panorâmica de Ema Klabin, intrinsecamente ligada à instituição que a abriga, cujas peças cobrem um longo arco temporal, do século XIV a.C. ao século XX. Mais de 1.700 peças de arte e cultura e de 3.000 livros encontraram seu denominador comum na vida de uma mulher que transformou sua coleção particular em monumento público, fonte de estudo e fruição. O autor traça um histórico da curadoria, discute os sentidos do colecionismo, a relação das peças com a sociedade e delas entre si. E discorre sobre os rumos da Casa Museu, que se coloca no presente,

promovendo ações educativas e culturais, atenta às expectativas que o público projeta sobre ela e sobre sua coleção.

A terceira sessão, *Os desafios da nomeação de objetos na organização de acervos*, concentra-se na questão terminológica e epistemológica da nomeação, entendida como o ato de atribuir um nome que transforma a coisa em documento.

Em *Os arquivos e a riqueza material dos objetos*, **Silvana Goulart** parte do poema “As coisas”, de Arnaldo Antunes, para refletir sobre a materialidade como dimensão constitutiva da memória. A autora discute a abordagem contextual desenvolvida em parceria com Ana Maria de Almeida Camargo e demonstra, com exemplos do Acervo Presidente F. H. Cardoso, como os objetos, quando descritos segundo suas circunstâncias de produção e acumulação, revelam funções, relações e significados que ultrapassam sua materialidade.

Em diálogo com essa perspectiva, **Giselle Peixe** apresenta, em *Uma museóloga dentro do arquivo*, a experiência interdisciplinar da Fundação FHC na identificação e nomeação de seu acervo de objetos. Aplicando metodologias museológicas e tesauros especializados, a autora evidencia que nomear é um exercício investigativo que exige observação, pesquisa e interpretação. Ao adotar o princípio da função original proposto por Helena Dodd Ferrez, Peixe demonstra como a precisão terminológica e a padronização vocabular contribuem para integrar arquivologia, museologia e biblioteconomia numa prática informacional coerente.

Os textos dessa sessão ressaltam que a nomeação é mais que uma operação técnica: é um gesto de atribuição de sentido que situa o objeto em sua história e o inscreve na cadeia documental. A sessão propõe, assim, uma prática que une rigor técnico e sensibilidade interpretativa para reconhecer os objetos como testemunhos materiais da experiência humana.

A quarta mesa, *Conservação de objetos em acervos*, tratou da dimensão mais concreta e simbólica da preservação: a materialidade dos objetos e os desafios da manutenção da sua integridade ao longo do tempo.

Em *O legado tóxico dos tratamentos do passado*, **Ana Carolina Delgado Vieira** revisita a história dos pesticidas aplicados em acervos e propõe uma ética do cuidado que considere não apenas a integridade física dos objetos, mas também o respeito às histórias que neles persistem e a suas comunidades de origem.

Alessandra Barbosa, em *Objetos em arquivos: desafios para a preservação da materialidade*, transpõe a discussão para o campo arquivístico, defendendo a integração entre conservação e abordagem contextual. Inspirada na metodologia de *Tempo e circunstância*, de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007) propõe a distinção entre configuração lógica e material como forma de preservar simultaneamente as relações orgânicas e a integridade física dos conjuntos documentais.

Por fim, **Felipe Andrade Batista**, em *Os objetos têxteis como documento: o trabalho com o acervo de figurinos do Centro de Pesquisa Teatral (CPT)*, apresenta a experiência do Sesc Memórias no tratamento dos figurinos das peças do diretor Antunes Filho, revelando como o traje usado na cena teatral, é portador de memória estética e corporal. O detalhamento do processo de diagnóstico, higienização e catalogação ilustra a potência documental dos têxteis como registros da criação artística.

Essas três contribuições convergem para um mesmo princípio: conservar é compreender a trajetória do objeto, as transformações de seus materiais, deslocamentos institucionais e ressonâncias simbólicas. A conservação, longe de ser um gesto neutro, é um ato ético e político de escuta e responsabilidade.

Os textos reunidos neste volume compõem um mosaico plural de perspectivas sobre os artefatos enquanto documentos. Da análise jurídica de acervos presidenciais às práticas de conservação têxtil, passando pela reflexão sobre critérios de nomeação e pela interdisciplinaridade como via necessária para compreender a materialidade dos objetos, o conjunto revela a vitalidade e a atualidade das discussões em torno do estatuto documental dos artefatos.

Mais do que um tema técnico, o tratamento dos objetos nos convoca a reconhecer que nem toda prova é textual e que formas, gestos e matérias também são testemunhas de ações e relações. Ao lado de juristas, pesquisadores, conservadores, museólogos e arquivistas, reafirma-se aqui a potência dos objetos como portadores de sentido, atravessados por usos, funções e memórias.

Que as páginas seguintes, assim como os debates que lhes deram origem, inspirem o leitor a ver nos artefatos não apenas coisas, mas documentos que, ao persistirem, guardam em si os vestígios do tempo, da experiência e do humano.

**Camilla Campoi de Sobral
Silvana Goulart**

À propos des archives et des objets, méditations d'un archiviste français

Bruno Delmas

Comme introduction à ce séminaire, les organisateurs du présent colloque m'ont demandé de dire ce qu'évoquait pour moi l'importance des objets dans les archives.

J'emploie à dessein le mot "objet", de préférence à "artefact", mot latin, d'un usage récent qui certes est très utilisé internationalement, mais a de multiples sens, sans grands liens entre eux et me paraît moins clair qu'objet, terme plus général, d'usage ancien, et qui ne préjuge pas de la nature de ce que l'on étudie.

Ainsi formulé, le sujet suscite deux questions: les documents que l'on appelle traditionnellement archives, documents écrits, ne sont-ils pas des objets comme les autres?

De même, on trouve des objets écrits qualifiés d'archives qui n'en sont pas. Par exemple des revues médicales créées dans la seconde moitié du XIX^e siècle¹: *Archives de physiologie normale et pathologique* ; *Archives de tocologie, des maladies des femmes et des enfants nouveau-nés*; *Archives d'anatomie microscopique* ; *Archives d'électricité médicale*.

1. Archives de physiologie normale et pathologique (1868 à 1898), revue fondée par Charles-Edouard Brown-Séquard, Jean-Martin Charcot et Alfred Vulpian, faisant suite à *Journal de la physiologie de l'homme et des animaux*, devenu *Journal de physiologie et de pathologie générale*. *Archives de tocologie, des maladies des femmes et des enfants nouveau-nés* (1874 à 1896), revue fondée par le professeur Jean-Anne-Henri Depaul, devenue *Archives de tocologie et de gynécologie*.

Archives d'anatomie microscopique (1897 à 1939), revue fondée par E.-G. Balbiani (entomologiste et embryologiste) et L. Ranvier (anatomiste et histologiste), devenue *Archives d'anatomie microscopique et de morphologie expérimentale*.

Archives d'électricité médicale (1893 à 1939), revue absorbée par le *Journal de radiologie et d'électrologie*.

On constate ainsi un usage inapproprié du mot archives pendant un siècle, à cheval sur les xix^e et xx^e siècles. Cet usage est l'expression du prestige dont jouissent les archives puisque des savants l'utilisent pour capter leur image de confiance et de source fiable, et donner à leurs publications un label que la science est censée garantir.

Car à l'inverse sont apparus, au cours du temps, des objets qui ne sont pas des écrits et sont pourtant de véritables archives: datés, localisés, identifiés, décrits, classifiés et conservés. Par exemple, on peut citer les herbiers historiques du Jardin du roi².

Il y a deux perceptions de la même réalité archivistique: celle du papier écrit et celle de l'objet scientifique, et on n'imagine pas que les seconds, qui sont des objets, puissent être des archives.

Pourquoi? Pour le grand public, les utilités des archives sont réduites à une seule, comme le montre la définition des dictionnaires courants: "ensemble de documents anciens, rassemblés et classés à des fins historiques" (*Petit Robert*, éd. 2001), l'utilité historique accapare la perception que l'on a des archives.

Pourtant, dès le 3 janvier 1979, la loi en France donnait une définition des archives bien plus large: "Les archives sont l'ensemble des documents, quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, leur lieu de conservation, produits ou reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité. La conservation des archives est organisée dans l'intérêt public tant pour les besoins de la gestion et de la justification des droits des personnes physiques ou morales, publiques ou privées, que pour la documentation historique de la recherche."

Le législateur, lui, avait bien défini la nature des archives, « quels que soient leur forme et leur support matériel ». Mais le grand public a du mal à concevoir que support matériel comprend aussi les objets.

2. Au XVII^e siècle, les botanistes fondent et consultent les cabinets d'histoire naturelle. Ils annotent les échantillons et décrivent de nouvelles espèces.

En 2016, le législateur modifie la loi en ajoutant le support immatériel des données informatiques: "Les archives sont l'ensemble des documents, y compris les données, quels que soient ..." (loi du 7 juillet 2016).

Je propose de reprendre cette « méditation » par un rapide survol des principales étapes de cette évolution:

- les archives: des documents comme les autres? Une lente individualisation.
- la révolution scientifique du xvii^e siècle : la détermination du document d'archives par la diplomatique.
- la révolution industrielle des xix^e et xx^e siècles: l'immense développement et diversification des supports, l'invention du fonds d'archives et la définition des utilités.
- l'âge de l'information et des données: l'arrivée des technologies du numérique, l'abolition progressive des distinctions liées aux supports et aux usages, l'affaiblissement actuel de l'histoire au profit de la mémoire.

À l'origine, après la disparition de l'Empire romain à la suite des grandes invasions, ce qui fait foi en toute chose et en justice, c'est la parole du chef. Mais les institutions religieuses qui ont conservé selon la tradition romaine l'usage de l'écrit, prennent soin de demander que la décision qui les concerne soit aussi consignée par écrit selon la tradition romaine. La reprise de l'usage de l'écriture dans les chancelleries royales du haut-Moyen Âge, fait que l'écrit supplante le témoignage oral de la parole comme preuve. Les chartes écrites font progressivement foi en justice, tandis que l'usage des cartulaires, forme d'enregistrement des actes, en facilite l'usage et le souvenir.

Avec le développement des principautés et des royaumes, se sont multipliées aussi d'autres archives ainsi les documents judiciaires, mais

aussi les documents administratifs: tels les livres de comptes et les pièces comptables.

Sortant de l'âge féodal, c'est bientôt toute la société qui produit des documents pour son fonctionnement: établissements et ordres religieux, intendances provinciales et villes, nobles et commerçants Leur inventaire, leur rangement se font selon des méthodes simples et pratiques, résultats d'observations locales, ils s'améliorent au fil du temps et de la croissance de la masse. Souvent, les archives les plus importantes sont appelées « trésor des chartes » et sont conservées dans le même coffre ou conditions que des objets précieux et l'argent, le « trésor de la couronne » ou de la cathédrale par exemple.

Avec la Renaissance s'est développée la critique des textes: humanistes du Collège de France, savants réformés, moines de la congrégation de Saint-Maur qui se vouent à l'érudition ont besoin de démontrer la valeur intrinsèque de preuve des archives. Cette exigence intellectuelle aboutit à l'écriture par Dom Mabillon d'une méthode la diplomatique. Le *De Re Diplomatica* (1681) est le traité fondateur de la diplomatique des actes authentiques, continuée au milieu du XVIII^e siècle par Dom Tassin et Dom Toussaint qui élargissent la méthode et le rôle de preuve aux documents administratifs.

Cette méthode de critique des documents, fondée sur un certain nombre de caractères externes et internes de chaque document, consacre le document qui en dispose comme preuve, instrument de mémoire et source irréfutable de l'histoire.

À une époque où, depuis l'invention de l'imprimerie, l'écrit se banalise et se répand, la diplomatique confère aux archives (actes authentiques et documents administratifs) un statut particulier, une nature différente des autres documents écrits (livres, brochures, journaux...).

Cette méthode de critique diplomatique inspire bien d'autres domaines des sciences, en particulier les sciences naturelles et leurs objets.

La Renaissance c'est aussi l'époque des grandes découvertes: Nouveau Monde, remise en cause des connaissances établies (Galilée, 1564-1642), renouvellement des visions du monde. L'Observatoire de Paris (1667) multiplie les observations et consigne les archives de son travail d'observation.

À côté de ces révolutions, marins et voyageurs, savants mathématiciens et naturalistes rapportent des observations précisément consignées et des objets inconnus que l'on collecte, en particulier pour le Jardin du roi. Ces objets, minéraux, plantes, insectes, animaux, ethnographiques sont conservés, identifiés, décrits, classifiés (Linné pour les plantes), selon les principes comparables à ceux des archivistes, ces archives scientifiques (papiers ou autres objets) sont réunies pour écrire des histoires naturelles, par distinction avec l'histoire politique.

En France, la Révolution française supprime les institutions civiles et religieuses dont les biens sont saisis. Ces biens sont concentrés aux chefs-lieux des départements et répartis selon leur nature dans des dépôts de titres (archives), de livres, d'objets et sont envoyés aux archives départementales et municipales, aux bibliothèques municipales etc. À Paris, ils sont envoyés dans les grandes institutions royales épargnées, d'autres apparaissent selon les besoins et les nouvelles institutions: Jardin du roi (Muséum), Observatoire, Bibliothèque nationale, Archives nationales, elles bénéficient de ces confiscations et les agrègent à leurs collections et leurs classifications. En parallèle, d'autres institutions sont créées, ainsi en 1794 le Conservatoire national des arts et métiers récupère les objets scientifiques et techniques des cabinets de physique de l'aristocratie, voire des sociétés savantes.

Dans ce grand brassage de documents et d'objets, l'organisation des archives des départements approfondit la prise de conscience du caractère particulier des archives. La nécessité où se trouvent les archivistes départementaux de gérer des masses de documents comparables provenant de nombreuses institutions locales supprimées, impose à l'administration de trouver une méthode commune à tous ces services uniformes.

C'est ainsi que, sous la Monarchie de Juillet, entre 1839-1844, les archivistes conçoivent la notion du fonds d'archives. Un fonds d'archives est un ensemble constitué des documents provenant d'une même institution, d'une même personne. Cette notion permet de distinguer dans la masse des archives, arrivées dans les archives départementales, des sous-ensembles particuliers et facilite le traitement de la masse. Chaque fonds d'archives est traité individuellement, les documents qui le composent trouvent leur place dans les dossiers d'affaires³.

Ce principe a eu deux avantages, il a permis d'éviter que, avec une charte scellée, on coupe le sceau considéré comme un objet pour le mettre dans un musée et de ne conserver aux archives que le document écrit comme cela s'est longtemps pratiqué dans certains pays (Espagne). Le second avantage a permis de cesser de classer chaque document individuellement selon une classification théorique comme cela se faisait souvent à la fin du XVIII^e siècle et dans la première moitié du XIX^e siècle et de conserver ensemble les documents de même origine⁴.

C'est de cette manière que fut unifié le traitement des archives dans tous les départements de France, ce qui différencie radicalement les fonds des services d'archives des collections des bibliothèques et des musées. Ainsi, une pièce d'archives est non seulement un document diplomatique, mais aussi un élément indissociable d'un fonds d'archives et d'un seul. En ce sens ce n'est pas un objet fini à la différence du dossier, du fonds.

Le Jardin du roi (Muséum d'histoire naturelle) concentre des spécimens de minéraux, plantes, insectes et animaux ces "archives de la nature" dans des sortes de musées conservatoires.

Par exemple, les herbiers, les plus anciens sont rangés selon l'ordre suivi par leurs concepteurs, dans les ouvrages où ceux-ci ont décrit des plantes. Parmi ces grands auteurs on peut citer les fonds de plantes

3. Bruno Delmas, « Réflexions sur la normalisation et la coopération internationale, histoire et enjeux pour l'archivistique contemporaine » dans *Anais do 10º congresso Brasileiro de Arquivologia 1994*, Associação dos arquivistas brasileiros, São Paulo, 1998, Cédrom.

4. Bruno Delmas, « L'archivistique à l'épreuve de l'erreur et du temps », dans *L'erreur archivistique*, éd. par Cathy Schoukens et Paul Servais, (Actes de la sixième journée des archives, Louvain-la-Neuve, avril 2007), Louvain-la-Neuve : Académia Bruxlant, 2009, p. 51-71.

des botanistes Antoine, Bernard et Antoine-Laurent Jussieu, actifs au Jardin du roi pendant trois générations (1680-1789)⁵, Michel Adanson (1727-1806), Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), André Michaux (1746-1803), René-Louiche Desfontaines (1750-1833), Alexander von Humboldt (1769-1859) et Aimé Bonpland (1773-1858). On a donc conservé les fonds de ces savants. En revanche d'autres fois on a réparti les plantes selon des classifications méthodiques (Linné).

Ainsi les archivistes professionnels et les savants utilisent souvent des méthodes similaires pour authentifier leurs documents et leurs objets, chacun dans son domaine, pour des usages parfois identiques, parfois différents: l'action ou la connaissance.

Ce statut des archives (documents et fonds), cette méthode de traitement sont la source du développement de l'histoire rationnelle, méthodique, scientifique qui permettent de qualifier le xix^e siècle de « siècle de l'histoire ».

En revanche, ce succès universitaire ravale l'archivistique et la diplomatique au rang de « sciences auxiliaires de l'histoire » et assigne pendant un siècle et demi l'image et le rôle des archives au service de l'histoire et réduit toute ouverture des historiens universitaires vers d'autres documents, d'autres usages.

La Révolution industrielle du xix^e siècle touche les archives classiques avec la multiplication des supports (papiers et encres), des procédés de production et de reproduction des documents écrits, la création de documents d'archives nouveaux (photographie, enregistrement sonore, cinématographe). Les archivistes traitent ces documents au fur et à mesure de leur apparition dans les usages, mais les historiens positivistes considérant que l'histoire contemporaine devaient s'arrêter tant que vivaient des témoins, se privent ainsi d'une partie de ces documents d'archives nouveaux.

5. AUDELIN, Louise. Les Jussieu, une dynastie de botanistes au XVIII^e siècle (1680-1789). In: *Positions des thèses soutenues par les élèves de la promotion de 1987 pour obtenir le diplôme d'archiviste paléographe*, École nationale des chartes, Paris, 1987, p. 25-34.

La création d'une chaire d'archivistique contemporaine à l'École nationale des chartes en 1977 permet de formaliser ces évolutions au-delà de l'écrit traditionnel et de former les jeunes archivistes.

Toute une série de publications ponctuent la question de l'élargissement du domaine des archives. Ainsi, pour ne prendre que quelques exemples, c'est d'abord la multiplication des supports "Révolution industrielle et mutations administratives, l'innovation dans l'administration française au xixe siècle" ⁶, et surtout « Manifeste pour une diplomatique contemporaine »⁷, qui inclut tous les documents écrits, y compris les documents numériques (objets immatériels). Puis "Pour une diplomatique et une archivistique des documents audiovisuels d'actualité produits par les médias"⁸, ainsi que "Donner à l'image et au son le statut de l'écrit, pour une critique diplomatique des documents audiovisuels"⁹.

À côté de ces enseignements, on trouve une grande quantité d'études d'archivistes dans les introductions d'inventaires ou des éditions de documents inédits, souvent des correspondances et des journaux intimes, par des historiens qui participent aussi à cette diplomatique élargie¹⁰. Cette vision complète est consacrée dans l'article "De la diplomatique contemporaine à la diplomatique numérique. Retour sur l'expérience française"¹¹, qui fait la synthèse de cette ouverture

6. Bruno Delmas, « Révolution industrielle et mutations administratives, l'innovation dans l'administration française au xixe », *Histoire économie et société*, t. IV, 2e trimestre 1985, p. 205-232.

7. Bruno Delmas, « Manifeste pour une diplomatique contemporaine », *Gazette des archives*, 1er trimestre 1996, n°172, p. 49-70.

8. Bruno Delmas, « Pour une diplomatique et une archivistique des documents audiovisuels d'actualité produits par les médias », *Miscelanea in honorem Caroli Kecskemeti sub patrocinio Joannis Booms et Joannis Favier, a Francisco Daelemans edita, Archives et bibliothèque de Belgique*, n°54, 1998, p. 123-129.

9. Bruno Delmas, « Donner à l'image et au son le statut de l'écrit, pour une critique diplomatique des documents audiovisuels », *Bibliothèque de l'École des chartes*, t. 161, juillet-décembre 2003, p. 553-601.

10. Bruno Delmas, *Bibliographie du cours de Diplomatique de 1ère année*, 2008-2009, École des chartes, polycopié, 24 p. (environ 380 titres).

11. Bruno Delmas, « De la diplomatique contemporaine à la diplomatique numérique. Retour sur l'expérience française », *Panorama de l'archivistique contemporaine, évolution de la discipline et de la profession, Mélanges offerts à Carol Couture*. Québec (Ca), 2.015, PUQ, p. 261-287.

nécessaire pour le monde contemporain en y incluant en particulier les objets scientifiques et techniques.

Désormais, on ne met plus de frontière entre « archives » et « nouvelles archives », archives papier ou objets matériels, il n'y a que des objets ayant une même origine et une même finalité de conservation.

Mais de leur côté, les archives objets scientifiques, sont, sauf exception, toujours absentes de ces conceptions et souvent plus considérées comme documents de musée tout en restant objets de référence. Ainsi, le musée de la Matière médicale conservé à la Faculté de pharmacie de Paris est la référence nationale des principes actifs naturels de la pharmacopée en France.

Subsiste une zone d'incertitude, celle des usages¹². Face à l'explosion documentaire de la seconde moitié du xx^e siècle, la théorie des trois âges des archives, indispensable à la gestion de cette masse, a été définie par Yves Pérotin comme archives courantes, archives intermédiaires, archives historiques, et conception classique de l'histoire comme ultime utilité des archives. On lui substitué l'expression d'archives définitives.

Selon cette théorie, sont mises en valeur les utilités successives selon les âges des documents. Ce n'est pas leur utilité d'un moment qui définit les archives mais leur nature qui découle de leur définition. Selon les usages, les traitements des archives évoluent au cours du temps et font minimiser, voire oublier les utilités passées des documents. Ce biais a influencé négativement quand il s'est agi d'opérer des sélections parmi les documents, car une utilité prédominante à un moment donné conduit à négliger les autres et à déclarer de façon arbitraire inutiles d'autres documents qui sont alors détruits.

C'est pour cela que j'ai défini dans mon enseignement quatre utilités fondamentales des archives: prouver, se souvenir, s'identifier, connaître, ce qui permet une démarche plus rationnelle des éliminations¹³. Ainsi

12. Les nouvelles archives est le thème du congrès international des Archives de Paris en 1988.

13. Bruno Delmas, *La société sans mémoire, propos dissidents sur la politique des archives en France*, Paris, Bourin éditeur, 2006, 204 p. Bruno Delmas, *Arquivos para quê? : textos escolhidos*, tradução de Danielle Ardaillon, São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, 196 p.

se trouve complétées les caractéristiques et les méthodologies de traitement des documents (et objets) d'archives. Mais dès lors que l'on reconnaît aux archives, cette multiplicité d'utilités, ceux-ci, on vient de le voir, n'ont pas la même importance dans le temps. On ne saurait présager de l'évolution des utilités des archives dans le long terme. D'autant plus que le calcul intensif et l'intelligence artificielle nécessitent beaucoup de données et rendent utile ce qui était jugé, il y a peu, inutile, élargissant sans cesse les utilités. Les archivistes se trouveront bientôt en termes d'éliminations à gérer essentiellement les véritables et fausses redondances.

Mais revenons à l'histoire. Le décalage entre les archivistes et les historiens contemporanéistes a mis du temps à se combler. Avec l'histoire de l'école des *Annales* (années 1920), l'histoire contemporaine, nouvelle histoire, l'histoire du temps présent, l'histoire immédiate, l'histoire quantitative et toutes les histoires spéciales etc. sous l'effet du développement des sciences sociales, ont fait sauter le plafond positiviste qui refusait de prendre en compte les témoignages des contemporains. Mais aussi, l'histoire a perdu son monopole sur les archives. Les professions les plus diverses et les curiosités les plus inattendues y ont désormais recours tandis que, à la faveur du développement de l'informatique, les archives ont retrouvé leurs quatre utilités sociales et le terme archives retrouve sa place dans toutes les fonctions de conservation de la mémoire.

L'informatisation progressive de la société a, bien naturellement, eu d'autres effets sur les archives, d'abord comme outil pour les inventaires, puis la numérisation des documents, enfin le remplacement des archives natives en papier par des documents nativement numériques et la création de nouveaux documents imaginés à la faveur des possibilités croissantes des machines (statistiques par exemple). Très vite s'est posée la question de l'archivage de ces documents numériques pour les services publics comme pour les particuliers. Très vite on a parlé d'archives et d'archivage électronique à leur sujet, ce qualificatif n'était pas usurpé car les documents que l'on qualifiait ainsi étaient tous accompagnés de métadonnées, comparables, *mutatis mutandis*, aux caractères diplomatiques des documents traditionnels. Dès la fin des années 1970,

est lancé par les Archives nationales le projet Constance (Conservation et stockage des archives nouvelles constituées par l'électronique) pour garantir la pérennité des archives informatiques produites par l'État et les opérateurs publics; il est inscrit au schéma directeur informatique du ministère de la Culture et de la Communication dès 1980.

Plus on avance dans le temps, qu'il s'agisse par exemple de signature électronique ou de la conservation par tiers de confiance, des dispositifs se mettent en place pour toujours assurer les quatre utilités des archives. Ainsi toutes les barrières matérielles qui cloisonnaient les différents fonds d'archives sont abolies par le numérique (documents multimédias, représentation 3D des objets, imprimantes 3D). Les archives numériques réunissent sous un seul terme ce que la forme et l'utilité séparaient.

Mais c'est du côté de la recherche scientifique qu'il y a le plus de données numériques: les millions de données envoyées chaque jour par les sondes spatiales du Centre national d'études spatiales (CNES), le calcul intensif des supercalculateurs et des algorithmes des centres de données.

Il n'y a pas que les archives numériques, il y a aussi de nouvelles archives scientifiques. Par exemple les archives biologiques (virus etc.) des laboratoires. On trouve aussi les banques du sperme ou des ovocytes réglementairement détruits au décès du donneur, ce qui représente un archivage temporaire d'objets pour une utilité précise. Mais on parle aussi d'abolir cette clause pour les besoins de la recherche et de supprimer celle de la confidentialité, comme cela se passe pour les accouchements sous X et surtout par le développement incontrôlé des recherches par l'ADN (justice, familles). Dès lors, on se trouve devant des archives classiques mais avec des implications éthiques nouvelles considérables.

Comment résoudre ce paradoxe: subir une avalanche exponentielle de données pour les besoins des applications de l'intelligence artificielle (IA) au bénéfice de la science et de l'économie, bref des utilités des archives, ce qui implique en même temps de devoir conserver le maximum de données. Les centres de données (*data centers*) croissent,

de plus en plus nombreux et de plus en plus coûteux notamment en consommation d'électricité (2 à 3 % de la consommation mondiale).

La recherche sur la miniaturisation des mémoires informatiques se poursuit dans une compétition intense entre les industriels. Par exemple, une nouvelle technologie, DNA Drive, projet initié par deux chercheurs du CNRS et de l'université Paris-Sorbonne, ont travaillé sur des documents des Archives nationales pour mettre au point un nouveau support d'archivage pour les données numériques, une nouvelle technologie qui permet de stocker des données sur de l'ADN¹⁴: très stable, il peut conserver dans la durée de milliers d'années sans consommation d'énergie, plusieurs centaines de milliards de documents. Le référencement indispensable de ces milliards de documents est pour le moment l'obstacle majeur à l'utilisation de cette technologie et ne sera pas résolu avant de nombreuses années.

Au-delà de ces questions, au-delà de l'histoire, la société des réseaux sociaux, nourrie par le souvenir de passés lourds (colonisation, Shoah...) suscite des émotions collectives nouvelles qui réclament leurs archives et qui étendent le rôle des archivistes. La mémoire apparaît comme un nouvel usage du souvenir des archives¹⁵. La mémoire, non pas la mémoire institutionnelle, mais les éléments d'une commémoration collective, réclamée par l'opinion publique. La collecte traditionnelle des archives existantes se double d'une nouvelle collecte où l'archiviste public se trouve lui-même créateur d'archives par des entreprises dites "grandes collectes" pour les souvenirs individuels conservés par les familles des guerres mondiales, de Mai-1968... que l'on veut documenter par autre chose que les rapports administratifs ou la presse, le témoignage du peuple : enregistrements oraux, correspondances, objets etc., que les familles ont conservés comme mémoire et que les archivistes nationaux et départementaux se sont mis à collecter comme des fonds particuliers.

14. Pierre Crozet, Erfane-Arwani, Stéphane Lemaire, « La Révolution de l'ADN. Vers un nouveau support d'archivage pour les données numériques », *Support-Tracé*, n° 22, 2022, p. 17-23.

15. Déjà, depuis longtemps les sites de batailles ont suscité l'érection de monuments, puis les la Guerre de 1914-1918, de grands mausolées (Douaumont) au milieu d'immenses cimetières. Ont été également créés des musées, spécialement constitués: Mémorial de Caen (débarquement 1944), de Compiègne et de Meaux (Guerre de 1914-1918), etc.

Mais il y a plus, le 13 novembre 2015, une série d'attentats terroristes frappent Paris, et se terminent au Bataclan, célèbre salle de concert, le bilan est terrible avec 130 morts et 413 blessés hospitalisés. L'émotion est immense. La population ressent le besoin de communier dans cette horreur commune et vient spontanément exprimer sa solidarité dans la souffrance en déposant devant le Bataclan bouquets de fleurs, objets divers, mots de compassion. Les Archives de Paris sont venues officiellement collecter sur place ces documents écrits et objets pour conserver tous ces témoignages, témoins de cet événement tragique.

Ce type de collectes de documents sur place, déjà souvent effectué, est actuellement systématique dans les services d'archives publiques. Ainsi, l'archiviste crée de nouveaux types de fonds d'archives avec toutes sortes de supports, fonds d'individus et de familles, d'une population, d'une société qu'aucune institution ne représente.

Au terme de cette méditation sur les archives en France, les documents et les objets, sans cesse renouvelés, assurent des utilités fondamentales, toujours plus nombreuses et complexes. Leur conservation pose un immense problème de fragilité technique et de coût de fonctionnement face à la nécessité vitale d'assurer la pérennité de cette mémoire indispensable à la vie des sociétés et les citoyens présents et futurs.

Sobre arquivos e objetos, reflexões de um arquivista francês

Bruno Delmas

Como introdução a este seminário, os organizadores me pediram para contar o que a importância dos objetos nos arquivos evocava para mim.

Emprego propositadamente a palavra “objeto”, em vez de “artefato”, palavra latina de uso recente que, naturalmente, é bastante utilizada no contexto internacional, mas tem múltiplos significados sem grandes relações entre si e parece-me menos clara do que “objeto”, um termo mais geral, de uso antigo, e que não prejudica a natureza do que estudamos.

Assim formulado, o assunto levanta duas questões: os documentos tradicionalmente chamados de arquivos, documentos escritos, não são objetos como os outros?

Da mesma forma, existem objetos escritos qualificados como arquivos, mas que não o são. Por exemplo, revistas médicas criadas na segunda metade do século XIX¹: *Archives de physiologie normale et pathologique* -

1. *Archives de physiologie normale et pathologique* (1868 a 1898), revista fundada por Charles-Edouard Brown-Séquard, Jean-Martin Charcot e Alfred Vulpian, seguida pelo *Journal de la physiologie de l'homme et des animaux*, que se tornou *Journal de physiologie et de pathologie générale*.

Archives de tocologie, des maladies des femmes et des enfants nouveau-nés (1874 a 1896), revista fundada pelo professor Jean-Anne-Henri Depaul, que se tornou *Archives de tocologie et de gynécologie*.

Archives d'anatomie microscopique (1897 a 1939), revista fundada por E.-G. Balbiani (entomologista e embriologista) e L. Ranvier (anatomista e histologista), que se tornou *Archives d'anatomie microscopique et de morphologie expérimentale*.

Archives d'électricité médicale (1893-1939), revista absorvida pelo *Journal de radiologie et d'électrologie*.

que [Arquivos de fisiologia normal e patológica]; *Archives de tocologie, des maladies des femmes et des enfants nouveau-nés* [Arquivos de tocologia, doenças de mulheres e de recém-nascidos]; *Archives d'anatomie microscopique* [Arquivos de anatomia microscópica]; *Archives d'électricité médicale* [Arquivos de eletricidade médica].

Constatamos, assim, um uso inadequado da palavra “arquivos” durante um século, entre os séculos XIX e XX. Esse uso é uma expressão do prestígio de que gozam os arquivos, uma vez que os estudiosos utilizam o termo para captar sua imagem de confiança e fonte fiável e dar às suas publicações um rótulo que a ciência deve garantir.

Porque, inversamente, surgiram ao longo do tempo objetos que não são escritos e, no entanto, são arquivos reais: datados, localizados, identificados, descritos, classificados e preservados. Por exemplo, podemos mencionar os herbários históricos do Jardin du roi [Jardim do rei, Museu de História Natural]².

Há duas percepções da mesma realidade arquivística: a do papel escrito e a do objeto científico, e não se consegue imaginar que estes últimos, sendo objetos, possam ser arquivos.

Por quê? Para o público em geral, as utilidades dos arquivos são reduzidas a uma única, como mostra a definição dos dicionários atuais: “conjunto de documentos antigos, recolhidos e classificados para fins históricos” (*Le Petit Robert*, ed. 2001). A utilidade histórica monopoliza a percepção que temos dos arquivos.

No entanto, já em 3 de janeiro de 1979, a lei francesa elaborou uma definição muito mais ampla para arquivos: “Arquivos são o conjunto dos documentos, independentemente de sua data, forma ou suporte material, de seu local de conservação, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica e por qualquer serviço ou organização pública ou privada, no exercício da sua atividade. A conservação dos arquivos é organizada por seu interesse público, tanto para as necessidades da gestão como para justificar os direitos das pessoas

2. No século XVII, os botânicos fundam e consultam os gabinetes de História Natural. Eles anotam as amostras e descrevem novas espécies.

físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, como para a documentação histórica da pesquisa”.

O legislador, por sua vez, tinha definido claramente a natureza dos arquivos: “independente de sua forma ou suporte material”. Mas o público em geral tem dificuldade em conceber que o suporte material também inclua objetos.

Em 2016, o legislador alterou a lei, adicionando o suporte imaterial dos dados de computador: “Arquivos são o conjunto dos documentos, incluindo dados, independente de...” (lei de 7 de julho de 2016).

Proponho retomar essa “meditação” com um breve panorama das principais etapas dessa evolução:

- Arquivos: documentos como quaisquer outros? Uma individualização lenta;
- Revolução científica do século XVII: determinação do documento arquivístico pela diplomática;
- Revolução Industrial dos séculos XIX e XX: imenso desenvolvimento e diversificação dos suportes, invenção dos fundos de arquivos e definição de suas utilidades;
- Era da informação e dos dados: chegada das tecnologias digitais, abolição gradual das distinções relacionadas aos suportes e aos usos, enfraquecimento atual da história em favor da memória.

Na origem, após o fim do Império Romano devido às grandes invasões, o que prevalece em todas as coisas e na justiça é a palavra do chefe. Mas as instituições religiosas que, segundo a tradição romana, preservaram o uso da palavra escrita, tomam o cuidado de pedir para que a decisão que lhes diz respeito seja igualmente registrada por escrito, segundo a tradição romana. A retomada do uso da escrita nas chancelarias reais da Alta Idade Média faz com que a escrita suplante o testemunho oral da palavra como prova. As cartas escritas ganham progressivamente valor jurídico, enquanto o uso de cartu-

ário – uma forma de registro de atos – facilita sua utilização e sua preservação na memória.

Com o desenvolvimento dos principados e reinos, multiplicaram-se também outros arquivos, como documentos judiciais, mas também documentos administrativos: como os livros de contas e os documentos contábeis.

Saindo da era feudal, logo toda a sociedade passa a produzir documentos para o seu funcionamento: estabelecimentos e ordens religiosas, intendentes provinciais e cidades, nobres e comerciantes... O inventário e o armazenamento desses documentos são feitos de acordo com métodos simples e práticos, resultados de observações locais, e melhoram com o tempo e com o aumento de seu volume. Muitas vezes, os arquivos mais importantes são chamados de “tesouro das cartas” e são mantidos no mesmo baú ou nas mesmas condições que objetos preciosos e dinheiro, o “tesouro da coroa” ou da catedral, por exemplo.

Com o Renascimento, a crítica dos textos se desenvolveu: humanistas do Collège de France, estudiosos reformados, monges da Congregação de Saint-Maur que se dedicam à erudição precisam demonstrar o valor probatório intrínseco dos arquivos. Essa exigência intelectual resulta na redação de um método diplomático por Dom Mabillon. O *De Re Diplomatica* (1681) é o tratado fundador da diplomática dos atos autênticos, continuado em meados do século XVIII por Dom Tassin e Dom Toussaint, que estendem o método e o papel de evidência aos documentos administrativos.

Esse método de crítica documental, baseado em certo número de características externas e internas de cada documento, consagra o documento que o dispõe como prova, instrumento de memória e fonte irrefutável da história.

Numa época em que, desde a invenção da imprensa, a escrita se banalizou e se espalhou, a diplomática confere aos arquivos (atos autênticos e documentos administrativos) um status especial, uma natureza diferente da de outros documentos escritos (livros, brochuras, jornais...).

Esse método de crítica diplomática inspirou muitos outros campos da ciência, particularmente as ciências naturais e seus objetos.

O Renascimento é também o tempo das grandes descobertas: Novo Mundo, questionamento dos conhecimentos estabelecidos (Galileu, 1564-1642), renovação das visões de mundo. O Observatório de Paris (1667) multiplica as observações e registra os arquivos do seu trabalho de observação.

Em paralelo a essas expedições revolucionárias, marinheiros e viajantes, matemáticos e naturalistas relatam observações registradas com precisão e objetos desconhecidos que são coletados, sobretudo para o Jardin du roi [Jardim do rei]. Esses objetos, minerais, plantas, insetos, animais e objetos etnográficos são preservados, identificados, descriptos e classificados (*Linnaeus* para plantas) de acordo com princípios comparáveis aos dos arquivistas, esses arquivos científicos (artigos escritos ou outros objetos) são reunidos para escrever histórias naturais, em contraste com a história política.

Na França, a Revolução Francesa abole as instituições civis e religiosas, cujas propriedades são confiscadas. Esses bens são concentrados nas capitais departamentais e distribuídos de acordo com a sua natureza em depósitos de títulos (arquivos), livros, objetos, e são enviados para os arquivos departamentais e municipais, bibliotecas municipais etc. Em Paris, são enviados para as principais instituições reais que foram poupadadas; outras surgem, de acordo com as necessidades, e as novas instituições – Jardin du roi (Museu), Observatório, Biblioteca Nacional, Arquivos nacionais – se beneficiam desses confiscos e os agregam às suas coleções e classificações. Paralelamente, foram criadas outras instituições, e, em 1794, o Conservatório Nacional de Artes e Ofícios recuperou objetos científicos e técnicos dos gabinetes de física da aristocracia e até mesmo das sociedades científicas.

Nessa grande redistribuição de documentos e objetos, a organização dos arquivos departamentais aprofunda o entendimento da natureza particular dos arquivos. A necessidade dos arquivistas departamentais de gerir massas de documentos semelhantes, provenientes de muitas

instituições locais suprimidas, exige que a administração encontre um método comum a todos esses serviços padronizados.

É assim que, sob a Monarquia de Julho, entre 1839-1844, os arquivistas concebem a noção de fundo de arquivo. Um fundo de arquivo é um conjunto constituído por documentos de uma mesma instituição, de uma mesma pessoa. Essa noção permite distinguir subconjuntos específicos na massa de arquivos que chegaram às instituições arquivísticas departamentais, o que facilita o tratamento. Cada fundo de arquivo é tratado individualmente, e os documentos que o compõem encontram seu lugar nos dossiês de negócios (Delmas, 1998).

Esse princípio teve duas vantagens: permitiu que, numa carta com selo, o selo deixasse de ser cortado, por ser considerado um objeto, para ser colocado em um museu, e que apenas o documento escrito fosse conservado nos arquivos, como era prática em alguns países (Espanha). A segunda vantagem foi que se deixasse de classificar cada documento individualmente de acordo com uma classificação teórica, como se fez frequentemente no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, e que se mantivessem juntos os documentos com a mesma origem (Delmas, 2007).

Foi assim que o tratamento dos arquivos foi unificado em todos os departamentos da França, o que diferencia radicalmente os fundos dos serviços arquivísticos das coleções de bibliotecas e museus. Assim, um item de arquivo não é apenas um documento diplomático, mas também um elemento inseparável de um fundo arquivístico, e unicamente dele. Nesse sentido, não é um objeto acabado, ao contrário do processo administrativo, do fundo.

O Jardin du roi (Museu de História Natural) concentra espécimes de minerais, plantas, insetos e animais, esses “arquivos da natureza” em tipos de museus conservatórios.

Por exemplo, os herbários mais antigos são organizados de acordo com a ordem seguida pelos seus criadores nos trabalhos em que eles descreveram as plantas. Entre esses grandes autores, podemos citar as coleções de plantas dos botânicos Antoine, Bernard e Antoine-Laurent

Jussieu, ativos no Jardin du roi por três gerações (1680-1789) (Audelin, 1987), Michel Adanson (1727-1806), Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), André Michaux (1746-1803), René-Louiche Desfontaines (1750-1833), Alexander von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858). Os fundos desses estudiosos foram preservados. Por outro lado, outras vezes as plantas foram organizadas de acordo com classificações metódicas (Linnaeus).

Assim, os arquivistas profissionais e os pesquisadores utilizam frequentemente métodos semelhantes para autenticar seus documentos e objetos, cada um na sua própria área, para usos por vezes idênticos, por vezes diferentes: a ação ou o conhecimento.

Esse estatuto dos arquivos (documentos e fundos), esse método de tratamento são a fonte do desenvolvimento da história racional, metódica e científica que permite qualificar o século XIX de “século da história”.

Por outro lado, esse sucesso acadêmico reduz a arquivística e a diplomática à categoria de “ciências auxiliares da história” e, durante um século e meio, atribui à imagem e ao papel dos arquivos a função de servir à história, reduzindo qualquer abertura dos historiadores universitários a outros documentos, a outros usos.

A Revolução Industrial do século XIX afeta os arquivos clássicos com a multiplicação de suportes (papéis e tintas), processos de produção e reprodução de documentos escritos, criação de novos documentos de arquivo (fotografia, gravação sonora, cinematografia). Os arquivistas tratam esses documentos à medida que eles entram em uso, mas os historiadores positivistas, considerando que a história contemporânea deveria parar enquanto as testemunhas ainda estão vivas, privam-se de alguns desses novos documentos de arquivo.

A criação, em 1977, de uma cátedra arquivística contemporânea na École nationale des chartes permite formalizar essas evoluções para além da linguagem escrita tradicional e formar jovens arquivistas.

Uma série de publicações pontua a questão da expansão do campo dos arquivos. Assim, para dar apenas alguns exemplos, trata-se, em primeiro

lugar, da multiplicação de suportes. Para tais publicações, cf.: Delmas, 1985; Delmas, 1996; Delmas, 1998; Delmas, 2003.

Além desses ensinamentos, encontramos uma grande quantidade de estudos de arquivistas na introdução de inventários ou edições de documentos inéditos, muitas vezes correspondências e diários, por historiadores que também participam dessa expansão diplomática (Delmas, 2008-2009). Essa visão completa está consagrada no artigo “*De la diplomatique contemporaine à la diplomatique numérique. Retour sur l’expérience française*” (Delmas, 2015), que constrói a síntese dessa abertura necessária para o mundo contemporâneo, incluindo, em particular, objetos científicos e técnicos.

A partir de então, não há mais uma fronteira entre “arquivos” e “novos arquivos”, arquivos de papel ou objetos materiais; existem apenas objetos com a mesma origem e o mesmo propósito de conservação.

Mas, os arquivos-objetos científicos estão, por sua vez e salvo exceção, sempre ausentes dessas concepções e muitas vezes são considerados mais como documentos de museu, ainda que continuem sendo objetos de referência. Assim, o museu da farmacognosia preservado na Faculdade de Farmácia de Paris, é referência nacional para os princípios ativos naturais da farmacopeia na França.

Ainda resta uma zona de incertezas, a dos usos³. Diante da explosão documental da segunda metade do século XX, a teoria das três idades dos arquivos, essencial para a gestão dessa massa, foi definida por Yves Pérotin como arquivos correntes, arquivos intermediários, arquivos históricos e a concepção clássica da história, como a utilidade última dos arquivos. A expressão “arquivos definitivos” foi substituída por ela.

De acordo com essa teoria, destacam-se as utilidades sucessivas de acordo com a idade dos documentos. Não é a utilidade de um determinado momento que define os arquivos, mas sua natureza que deriva da sua definição. Dependendo do uso, o tratamento dos arquivos evolui ao longo do tempo e leva à minimização, ou mesmo ao esquecimento de usos anteriores dos documentos. Esse viés tem tido uma influência ne-

3. Os novos arquivos são o tema do Congresso Internacional dos arquivos de Paris em 1988.

gativa nas seleções documentais, pois um uso predominante em determinado momento leva à negligência de outros e à declaração arbitrária da inutilidade de documentos, que são então destruídos.

É por isso que, em minhas aulas, defini quatro utilidades fundamentais dos arquivos: provar, lembrar, identificar e conhecer, permitindo assim uma abordagem mais racional de eliminação dos documentos (Delmas, 2006; Delmas, 2010). Assim, se completam as características e metodologias para o processamento de documentos (e objetos) de arquivo. Mas, uma vez reconhecida essa multiplicidade de usos dos arquivos, como acabamos de ver, estes não mantêm a mesma importância ao longo do tempo. Não podemos prever a evolução dos usos dos arquivos a longo prazo. Especialmente porque a computação intensiva e a inteligência artificial exigem muitos dados e tornam útil o que, pouco tempo antes, foi considerado inútil, expandindo constantemente esses usos. Os arquivistas se verão em breve, em termos de eliminação, tentando essencialmente gerenciar redundâncias verdadeiras e falsas.

Mas voltemos à história. Levou tempo para a lacuna entre arquivistas e historiadores contemporâneos ser superada. Com a história da École des Annales (década de 1920), a história contemporânea, a nova história, a história do tempo presente, a história imediata, a história quantitativa e todas as histórias especiais etc., sob o efeito do desenvolvimento das ciências sociais, derrubaram o teto positivista que se recusava a levar em conta os depoimentos dos contemporâneos. Mas também a história perdeu seu monopólio sobre os arquivos. As profissões mais diversas e as curiosidades mais inesperadas recorrem agora a eles, enquanto, graças ao desenvolvimento da tecnologia da informação, os arquivos redescobriram seus quatro usos sociais e o termo “arquivo” está encontrando seu lugar em todas as funções de preservação da memória.

A progressiva informatização da sociedade teve, naturalmente, outros efeitos sobre os arquivos, primeiro como ferramenta para os inventários, depois como digitalização de documentos, e, finalmente, como substituição dos arquivos nascidos em papel por documentos nato digitais e a criação de novos documentos imaginados graças às possibilidades crescentes das máquinas (estatísticas, por exemplo). Muito rapidamente, a questão do arquivamento desses documentos digitais

surgiu tanto para os serviços públicos quanto para os indivíduos. Muito rapidamente, passamos a falar de arquivos e arquivamento eletrônico em relação a eles; essa denominação não era inadequada, porque os documentos qualificados assim eram todos acompanhados por metadados, comparáveis, *mutatis mutandis*, às características diplomáticas dos documentos tradicionais. No final da década de 1970, o Arquivo Nacional lançou o projeto Constance (Conservação e armazenamento de novos arquivos constituídos em meio eletrônico) para garantir a sustentabilidade dos arquivos informatizados produzidos pelo Estado e pelos operadores públicos; ele foi incluído no plano diretor de TI do Ministério da Cultura e Comunicação em 1980.

Quanto mais avançamos no tempo, seja por com a assinatura eletrônica ou a conservação por terceiros confiáveis, mais sistemas são implementados para garantir os quatro usos dos arquivos sempre. Assim, todas as barreiras materiais que separavam os vários acervos arquivísticos são abolidas pela tecnologia digital (documentos multimídia, representação tridimensional de objetos, impressoras 3D). Os arquivos digitais reúnem sob um único termo o que forma e utilidade separavam.

Mas é no campo da pesquisa científica que se encontra a maior quantidade de dados digitais: os milhões de pontos de dados enviados todos os dias por sondas espaciais do Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES, em francês), o poder computacional intensivo dos supercomputadores e os algoritmos dos centros de dados.

Não existem apenas arquivos digitais, existem também novos arquivos científicos. Por exemplo, os arquivos biológicos (vírus etc.) dos laboratórios. Existem também bancos de esperma ou de óvulos, que são destruídos por regulamentação após a morte do doador, o que representa um arquivamento temporário de objetos para um fim específico. Mas estamos falando também da abolição dessa cláusula para fins de pesquisa e da supressão da cláusula de confidencialidade, como está acontecendo com os nascimentos anônimos e, sobretudo, com o desenvolvimento descontrolado das pesquisas de DNA (legal, familiar). Portanto, deparamo-nos com arquivos tradicionais, mas com novas implicações éticas consideráveis.

Como resolver este paradoxo: submeter-se a uma avalanche exponencial de dados para as necessidades das aplicações de Inteligência Artificial (IA) em benefício da ciência e da economia; em suma, a utilidade dos arquivos, o que, ao mesmo tempo, implica a necessidade de preservar o máximo possível de dados. Os centros de dados (*data centers*) estão cada vez mais numerosos e cada vez mais caros, em particular no consumo de eletricidade (2% a 3% do consumo mundial).

A pesquisa sobre a miniaturização das memórias de computador continua em meio a uma intensa competição entre fabricantes. Por exemplo, uma nova tecnologia, o DNA Drive, um projeto iniciado por dois pesquisadores do CNRS e da Universidade Paris-Sorbonne, trabalhou com documentos do Arquivo Nacional para desenvolver um novo meio de arquivamento para dados digitais, uma nova tecnologia que permite armazenar dados do DNA (Crozet; Arwani; Lemaire, 2022): muito estável, pode conservar por milhares de anos, sem consumo de energia, centenas de bilhões de documentos. A indexação indispensável desses bilhões de documentos é, atualmente, o principal obstáculo à utilização dessa tecnologia, e isso não será resolvido por muitos anos.

Para além dessas questões, para além da história, a sociedade das redes sociais, alimentada pela memória de passados pesados (colonização, Holocausto...), desperta novas emoções coletivas, que reivindicam seus arquivos, e amplia o papel dos arquivistas. A memória surge como novo uso da memória dos arquivos⁴. Não a memória institucional, mas os elementos de uma homenagem coletiva, a memória reivindicada pela opinião pública. À coleta tradicional de arquivos existentes junta-se uma nova, em que o próprio arquivista público se vê criando arquivos por meio das chamadas empresas de “grandes coletas”, voltadas às memórias individuais preservadas pelas famílias das duas guerras mundiais, de Maio de 1968... que se quer documentar por outras fontes além dos relatórios administrativos ou da imprensa, como por exemplo o testemunho das pessoas: gravações orais, correspondências, objetos etc., que as famílias guardaram como memória e que os arquivistas nacionais e departamentais começaram a recolher como fundos particulares.

4. Já há muito tempo, os campos de batalha provocaram a construção de monumentos, e, depois, com a Guerra de 1914-1918, de grandes mausoléus (Douaumont) no meio de imensos cemitérios. Também foram criados museus especialmente dedicados a isso: o Memorial de Caen (desembarque em 1944), de Compiègne e de Meaux (Guerra de 1914-1918) etc.

E tem mais: em 13 de novembro de 2015, uma série de ataques terroristas atingiu Paris e terminou no Bataclan, uma famosa casa de shows. O número é terrível: 130 mortos e 413 feridos hospitalizados. A emoção é imensa. A população sente necessidade de se unir nesse horror compartilhado e espontaneamente vai expressar sua solidariedade ao sofrimento colocando buquês de flores, diversos objetos e palavras de compaixão em frente ao Bataclan. O Arquivo de Paris foi oficialmente ao local recolher esses documentos escritos e objetos, para preservar todos os testemunhos desse trágico acontecimento.

Esse tipo de coleta de documentos no local, já realizado com frequência, atualmente é sistemático nos arquivos públicos. Assim, o arquivista cria novos tipos de fundos de arquivo com todos os tipos de suportes, fundos de indivíduos e famílias, de uma população, de uma sociedade que nenhuma instituição representa.

No final desta reflexão sobre os arquivos na França, os documentos e os objetos, constantemente renovados, asseguram utilidades fundamentais, cada vez mais numerosas e complexas. Sua conservação impõe um enorme problema de fragilidade técnica e de custos operacionais diante da necessidade vital de garantir a perenidade dessa memória indispensável à vida das sociedades e dos cidadãos do presente e do futuro.

Tradução: Andréia Manfrin Alves

Revisão técnica: Silvana Goulart

Bibliografia

AUDELIN, Louise. Les Jussieu, une dynastie de botanistes au XVIII siècle (1680-1789). In: POSITIONS des thèses soutenues par les élèves de la promotion de 1987 pour obtenir le diplôme d'archiviste paléographe. Paris: École Nationale des Chartes, 1987. p. 25-34.

CROZET, Pierre; ARWANI, Erfane; LEMAIRE, Stéphane. La Révolution de l'ADN: vers un nouveau support d'archivage pour les données numériques. *Support-Tracé*, n. 22, p. 17-23, 2022.

DELMAS, Bruno. Révolution industrielle et mutations administratives: l'innovation dans l'administration française au XIXe siècle. *Histoire, Économie et Société*, v. 4, 2º trim. 1985, p. 205-232.

DELMAS, Bruno. Manifeste pour une diplomatique contemporaine. *Gazette des Archives*, n. 172, 1º trim. 1996, p. 49-70.

DELMAS, Bruno. Pour une diplomatique et une archivistique des documents audiovisuels d'actualité produits par les médias. In: DAELEMANS, Francisco (éd.). *Miscelânea in honorem Caroli Kecskemeti sub patrocinio Joannis Booms et Joannis Favier*. Bruxelles: Archives et Bibliothèque de Belgique, 1998. n. 54, p. 123-129.

DELMAS, Bruno. *Réflexions sur la normalisation et la coopération internationale, histoire et enjeux pour l'archivistique contemporaine* [Reflexões sobre normalização e cooperação internacional, história e desafios para a arquivística contemporânea]. In: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia*, São Paulo, 1998. CD-ROM.

DELMAS, Bruno. Donner à l'image et au son le statut de l'écrit: pour une critique diplomatique des documents audiovisuels. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 161, jul.-dez. 2003, p. 553-601.

DELMAS, Bruno. *La Société sans mémoire*: propos dissidents sur la politique des archives en France. Paris: Bourin, 2006.

DELMAS, Bruno. *Bibliographie du cours de Diplomatique de 1ère année, 2008-2009*. Paris: École des Chartes, 2009. Material impresso, 24 p. (cerca de 380 títulos).

DELMAS, Bruno. L'Archivistique à l'épreuve de l'erreur et du temps. In: SCHOUKENS, Cathy; SERVAIS, Paul (éd.). *L'Erreur archivistique: actes de la 6e Journée des Archives, Louvain-la-Neuve, avril 2007*. Louvain-la-Neuve: Académia Bruylant, 2009. p. 51-71.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.

DELMAS, Bruno. De la diplomatique contemporaine à la diplomatique numérique:retour sur l'expérience française. In: COUTURE, Carol (org.). *Panorama de l'archivistique contemporaine: évolution de la discipline et de la profession. Mélanges offerts à Carol Couture*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2015. p. 261-287.



Questões jurídicas em torno de objetos em acervos presidenciais no Brasil

Artefatos em acervos presidenciais: imprecisões conceituais e ambiguidades legais

Renato de Mattos

1. Apresentação

No início de março de 2023, os acervos presidenciais foram levados ao centro de uma polêmica que, por várias semanas, dominou o noticiário político brasileiro. As primeiras reportagens sobre o caso indicavam que a estrutura do Palácio do Planalto havia sido mobilizada pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), com o objetivo de reaver joias oferecidas por autoridades da Arábia Saudita. Esses bens haviam sido retidos pela Receita Federal em abril de 2021, após tentativas de ingresso no país sem a devida declaração aduaneira (Fernandes; Borges, 2023). Nas semanas seguintes, investigações conduzidas pela Polícia Federal revelaram que outros itens de valor, como relógios, abotoaduras e esculturas folheadas a ouro, ofertados por delegações estrangeiras, foram levados pelo ex-presidente aos Estados Unidos da América, onde teriam sido ilegalmente comercializados por membros de sua equipe.

Exatos 22 anos antes da controvérsia envolvendo Jair Bolsonaro e os presentes sauditas, artefatos ofertados a outro presidente da República também ganharam destaque nas páginas dos jornais. Em 13 de março de 2001, a realização de um leilão na capital fluminense, em que foram colocados à venda objetos pertencentes a João Baptista Figueiredo (1979-1985), foi amplamente noticiada pela imprensa. Entre os bens leiloados, ao menos cinco haviam sido oferecidos ao ex-mandatário por

chefes de Estado, incluindo uma estatueta de bronze presenteada por Ronald Reagan e uma bandeja de prata e um cinzeiro entregues pelo ditador chileno Augusto Pinochet.

Não obstante as questões relativas à natureza jurídica dos acervos presidenciais suscitadas por ambos os episódios, observam-se as distintas abordagens dispensadas pela imprensa a cada um deles. Enquanto as manchetes veiculadas no início de 2023 apontavam para as possíveis infrações cometidas por Jair Bolsonaro, incluindo os crimes de descaminho e peculato (Rosa; Borges; Galzo, 2023), a cobertura realizada pela imprensa em 2001 se limitava a denunciar os problemas financeiros que teriam levado a viúva do ex-presidente, Dulce Figueiredo, a organizar o leilão dos objetos pessoais de seu marido.

Embora compreendidos como parte do patrimônio privado dos herdeiros de João Figueiredo, a venda dos objetos sem o prévio comunicado ao poder público contrariava o disposto no art. 3º, alínea I, da lei nº 8.394, de dezembro de 1991, que confere à União o “direito de preferência” na compra dos acervos particulares dos presidentes. No entanto, a ausência de qualquer menção à infração cometida revelava de forma categórica que, quase uma década desde a sua promulgação, a lei era praticamente ignorada por grande parte dos jornalistas e da opinião pública.

Fruto dos trabalhos da comissão especial criada em 1988 por José Sarney, que reuniu representantes de importantes instituições públicas e privadas dedicadas à preservação documental, a lei nº 8.394, de dezembro 1991, integra o arcabouço legal voltado à proteção do patrimônio arquivístico brasileiro, consolidado especialmente após a promulgação da lei nº 8.159, conhecida como Lei de Arquivos. Embora ambas tenham sido elaboradas no contexto da redemocratização do país, a tramitação da lei nº 8.394 apresentou particularidades. Diferentemente da Lei de Arquivos, cuja tramitação foi marcada por intensos debates entre setores civis e militares (Couro Júnior, 2021), a proposta que tratava dos arquivos privados presidenciais contou, desde o início, com o apoio direto do chefe do Executivo, movido por interesses pessoais, bem como pelo crescente interesse da sociedade pela história da República, suscitado pela celebração do centenário de sua proclamação, em 1989 (Mattos, 2024a). Ainda que aprovada de forma célere e sem grandes embates parlamentares, a lei não esteve isenta de controvérsias.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei (PL) nº 4.784, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, destacou sua aprovação pela “maioria” da comissão especial, sinalizando a existência de dissensos internos. Embora a ausência de atas inviabilize a análise detalhada dos debates, a preocupação expressa pelo ministro com a “tênué fronteira” entre o público e o privado nos acervos presidenciais revela um dos principais impasses enfrentados: a definição jurídica do que constituiria patrimônio pessoal dos presidentes e o que pertenceria ao Estado. Nesse contexto, ganha relevo a ênfase dada ao respaldo constitucional do projeto, que buscava regulamentar uma matéria sensível e complexa, ao reconhecer o interesse público em documentos originalmente pertencentes ao presidente, inclusive passíveis de herança, doação ou venda (Mattos, 2025).

Diante da oposição que uma proposta mais incisiva pudesse gerar, e até mesmo uma eventual rejeição por parte dos parlamentares, é plausível inferir que os autores do PL nº 4.784 tenham optado por um texto conciliador, que buscasse equilibrar o interesse público e o direito à propriedade, ainda que em detrimento da definição de critérios claros sobre quais documentos deveriam integrar o acervo privado de um presidente da República. A princípio, diante das lacunas e omissões observadas na lei nº 8.394, seria possível supor que, nos anos subsequentes à sua promulgação, a Comissão Memória dos Presidentes da República se manifestasse sobre as questões. Afinal, segundo o próprio dispositivo, caberia à Comissão a coordenação do sistema de acervos documentais privados dos presidentes, atribuição que, certamente, fez com que seus integrantes se deparassem em mais de uma ocasião com questões prementes, como a natureza jurídica dos documentos presidenciais.

No entanto, mesmo reunindo em caráter permanente, junto ao gabinete pessoal da Presidência, os titulares do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), do Museu da República e da Fundação Biblioteca Nacional, a Comissão não logrou êxito em fixar claramente os limites entre a propriedade privada do cidadão eleito presidente da República e o patrimônio arquivístico público. Um avanço significativo nessa direção só ocorreria mais de uma década depois, frustrando a expectativa inicial dos legisladores, que previam a regulamentação da norma em até 90 dias após sua promulgação.

2. O decreto nº 4.344/2002 e a definição dos acervos privados presidenciais

Em 4 de abril de 2001, em reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República coordenada pela secretária-executiva Danielle Ardaillon, o presidente do IPHAN, Carlos Henrique Heck, apresentou o caso da venda de presentes recebidos por João Figueiredo. Com o objetivo de obter uma manifestação oficial da Comissão, Heck apresentou as ações adotadas IPHAN para impedir o leilão. Dentre elas, a notificação enviada ao leiloeiro Roberto Haddad, informando que a aquisição preferencial assegurada à União pela legislação tinha como objetivo resguardar o interesse público a partir da preservação da “memória nacional”.

Após o relato do presidente do IPHAN, a Comissão Memória dos Presidentes da República aprovou, por unanimidade, duas iniciativas. A primeira, de caráter simbólico, foi o registro em ata do apoio às ações da entidade para assegurar à União o direito de preferência na compra das peças, pelo valor de avaliação. A segunda propôs a criação de um grupo de trabalho, composto por membros da Comissão e especialistas, com o objetivo de definir os marcos regulatórios da lei nº 8.394. Embora motivada pelo episódio do leilão dos presentes de Figueiredo, essa medida também se inseria no processo de consolidação do decreto regulamentador da Lei de Arquivos, então em curso no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). O grupo, vinculado ao Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência da República, buscaria “minorar a justaposição de competências” entre o Conarq e a Comissão.

Nos meses seguintes, o grupo de trabalho passou a analisar a lei nº 8.394 com o intuito de identificar aspectos passíveis de regulamentação. Entre maio de 2001 e agosto de 2002, oito reuniões reuniram representantes da Comissão, da assessoria jurídica do Arquivo Nacional, da Fundação Biblioteca Nacional e da Casa Civil da Presidência da República, para discutir os principais eixos do anteprojeto de decreto que regulamentaria a lei de 1991. A experiência internacional, especial-

mente a dos Estados Unidos, influenciou os debates, reforçando a necessidade de definir conceitos ausentes na legislação brasileira – ponto destacado por Luiz Alberto Chuster (Fundação Biblioteca Nacional) e Eliana da Silveira Mattar (Arquivo Nacional), que julgavam imprescindível a “definição de todos os conceitos utilizados, do ponto de vista das ciências envolvidas”.

Os assessores também apontaram o desafio imposto pelo caráter “especial” da lei nº 8.394, que trata de acervos simultaneamente privados e de interesse público, compostos não apenas por documentos arquivísticos, mas também por livros e artefatos, o que a distingue da Lei de Arquivos. Com base nessas discussões, o grupo estruturou a proposta de regulamentação e a submeteu à Presidência da República. Após a análise do anteprojeto em abril de 2002 e o envio de uma versão comentada à Casa Civil em agosto, o decreto nº 4.344 foi sancionado por Fernando Henrique Cardoso em 26 de agosto e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte.

O decreto nº 4.344 definiu, com relativa precisão, os critérios para distinguir documentos públicos e privados produzidos por presidentes da República. Um dos principais pontos é o entendimento de que o acervo presidencial abrange a documentação acumulada pelo presidente eleito a partir de sua diplomação, independentemente de ter sido produzida antes, durante ou após o mandato. Outro destaque é a descrição detalhada dos itens que compõem esses acervos (documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, em diversos suportes e formatos).

Contudo, o decreto declara como públicos todos os documentos arquivísticos produzidos ou recebidos no exercício do mandato presidencial, o que evidencia uma fronteira ambígua entre o público e o privado. Se, por um lado, considera-se privado o conjunto documental produzido ao longo da trajetória política do presidente, por outro, reconhece-se como público o que é acumulado durante o exercício do cargo. Essa definição levanta dúvidas conceituais e práticas: o que seriam documentos privados de um presidente em exercício? Como classificar documentos do gabinete pessoal (agendas, registros de eventos, discursos, viagens) e outros materiais oficiais ou pessoais, como cartas de cidadãos e correspondência com autoridades que mesclam temas públicos e priva-

dos? E quanto à correspondência familiar com conteúdo político? Caso esses documentos sejam considerados públicos, como regulamentar os prazos de confidencialidade, seja por razões de intimidade, seja por questões de segurança de Estado?

Algumas dessas indagações foram formuladas pouco tempo depois da assinatura do decreto nº 4.344, quando, em 2004, o recém-inaugurado Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) promoveu o seminário *Documentos Privados de Titulares de Cargos Públicos: um debate sobre jurisdição arquivística*. Em sua fala de abertura, Danielle Ardaillon, diretora da Secretaria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente entre os anos de 1999 e 2002 e curadora do acervo do presidente Fernando Henrique Cardoso, problematizou aquilo que já à época compreendia como falta de “clareza conceitual sobre a composição do acervo documental privado de presidentes” (Ardaillon, 2005, p. 16).

Não deixa de ser significativo o fato de que as indagações acima tenham sido formuladas pela responsável pela coordenação dos trabalhos da Comissão Memória dos Presidentes da República durante a elaboração do anteprojeto do decreto nº 4.344/2002. Seu envolvimento direto nas discussões que culminaram na proposta e a contundência de suas críticas, dois anos após a publicação do marco legal, evidenciam aspectos que não foram plenamente equacionados ao longo do processo e que permaneceram na versão final do dispositivo, ou ainda podem indicar eventuais divergências e perspectivas não adequadamente conciliadas pelos técnicos e assessores jurídicos das instituições custodiadoras que participaram do debate.

A recente polêmica envolvendo os presentes recebidos por Jair Bolsonaro reacendeu um ponto controverso do decreto nº 4.344/2002: a determinação de que todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos em cerimônias oficiais integram o patrimônio da União. Diante disso, surge a pergunta: por que os documentos arquivísticos recebidos nas mesmas circunstâncias não são igualmente considerados públicos? Para cumprir rigorosamente o decreto, seria necessário distinguir com clareza os documentos arquivísticos dos demais. Essa distinção deve basear-se em critérios físicos (como suporte, formato e gênero) ou na função desempenhada pelos documentos como prova das atividades

de uma pessoa ou instituição? Se o decreto associa o caráter público à circunstância de recebimento e à natureza bibliográfica ou museológica, como enquadrar os documentos de arquivo, que, conforme Ana Maria Camargo (2009), não se distinguem por aspectos físicos evidentes?

Após a promulgação do decreto, essas e outras questões relativas aos acervos presidenciais foram pouco debatidas entre especialistas das áreas de arquivologia e afins, sem impactos significativos na revisão das normas vigentes. Apesar de esforços relevantes em favor da preservação dos acervos pessoais dos presidentes brasileiros, o tema só veio a ganhar visibilidade pública em março de 2016, no contexto das investigações da Operação Lava Jato conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal.

3. Frágeis fronteiras: “uso direto” e a “natureza personalíssima”

Durante a 24^a fase da Operação Lava Jato, policiais e auditores da Receita Federal localizaram um cofre, em uma agência bancária de São Paulo, pertencente à família do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No local, havia 132 itens guardados em 23 caixas lacradas, incluindo presentes recebidos durante seus dois mandatos (Martins *et al.*, 2021). A descoberta teve ampla repercussão na imprensa e chamou a atenção dos procuradores da força-tarefa, que desde 2011 aguardavam confirmação de um boato de que Lula teria se apropriado de patrimônio público ao retirar do Palácio do Planalto um crucifixo atribuído a Aleijadinho, o que acabou sendo desmentido (Mattos, 2024a).

Apesar da comprovação de que o objeto integrava seu acervo privado, conforme as exceções previstas no art. 3º do decreto nº 4.344/2002, os documentos de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff continuaram sob investigação. Em março de 2016, a pedido da Polícia Federal em Curitiba, o Senado Federal solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria para apurar possível desvio de bens da União. Entre abril e julho daquele ano, o TCU conduziu duas frentes de trabalho: uma voltada à análise do patrimônio da Presidência da República e outra à

avaliação da política de gestão dos presentes recebidos pelos presidentes (Brasil, 2016).

Após concluir as diligências no Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência da República (DDH/PR), os auditores elaboraram o relatório que embasou o acórdão nº 2.255, de 31 de agosto de 2016. Durante o julgamento do acórdão, o ministro relator Walton Alencar Rodrigues apontava “graves irregularidades” na gestão do patrimônio público, atribuídas à interpretação equivocada do art. 3º do decreto nº 4.344/2002. Segundo Rodrigues, os servidores responsáveis entendiam como bens públicos apenas os itens recebidos em cerimônias formais com a presença dos presidentes e chefes de Estado. Já os presentes trocados entre serviços de protocolo, sem a presença direta dos mandatários, eram registrados como de propriedade privada do presidente (Brasil, 2016). Com base nesse entendimento, o TCU aprovou o acórdão nº 2.255/2016, reafirmando que documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes em audiências com chefes de Estado e de governo, seja no Brasil, seja no exterior, deveriam integrar o patrimônio da União – com exceção dos itens “perecíveis ou de natureza personalíssima, como vestuário e perfumes” (Brasil, 2016).

Embora o TCU tenha estabelecido que toda troca de presentes em contextos oficiais deve ser considerada como tal – mesmo sem a presença direta do presidente –, a decisão dos ministros deixa várias questões em aberto. A principal diz respeito à indefinição do que constitui “natureza personalíssima”. Além de vestuário e perfumes, incluem-se itens de “consumo direto” (como camisetas, gravatas, chinelos) e “de cunho pessoal” (como grã-colares e medalhas personalizadas). Nesse último caso, surge a dúvida: como classificar broches, moedas e medalhas de metal precioso frequentemente recebidas por presidentes? O critério deve ser o valor de mercado ou o caráter “personalíssimo” do artefato?

Longe de esclarecer as lacunas do decreto nº 4.344/2002, o acórdão nº 2.255/2016 acaba por reforçar ambiguidades que impactam diretamente os campos da biblioteconomia, museologia e, sobretudo, da arquivologia. Isso se evidencia em trechos do voto do ministro Walton Rodrigues, nos quais se busca estabelecer uma distinção entre “natureza

arquivística, bibliográfica e museológica". Segundo Rodrigues, "acervo documental privado de presidente da República" é uma coisa; *presentes materiais, consistentes em objetos tridimensionais e obras de arte, oferecidos por governo estrangeiro ou dignatários, é outra, aliás, totalmente diversa*" (Brasil, 2016, grifo nosso).

Com a publicação do acórdão, os critérios propostos pelo ministro relator para distinguir os acervos públicos e privados dos presidentes passaram a incluir novos elementos. Segundo Walton Rodrigues, apenas "livros, escritos, documentos de toda ordem, anotações pessoais etc." comporiam o acervo privado, enquanto obras de arte e objetos tridimensionais mencionados no decreto nº 4.344/2002 estariam restritos ao conteúdo temático dos livros. Isso, porém, contrasta com o próprio art. 3º do decreto, que trata de documentos "de natureza arquivística, bibliográfica e museológica". Além disso, se artefatos ofertados por autoridades estrangeiras não pertencem ao acervo privado, como classificar medalhas e condecorações de cunho pessoal recebidas em cerimônias oficiais?

Para além dessas ambiguidades conceituais, um aspecto pouco discutido no relatório da auditoria do TCU diz respeito às dificuldades operacionais enfrentadas por órgãos como o Palácio do Alvorada, o Cerimonial da Presidência e a Ajudância de Ordens. De acordo com o diretor do DDH/PR, instância responsável pela triagem de documentos públicos e privados, o preenchimento incompleto do formulário previsto no art. 9º do decreto comprometia a contextualização e o registro preciso dos bens recebidos. Sem informações essenciais, a equipe técnica era obrigada a recorrer ao cruzamento de dados não oficiais, inclusive por meio de pesquisas na mídia e na internet (Brasil, 2016).

Durante a tramitação do processo, foi apresentada uma proposta de aprimoramento da legislação. Em 19 de abril de 2017, o senador Humberto Costa (PT/PE) protocolou o PL nº 112, com o objetivo de "eliminar ambiguidades e contradições" da lei nº 8.394/1991, estabelecendo critérios para a identificação dos bens que poderiam integrar o acervo patrimonial privado do presidente e ex-presidentes da República. O projeto visava alinhar as regras vigentes com as principais decisões do TCU, incluindo a definição de documentos bibliográficos e museológicos.

cos como “personalíssimos” para compor o acervo privado. Além disso, propunha alterações importantes sobre a distinção entre os aspectos públicos e privados dos documentos presidenciais, compatibilizando a lei nº 8.394/1991 com a Lei de Arquivos e garantindo que os custos de transporte, guarda e armazenamento dos documentos não fossem ar- cados individualmente pelo presidente. Para isso, o senador sugeria que essas responsabilidades fossem atribuídas à Comissão Memória dos Presidentes da República.

O PL seguiu o trâmite ordinário no Senado até ser enviado à Comis- são de Constituição, Justiça e Cidadania em junho de 2017. Após a de- finição do relator, a proposta ficou paralisada até dezembro de 2018. Nesse período, a Comissão Memória dos Presidentes da República se limitou a reconhecer a “necessidade de definir o que é público e o que é privado” e a “urgência” de uma proposta de alteração do PL, com base nas sugestões da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Em dezembro de 2022, após quatro anos sem análise, o pro- jeto foi arquivado ao fim da legislatura.

4. Novas propostas, antigas questões

Em dezembro de 2023, a deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP) apresentou à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 6.228/2023, cujo objetivo é aprimorar a legislação vigente referente à preservação e ao acesso aos acervos dos presidentes da República. Segundo a deputada, a proposta busca “garantir a preservação do patri- mônio histórico e cultural nacional” e “mitigar riscos de enriquecimen- to sem causa de autoridades em razão de suas funções” (Brasil, 2023). Esse último objetivo evidencia, de forma inequívoca, a relação entre a proposição legislativa e os citados escândalos envolvendo o ex-presi- dente Jair Bolsonaro, notadamente no que se refere à suspeita de apro- priação indevida de presentes ofertados por autoridades estrangeiras (Mattos, 2024b).

A proposta de Tabata Amaral distingue-se de outras iniciativas ao am- pliar o escopo da lei nº 8.394/1991. O projeto ora em tramitação propõe alterações à lei nº 8.394/1991 com vistas à ampliação do acesso público

aos acervos presidenciais. O novo texto substitui a exigência atual de solicitação fundamentada para fins “de estudo ou trabalho, de caráter técnico ou acadêmico” – aplicável apenas aos acervos que recebem apoio técnico e financeiro do poder público – por uma norma que assegura o acesso irrestrito a todos os acervos privados presidenciais, inclusive para finalidades jornalísticas (Brasil, 2023).

Observa-se, ainda, a proposta de harmonizar as disposições da lei nº 8.394/1991 com os princípios e diretrizes da lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), com o objetivo de “dificultar o enriquecimento sem causa de autoridades públicas, mitigando riscos de danos à imagem da Presidência da República” (Brasil, 2023). O projeto estabelece que os documentos privados dos presidentes da República poderão ter o acesso restrinido por seus mantenedores apenas nos termos previstos pela LAI, e que, mesmo nesses casos, as negativas de acesso estarão sujeitas a recurso. Ademais, em consonância com o art. 8º da LAI, o PL determina ainda que “as informações relativas ao acervo documental privado de presidentes da República devem ser mantidas e atualizadas na rede mundial de computadores” (Brasil, 2023).

Apesar do mérito da proposta ao fomentar a transparência e o acesso à informação, algumas lacunas podem comprometer sua efetiva implementação. Entre os pontos críticos, destacam-se as seguintes indagações: como assegurar o direito de recurso aos consultentes cujas solicitações de acesso forem negadas? Seria aplicável, nesses casos, a previsão do parágrafo único do art. 15 da LAI, que atribui o julgamento do recurso a “autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada”? Dado que os mantenedores dos acervos podem ser pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, qual seria, nesse contexto, a autoridade superior competente? Em caso de negativa de acesso, a quem o cidadão poderá recorrer? Além disso, quem deverá ser responsável por divulgar na internet as informações referentes aos acervos? Essa atribuição caberia aos próprios mantenedores privados ou deveria ser assumida pela Comissão Memória dos Presidentes da República, considerando que o art. 8º da LAI limita essa obrigação a “órgãos e entidades públicas”?

Outra importante contribuição do PL reside no esforço de demarcação dos limites entre os itens que integram o acervo privado dos presiden-

tes e aqueles que devem ser preservados como parte do patrimônio público da União. Embora o texto do projeto reproduza a vaga e abrangente expressão “natureza personalíssima ou de consumo direto”, empregada pelos ministros do TCU no acórdão nº 2.255/2016, ao definirem quais parcelas deveriam ser consideradas de propriedade do cidadão eleito presidente da República, observa-se na proposta da deputada um critério menos subjetivo: o valor de mercado. De acordo com o PL, não devem ser entendidos como parte do acervo documental privado os “documentos e presentes” que possuam “valor econômico superior a cinco vezes o salário-mínimo vigente na data do seu recebimento”, mesmo que a oferta tenha sido realizada em circunstâncias extraoficiais, além de não poderem configurar “meio de influenciar direta ou indiretamente decisão do presidente da República” (Brasil, 2023). O limite estabelecido, segundo justificativa apensada ao PL, busca impedir que os presidentes se “locupletem indevidamente em razão do exercício de cargo e função pública” (Brasil, 2023).

Em que pese as críticas ao critério fixado para a delimitação da natureza pública e privada dos acervos presidenciais, deve-se considerar que a proposta se inscreve em um contexto em que seguem sob investigação as circunstâncias em que joias e outros itens de valor foram oferecidos ao ex-presidente Bolsonaro, incluindo as tentativas de venda dos objetos no exterior. Nesse sentido, ao reforçar a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade que regem a administração pública, o PL reproduz práticas em vigor em outros países com tradições jurídicas e fiscais diversas (Mattos, 2025).

Não obstante a contribuição do PL nº 6.228/2023 expressa na delimitação do valor de cinco salários-mínimos para balizar a destinação dos itens recebidos por um presidente da República possa ser considerada um avanço diante dos parâmetros ora vigentes, cabe indagar: quem será o responsável pela avaliação do valor de mercado dos presentes? A quem caberia a tarefa de verificar se o objeto ofertado pode ser ou não considerado “como meio de influenciar direta ou indiretamente a decisão do presidente”?

Em reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República realizada no dia 24 de outubro de 2024, a proposta apresentada por Tabata

Amaral foi objeto de críticas. Na ocasião, os integrantes questionaram “se os critérios para patrimoniar itens dos acervos presidenciais deveriam passar por valor de mercado, já que também há valor histórico e cultural a ser considerado”. Apesar dos problemas advindos da adoção do valor de mercado quanto critério, a proposta expressa no PL nº 6.228/2023 representa um avanço em relação à legislação vigente, em que definições imprecisas e questionáveis de “natureza arquivística, bibliográfica e museológica”, pautadas exclusivamente em características como suporte, gênero e formato, se justapõem aos parâmetros contextuais em que os documentos foram ofertados ou, ainda, em categorias vagas como “itens personalíssimos”, conforme fixou o TCU em 2016.

5. Considerações

No Brasil, embora o papel das instituições responsáveis pela custódia de acervos presidenciais como instrumentos de transmissão dos legados de seus titulares tenha sido objeto de discussões relevantes (Heymann, 2009; Novaes, 2014), a compreensão de que todos os documentos presidenciais, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, segundo a definição expressa no art. 3º do decreto nº 4.344/2002, constituem bens de interesse público, permanece restrita a um número limitado de profissionais e pesquisadores das áreas da arquivologia, história e patrimônio. É o que evidencia a limitada repercussão das notícias veiculadas em maio de 2024 acerca da possível destruição de todo o acervo privado de Dilma Rousseff em decorrência das enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em abril daquele ano. Após a conclusão das investigações conduzidas pelo TCU – as quais culminaram na devolução de parte dos presentes recebidos à União –, detalhes sobre a localização dos documentos pertencentes à primeira mulher a ocupar a presidência da República permaneceram desconhecidos até mesmo pela Comissão Memória dos Presidentes da República (Mattos, 2025). Nos anos subsequentes, as escassas informações sobre o paradeiro da documentação indicavam a existência de um acordo firmado entre Dilma Rousseff e a Cooperativa de Trabalhadores Assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre, entidade vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de preservar o acervo em contêineres armazenados em um galpão localizado na

cidade de Eldorado do Sul (RS). Segundo apuração de Bergamo (2024), as enchentes teriam destruído mais de 3 mil itens, entre os quais se encontravam correspondências de autoridades estrangeiras – como a rainha Elizabeth II e o presidente Joe Biden –, esculturas de Francisco Brennand, livros e condecorações.

Outro episódio que recebeu pouca atenção da opinião pública foi a doação de parte do acervo privado de Jair Bolsonaro à União no final de seu mandato. Assim que a decisão foi anunciada por Pedro Cesar Nunes Ferreira Marques de Sousa, chefe do Gabinete Pessoal do então presidente, durante reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República realizada em 8 de novembro de 2022, os representantes do Arquivo Nacional e da Fundação Biblioteca Nacional manifestaram concordância em receber, respectivamente, os acervos “arquivísticos” e “bibliográficos” (Mattos, 2025). Em relação aos chamados “documentos museológicos”, o presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Pedro Machado Mastrobuono, sugeriu sua alocação no Museu da República, no Rio de Janeiro, “em vista de já possuir, em seu acervo, alguns itens de ex-presidentes”.

Três dias após a referida reunião, o chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República (GADH/PR) formalizou a oferta do acervo textual, iconográfico e audiovisual de caráter privado, o qual foi descrito como “farto material ilustrativo e representativo” da trajetória pessoal e política de Jair Bolsonaro. No dia 19 de dezembro de 2022 (portanto, doze dias antes do término do mandato presidencial), parte da documentação privada de Bolsonaro foi oficialmente recebida pela sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Composto por 546 discos ópticos, 122 cartões de memória e unidades USB contendo documentos audiovisuais, sonoros e iconográficos, além de 208 caixas com correspondências, 68 caixas com outros documentos textuais, fotografias emolduradas, álbuns, adesivos, desenhos e faixas, o acervo entregue ao Arquivo Nacional abrange exclusivamente os quatro anos em que Bolsonaro ocupou a Presidência da República (Mattos, 2025).

Ao confrontarmos os documentos doados pelo ex-presidente ao Arquivo Nacional e a listagem dos itens que constavam do acervo preserva-

do pelo GADH/PR, nota-se que itens como honrarias, medalhas e condecorações recebidas por Bolsonaro durante os anos de 2019 e 2022, bem como os registros da campanha eleitoral de 2018 e de sua atuação como deputado federal e militar do Exército Brasileiro, não foram doados à União. A despeito de serem propriedade do ex-presidente, cumpre lembrar que todos são considerados “documentos presidenciais”, ou seja, parte do patrimônio cultural brasileiro e declarados de interesse público presidencial, independentemente de terem sido produzidos ou acumulados antes, durante ou depois do mandato presidencial.

A localização e o estado de conservação dos documentos que não foram doados por Jair Bolsonaro permanecem até hoje desconhecidos, inclusive para os integrantes da Comissão Memória dos Presidentes da República. Embora a prática de doação seletiva de partes dos acervos presidenciais a instituições públicas ou privadas não seja exclusividade de Bolsonaro, observa-se que a mobilização em defesa do patrimônio público concentrou-se no escândalo envolvendo joias e outros presentes de elevado valor monetário recebidos pelo ex-mandatário. De forma semelhante ao que ocorre com o acervo de Dilma Rousseff e com os documentos referentes aos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (que, desde 2010, permanecem acondicionados em um galpão pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo), o destino da documentação privada de Bolsonaro acabou preterido em meio às denúncias de desvio de bens públicos e práticas de peculato. Longe dos holofotes da imprensa e da atenção da opinião pública, documentos aparentemente irrelevantes do ponto de vista do valor de mercado, mas de inestimável valor histórico e cultural, jazem fora do alcance do escrutínio público – ou, ainda, perdidos em razão da destruição deliberada, da negligência ou da omissão quanto à sua adequada preservação.

Bibliografia

ARDAILLON, D. (org.). *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: IFHC, 2005.

BERGAMO, M. Acervo de Dilma inundado no RS gera consternação, temor de saque e alerta para patrimônio de Lula. *Folha de S. Paulo*, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/05/acervo-de-dilma-inundado-no-rs-gera-consternacao-temor-de-saque-e-alerta-para-patrimonio-de-lula.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília, DF: Presidência da República. 2002a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4344.htm. Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República. Brasília, DF: Presidência da República, 1991b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8394.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [4 abr. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [18 ago. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 3 p.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [10 nov. 2017]. Brasília: Presidência da República, 2017, 3 p.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [8 ago. 2022]. Brasília: Presidência da República, 2022, 4 p.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [24 out. 2024]. Brasília: Presidência da República, 2024, 4 p.

BRASIL. *Projeto de Lei do Senado nº 112/ 2017*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128865>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 6.228/2023*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2416711>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2.255/2016*. Brasília, DF: TCU. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/acordao-completo/2255%252F2016/%2520%2520>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3^a ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2012.

COUGO JUNIOR, F. A. Um longo e disputado caminho: uma análise do processo de tramitação da lei de arquivos brasileira. *Revista do Arquivo*. São Paulo, ano VII, n. 13, p. 23-33, dez. 2021.

FERNANDES, A.; BORGES, A. Governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente colar e brincos de diamante de R\$ 16,5 mi para Michelle. *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 2023. [2023a]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/diamantes-para-michelle-bolsonaro-tentou-trazer-ilegalmente-com-joias-de-r-165-milhoes/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

HEYMANN, L. Q. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In: R. SOIHET. *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 51-65.

MARTINS, R. M.; NEVES, R.; DEMORI, L. As mensagens secretas da Lava Jato. Parte 42. *The Intercept Brasil*, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/03/11/lava-jato-mentira-de-internet-prender-lula-em-flagrante/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MATTOS, R. de. Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. v. 37, p. 1-24, 2024a. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/2140>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MATTOS, R. de. *Notas Técnicas: Projeto de Lei nº 6.228/2023 e os acervos presidenciais brasileiros: potenciais avanços e desafios a superar*. Santa Maria: Honório – Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas Arquivísticas, v. 1, n. 4, mai. 2024b. Disponível em: https://www.grupohonorio.org/publicacoes/notas_tecnicas. Acesso em: 13 jul. 2025.

MATTOS, R. de. *Acervos presidenciais brasileiros: legislação, preservação e acesso*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025.

MORRE aos 83 anos a ex-primeira-dama Dulce Figueiredo, 2011. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jun. de 2011. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/07/morre-aos-83-anos-a-ex-primeira-dama-dulce-figueiredo.html>. Acesso em: 6 ago. 2025.

NOVAES, R. S. *Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso pela Fundação FHC*. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OBJETOS de Figueiredo vão a leilão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de março de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200120.htm>. Acesso em: 6 ago. de 2025.

QUAIS são e quanto valem as joias que auxiliares de Bolsonaro tentaram vender. G1. 17 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/17/quais-sao-e-quanto-valem-as-joias-que-auxiliares-de-bolsonaro-tentaram-vender.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ROSA, V.; BORGES, A.; GALZO, W. Na véspera da volta de Bolsonaro, PF marca depoimento sobre joias. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2023. Política, A10.

Quando o passado vira patrimônio: regime jurídico dos acervos presidenciais no Brasil

Carlos Ari Sundfeld

1. Introdução

Ocupar a cadeira da Presidência da República, na condição de chefe de Estado do Brasil e de dirigente máximo do Poder Executivo Federal, transforma para sempre a vida das pessoas que nela se sentam. Elas se tornam pessoas públicas e, ainda que não queiram, permanecerão assim, mesmo após deixarem o cargo. As pessoas ocupantes desse posto, o mais alto e também mais visível da vida política e da máquina pública – bem como as famílias ou entidades que, no futuro, venham a sucedê-las na gestão de suas histórias pessoais e de seus patrimônios –, terão de lidar, no pós-mandato, e por um prazo indefinido, com a dimensão humana e civil dessas vidas e, ao mesmo tempo, com a dimensão público-simbólica do papel que desempenharam.

Essa dualidade afetará os mais diversos aspectos de seu cotidiano. Uma delas é relativa àqueles bens que, de diversos modos, se relacionam com a dimensão mais pública de suas vidas. Esses patrimônios dos ex-presidentes, além de seu possível valor econômico ou pessoal afetivo, podem incorporar algum peso simbólico, histórico, que ultrapasse essa esfera.

Objetos pessoais e registros escritos de todo tipo se tornam passíveis de interesse público e, muitas vezes, são interpretados como

reflexos de condutas, ideologias ou escolhas feitas durante o mandato, ou como partes relevantes da própria história do Estado e da política nacional.

Mas em que casos isso efetivamente ocorre? Além disso, o que fazer nessas circunstâncias, em que tais registros materiais deixem de fazer parte apenas da esfera íntima, adquirindo, em alguma medida, sentidos mais amplos que se mantêm após a Presidência? A preocupação não é nova no Brasil, já tendo sido objeto de tratamento jurídico, gerando uma prática de décadas. É interessante conhecer essa experiência.

O Brasil possui regras que constroem um procedimento específico voltado à preservação daquilo que, em sua generalidade, tem sido entendido como integrante dos acervos documentais privados de presidentes da República.

A expressão *acervo documental* tem sido entendida, pela legislação e pela prática consolidada na sua aplicação, como englobando *objetos em sentido amplo, de quaisquer categorias materiais, incluindo os tridimensionais*, não apenas os papéis, impressos e escritos. A razão é óbvia. O pijama furado à bala do presidente em exercício que, deitado em sua cama, tirou a própria vida com um tiro, a coroa do último imperador, a caneta com que o ditador baixou um ato de exceção, são todos elementos com alto valor documental. Portanto, *acervo documental dos Presidentes* quer dizer os conjuntos de bens móveis que documentam a história das Presidências durante os respectivos períodos.

Ainda que de natureza privada – isto é, adquiridos especificamente pelas pessoas físicas, inclusive por destinação de terceiros, e não por intermédio de operações diretamente estatais de aquisição –, tais acervos são tratados pelas normas como possuidores de relevância histórica, política e simbólica. Segundo o regime jurídico vigente, fotografias, cartas, anotações, agendas, condecorações, troféus, obras de arte e outros presentes recebidos se tornam parte de uma memória institucional.

Por isso, a legislação prevê mecanismos de catalogação, guarda e eventual incorporação desses materiais ao patrimônio cultural do país, res-

guardando tanto o direito à privacidade quanto o dever de preservação da história do Estado e do país.

Por razões ligadas a eventos midiáticos, nos últimos tempos a legislação e o mecanismo responsável pela preservação dos acervos documentais privados de Presidentes da República passaram a receber atenção especial pública mais ampla. O debate girou principalmente em torno das regras que regem esse mecanismo e da interpretação dada a elas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão administrativo independente de fiscalização, vinculado ao Poder Legislativo, que, entre outras funções, zela pelo do patrimônio público federal.

Em meio às discussões, uma questão de fundo ganhou destaque: presentes recebidos por Presidentes durante o exercício de seus mandatos, para serem incorporados a seus acervos privados, em vez de serem incorporados obrigatoriamente ao acervo da própria União federal, estariam sujeitos a um limite máximo de valor?

Neste breve estudo, abordo o tema por dois ângulos: o que diz a legislação brasileira e como o TCU a tem interpretado.¹

2. O regime jurídico de proteção dos acervos documentais privados de Presidentes da República

A proteção dos acervos documentais privados de presidentes da República é disciplinada pela lei n. 8.394, de 1991, e por seu decreto regulamentador n. 4.344, de 2002. Esses dois normativos estabelecem os tipos de bens que integrarão o acervo presidencial privado; limitam os direitos de alienação sobre esses bens; e instituem o Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República (Infoap), coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, para fins de controle do acervo.

1. Registro e agradeço a colaboração do prof. Yasser Gabriel, do Núcleo Público da FGV Direito + Sociedade Brasileira de Direito Público - sbdp, na pesquisa do tema e na elaboração deste estudo.

Quais bens integram juridicamente o acervo documental privado de um presidente da República?

Para os fins de direito, acervo documental privado do presidente da República é, em princípio, o conjunto de documentos, em qualquer suporte, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, produzidos sob as formas textual (manuscrita, datilografada ou impressa), eletromagnética, fotográfica, filmográfica, videográfica, cartográfica, sonora, iconográfica, de livros e periódicos, de obras de arte e de objetos tridimensionais, independentemente de os documentos terem sido produzidos ou acumulados antes, durante ou depois do mandato presidencial.²

No entanto, estão excluídos do acervo documental privado, e integrarão o acervo da própria União, os documentos de natureza arquivística produzidos e recebidos por presidentes da República, no exercício de suas funções, assim como os documentos bibliográficos e museológicos recebidos em cerimônias de troca de presentes, nas audiências com chefes de Estado e de Governo, e em visitas oficiais ou viagens de estado, ocorridas no exterior ou no Brasil.³

Quais limitações incidem sobre a possibilidade de alienação de bens integrantes do acervo documental privado de um presidente da República?

A União terá preferência em caso de venda de bens que integrem o acervo documental privado de um presidente da República. Significa dizer que uma eventual alienação onerosa a terceiros não pode ser feita sem o prévio oferecimento à União, que se manifestará, no prazo máximo de 60 dias, sobre o interesse na aquisição desses bens. Além disso, os bens não podem ser alienados para o exterior, ainda que a título gratuito, sem manifestação expressa da União.⁴ Essas restrições decorrem do dever constitucional de o poder público proteger o patrimônio cultural brasileiro.⁵

2. BRASIL. Decreto n. 4.344, art. 2º e *caput* do art. 3.

3. BRASIL. Decreto n. 4.344, incisos I e II do art. 3.

4. BRASIL. Lei n. 8.394, incisos I e II do art. 3º, decreto 4.344, incisos II e III do art. 6º, art. 10.

5. BRASIL. Constituição Federal, §1º do art. 216.

Quais providências, relativas a seus acervos documentais privados, presidentes da República devem adotar diante do Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República - Infoap?

Com auxílio da Secretaria de Documentação Histórica, órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República, os bens integrantes do acervo documental privado devem ser registrados no Infoap.⁶ O titular do acervo tem obrigação de preservá-lo e conservá-lo de acordo com a orientação técnica da Comissão Memória dos Presidentes da República e comunicar ao Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República a transferência do local de guarda do acervo, dentro do território nacional.⁷

As entidades públicas ou privadas, bem como as pessoas físicas, mantenedoras de acervos documentais presidenciais privados, podem solicitar aos órgãos públicos orientação ou assistência para sua organização, manutenção e preservação, além de pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.⁸

3. As decisões recentes do Tribunal de Contas da União sobre acervos documentais privados de presidentes da República

Em anos recentes, o Tribunal de Contas da União discutiu o conteúdo e a aplicação da lei n. 8.394 e do decreto n. 4.344, tendo proferido duas decisões cautelares, em 2016 e 2023, e uma decisão de mérito, em 2024, todas relacionadas ao tema. Uma das principais preocupações que motivaram as discussões no âmbito do controle de contas dizia respeito à existência (ou não) de limites de valor econômico para itens

6. BRASIL. Lei n. 8.394, arts. 10 e 11.

7. BRASIL. Decreto n. 4.344, inciso IV, alíneas *a* e *b*, do art. 6.

8. BRASIL. Lei n. 8.394, art. 14; decreto n. 4.344, art. 7.

recebidos por presidentes da República durante o exercício do mandato, acima dos quais eles não poderiam integrar seus acervos presenciais privados, devendo pertencer à própria União.

Esse aspecto do valor econômico, no entanto, não havia sido considerado como relevante pelas normas específicas, em especial pela lei de base, que nada disse a respeito, fazendo com que o decreto também não o considerasse. No texto dessas normas, a distinção entre os acervos público e privado das Presidências foi construída em função apenas das demais características do bem, como origem e qualidade.

Pelo ângulo jurídico, para o valor econômico de cada bem passar a ser tratado como mais um critério relevante para determinar sua incorporação a um acervo ou outro, seria indispensável que existissem outras regras ou princípios vigentes, de caráter mais geral, das quais derivasse essa exigência. Mas será que eles existem? É em torno disso que os principais debates do TCU vieram a ser travados.

Na decisão de 2016 (acórdão n. 2.255, do Plenário), foram emitidas determinações cautelares à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, relativas à incorporação de bens ao patrimônio da União (itens 9.2 a 9.4), bem como à Casa Civil, relativas ao aperfeiçoamento da legislação que regulamenta os acervos documentais privados (item 9.5).⁹

9. Acórdão TCU n. 2.255/2016.

"9. Acórdão: [...]

"9.2. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que:

9.2.1 incorporem, com fulcro no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, ao patrimônio da União todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos Presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes de Estado e de Governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de estado de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo Presidente da República;

9.2.2 no prazo de 120 dias, identifiquem todos os atuais mantenedores e os mantenedores que já deixaram a função, bem como a respectiva localização, entre os 568 bens recebidos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 47), bem como adotem as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

Essa decisão, em primeiro lugar, sem nenhuma novidade ou utilidade específica, deu uma ordem genérica para os órgãos ligados à Presidência da República cumprirem os termos do decreto n. 4.344 (item 9.2.1). Mas a decisão também trouxe uma medida cautelar, de natureza provisória, para que “pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, detentoras de acervos presidenciais privados, [se] abst[ivessem] de vendê-los ou doá-los” até que o TCU se manifestasse sobre as providências adotadas pelos órgãos administrativos, em decorrência de suas determinações na ocasião (item 9.1).

Já a decisão de 2023 (acórdão n. 326, do Plenário) não tratou propriamente de acervos presidenciais. Seu foco foi o Código de Conduta da Alta Administração Federal, que não se aplica a presidentes da República, e sim a ministros e secretários de Estado, titulares de cargos de natureza especial, secretários-executivos, secretários ou autoridades equivalentes ocupantes de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento

9.2.3. no prazo de 120 dias, adotem todas as providências necessárias à imediata incorporação ao acervo público dos bens constantes da relação de 144 bens recebidos pela Presidente afastada Dilma Vana Rousseff, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 59), que atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

9.2.4. no prazo de 120 dias, identifiquem os atuais mantenedores e a respectiva localização, entre os demais bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap, após a publicação do Decreto 4.344/2002, bem como adotem todas as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

9.2.5. adotem as medidas necessárias ao cumprimento da medida cautelar exarada no subitem 9.1 deste acórdão, dando ciência da referida decisão aos mantenedores dos bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap;

9.3. determinar ao DDH/PR que institua, imediatamente, o uso do formulário padrão, previsto no art. 9º do Decreto 4.344/2002, para recebimento dos documentos de viagens, encontros e audiências do presidente da República, com vistas ao registro e inventário geral dos acervos públicos e documentais privados dos presidentes da República;

9.4. determinar ao Gabinete Pessoal da Presidência da República, à Ajudância-de-Ordem, ao Cerimonial da Presidência da República e ao Cerimonial do MRE que imediatamente passem a utilizar o formulário a ser instituído em cumprimento ao art. 9º do Decreto 4.344/2002, por ocasião do envio dos “presentes” recebidos pelos presidentes da República ao DDH/PR;

9.5. recomendar à Casa Civil que promova estudos para aperfeiçoar a legislação que regulamenta os acervos documentais privados dos presidentes da República, para deixar assente os motivos e as excepcionais ocasiões em que os documentos bibliográficos e museológicos, recebidos pelo Presidente da República, no exercício dessa função devem ser de sua propriedade, permanecendo todos os demais presentes – incluídas as obras de arte e os objetos tridimensionais – como bens públicos, sob a guarda da Presidência da República [...].

Superiores (nível seis), presidentes e diretores de agências nacionais, autarquias, inclusive as especiais, fundações mantidas pelo poder público, empresas públicas e sociedades de economia mista.¹⁰

Essa decisão do TCU comunicou à Secretaria Geral da Presidência da República e à Comissão de Ética Pública seu entendimento de que seria vedado o recebimento, especificamente por essas autoridades, quando no exercício de missão diplomática, de presentes de uso pessoal para incorporação aos próprios patrimônios, pois isso estaria em desacordo com o princípio da moralidade pública. Assim, havendo oferta desses presentes, eles deveriam ser entregues à União e incorporados ao patrimônio público.¹¹

Além disso, na decisão o TCU recomendou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República o aperfeiçoamento da “regulamentação de sua alcada quanto aos critérios para aceitação de presentes dados por autoridades estrangeiras a agentes de missões diplomáticas brasileiras nos casos protocolares em que houver reciprocidade, especialmente quanto ao respectivo limite de valor comercial, em conformidade com os princípios de moralidade e razoabilidade”.¹²

Nesses debates, o TCU sugeriu a adoção da interpretação segundo a qual o reconhecimento de bens como integrantes do acervo privado dos presidentes da República deveria levar em conta, além dos critérios expressos nas normas aplicáveis (da lei n. 8.394, de 1991, e do decreto n. 4.344, de 2002), mais um critério, que no passado não havia sido considerado pelas normas: uma limitação de valor. Em função dele, só seriam privados os bens sem valor econômico significativo. O TCU, no entanto, não chegou a objetivar como calcular esse valor, limitando-se à genérica invocação dos princípios da moralidade e da razoabilidade para esboçar a ideia de que haveria um limite de valor.

Tempos depois, todavia, em decisão de 2024 (acórdão n. 1.585, do Plenário, decisão por maioria), o TCU deixou essa postura de lado e voltou ao

10. Código de Conduta da Alta Administração Federal, art. 2º.

11. Acórdão TCU n. 326/2023 – Plenário, item 9.2.

12. Acórdão TCU n. 326/2023 – Plenário, item 9.3.

texto da lei e do decreto específicos. Na ocasião, reconheceu não haver norma vigente impondo limites de valor econômico, bem como que os cidados princípios jurídicos, em sua abstração, não bastariam para instituí-los.

A conclusão, desta vez, foi de que não haveria fundamentação jurídica para, em função de seu valor econômico, caracterizar presentes recebidos no exercício do mandato como bens públicos, insuscetíveis de integração aos acervos privados de presidentes da República. Lateralmente, o TCU recomendou ao órgão da Presidência que a catalogação de presentes seja pública e ocorra em até 30 dias do recebimento; e deu ciência ao Congresso Nacional, para que este avaliasse a conveniência de serem supridas aquilo que chamou de possíveis “lacunas legislativas” sobre o tema.¹³

A decisão de 2024 concluiu, portanto, que, sem norma legal específica, não há base jurídica para, mesmo que se trate de presentes de alto valor econômico, impedir sua incorporação aos acervos privados presidenciais.

Ao instar o Congresso Nacional a legislar, ainda que sugerindo haver lacunas – isto é, que alguma motivação abstrata poderia recomendar uma legislação mais restritiva quanto ao conceito de acervos privados –, o TCU, além de prestar deferência ao Legislativo, reconhecendo que

13. Acórdão TCU n. 1.585/2024.

“9. Acórdão:

- 9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;
- 9.2. reconhecer que, até que lei específica discipline a matéria, não há fundamentação jurídica para caracterização de presentes recebidos por Presidentes da República no exercício do mandato como bens públicos, o que inviabiliza a possibilidade de expedição de determinação, por esta Corte, para sua incorporação ao patrimônio público;
- 9.3. recomendar ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que, doravante, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de presente pelo Presidente da República, o bem seja catalogado, após a devida avaliação pela unidade competente no âmbito da estrutura da Presidência da República, com identificação de marca, modelo, características, origem e destinação, seja pública ou particular, e que se dê publicidade em seção específica no portal da transparéncia do governo federal;
- 9.4. comunicar essa deliberação ao representante e à Casa Civil da Presidência da República;
- 9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como dos votos que o fundamentam, às Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que avaliem a conveniência e oportunidade de iniciar medidas legislativas necessárias a suprir a lacuna normativa existente em relação aos presentes recebidos pelos Presidentes da República;
- 9.6. juntar cópia desta decisão aos processos 003.679/2023-3, 005.338/2023-9, 022.935/2023-1 e 032.513/2023-2;
- 9.7. arquivar os presentes autos.”

só ele poderia incluir novos critérios quanto ao tema, implicitamente voltou atrás em seus entendimentos provisórios anteriores. É que ele reconheceu não haver no tema uma “omissão legal” no sentido do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LIN-DB (decreto-lei n. 4.657, de 1942), e, assim, renunciou à possibilidade de, decidindo os casos “de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”, vir a considerar como necessariamente públicos, apenas em função de seu valor econômico, presentes recebidos por presidentes que, segundo a lei atual, hoje pertencem a seus acervos privados.

4. Reflexão final

Independentemente das tensões políticas conjunturais que estiveram por trás dos debates no órgão de controle de contas federal, o único ponto que, até hoje, mereceu algum debate jurídico no Brasil foi esse, relativo à suposta ausência de normas estabelecendo limites de valor econômico para os presentes recebidos por presidentes da República.

Trata-se de uma restrição possível, por vezes adotada no setor privado, onde grandes empresas, preocupadas com possíveis conflitos de interesse, impõem limites precisos quanto ao valor de presentes recebidos por seus funcionários. Talvez aí resida a principal contribuição que o Direito pode oferecer à discussão: a criação de uma norma que regulamente expressamente esse aspecto.

Será ela necessária e pertinente no caso de presidentes da República? A resposta não é tão óbvia.

Em primeiro lugar porque, segundo a lei atual, mesmo integrando o acervo privado do presidente, um presente de alto valor econômico terá um regime especial, desenhado justamente para resguardar seu potencial interesse público. É verdade que esse regime não impede eventuais alienações, mas a União tem preferência legal para adquirir o bem respectivo, de modo que, por esse caminho, o eventual interesse público documental possa ser preservado sem problemas.

Será que limites de valor deveriam ser pensados para impedir conflitos de interesse, isto é, que algum presidente, seduzido por presentes, acabe por tomar decisões contra o interesse público apenas para favorecer o Estado, a entidade ou a pessoa que o presenteou?

A preocupação pode ser algo exagerada em função das características especiais da Presidência da República em um país democrático com Estado de Direito, cujos processos decisórios envolvem complexidades e controles suficientes para neutralizar tendências do tipo. Uma das medidas neutralizadoras, aliás, é a exigência legal, já constante da legislação específica, de justamente um órgão público fazer a catalogação formal dos presentes privados, objetivando com isso diminuir o espaço de favorecimentos a presenteadores que, por falta de catalogação, fiquem ocultos dos múltiplos controles políticos e jurídicos.

Optando-se ou não por alguma normatização suplementar na matéria, o importante é garantir que a história e a memória presidencial sejam preservadas, com equilíbrio entre o direito à privacidade e o interesse público. Para tanto, seria desejável um ambiente institucional mais seguro, em que órgãos de controle como o TCU sejam menos pautados por conjunturas em suas interpretações jurídicas.

Embora esse lado ligado à boa aplicação de normas jurídicas sempre seja relevante, o que realmente precisaria evoluir no Brasil é o debate sobre os meios indispensáveis de apoio (à acessibilidade para pesquisas, à boa utilização e mesmo à preservação) e de financiamento aos vários acervos presidenciais privados que, sobretudo a partir da lei de 1991, estão se formando. Interessa bastante, nesse sentido, explorar os desafios para, no longo prazo, manterem-se ativas e importantes entidades como a Fundação Fernando Henrique Cardoso, que vem se configurando como um exemplo nacional.



Reflexões sobre o tratamento de objetos em acervos

La place des objets en service d'archives: un état des lieux des pratiques françaises

Lucile Suire

En 2022, les élèves de la promotion de master 2 de l'Université d'Angers dont je faisais partie ont travaillé sur la place des objets dans les services d'archives français. Pour faire un état des lieux des pratiques, nous nous sommes appuyés sur l'analyse des témoignages des archivistes à l'échelle nationale, par le biais d'un questionnaire lancé le 14 décembre 2022, diffusé sur tous les réseaux professionnels archivistiques. Le questionnaire anglophone (2 réponses) ayant eu une portée très relative en rapport avec le francophone qui a eu un réel succès (129 réponses), nous avons décidé de ne pas l'exploiter et de nous centrer sur les pratiques françaises/des pays francophones.

En plus du questionnaire, nous avons réalisé des entretiens semi-directifs dans 6 services différents dans les Pays de la Loire permettant une appréhension plus précise des pratiques.

Cette enquête est jusqu'alors une première en France et un point d'entrée pour comprendre les problématiques qui se dégagent du traitement des objets en archives.

Lors de cette présentation, je reviendrai sur les problématiques suivantes: comment les services d'archives sont-ils amenés à conserver des objets et quels enseignements peut-on tirer de cette conservation?

1. L'origine des objets en archives

1.1. Des objets en archives?

La collecte d'objets en service d'archives n'est pas une pratique marginale et les archivistes se retrouvent en réalité assez souvent confrontés aux objets.

Sur notre panel, on peut observer une grande variété de services d'archives confrontés à cette problématique. On peut cependant remarquer que le secteur professionnel le plus représenté sont les archives municipales.

Dans la plupart des cas, aucune stratégie de collecte n'est définie spécifiquement autour des objets. L'entrée individuelle de l'objet est rare et reliée à contextes spécifiques, lorsque d'autres structures ne prennent pas en charge les objets: l'objet seul est souvent redirigé vers une autre institution patrimoniale.

Les services d'archives invoquent presque systématiquement la notion du respect des fonds et la provenance de l'objet pour justifier de leur conservation. S'ils sont parvenus à justifier le lien intellectuel entre l'objet et le fonds d'archives, les archivistes conservent les objets. Ils ne sont pas toujours au courant de la présence de ces objets (objets qu'on découvre pendant le classement, objets oubliés par le producteur lui-même). Cependant, certains archivistes ont pu questionner l'intérêt d'une telle conservation, si on ne retrouve pas le contexte. Par exemple, un archiviste des archives diocésaines de Pontoise a retrouvé une dent en or dans un carton sans parvenir à reconstituer l'histoire ou la provenance de cette dent.

Cette conservation inédite intervient plutôt dans le cadre de la volonté des producteurs ou d'archivistes de témoigner de l'histoire par le biais des objets. Par exemple, aux AD de la Mayenne, une usine de tissus a demandé aux archivistes de découper des échantillons de tissus à valeur de preuve et de garder les navettes de métier à tissus, car ce sont des objets peu communs. Les archivistes recherchent un compromis

avec le producteur, réfléchissent autour de l'intérêt de la collecte et ne refusent systématiquement les objets, quand ils peuvent documenter d'autant l'histoire du fonds.

Le respect des fonds et le lien entre les pièces écrites et l'objet sont donc un critère fondamental, sans quoi on ne conserve pas l'objet.

1.2. Définition et typologies des objets d'archives

Dans ce contexte où les objets représentent une part non négligeable de l'exercice archivistique, quelles sont les typologies des objets d'archives conservés et quelle définition peut-on donner de l'objet d'archives?

Les objets se retrouvent tant dans les fonds d'archives publiques que privés. On peut observer une très grande variété et hétérogénéité de typologies d'objets mais nous avons tenté d'établir des grandes familles d'objets:

- Objets reliés à des événements historiques ou patriotiques: plaques commémoratives des deux Guerres mondiales, brassard et vêtements de la défense passive (Seconde guerre mondiale), plaque d'inauguration du TGV (Train à Grande Vitesse) du Mans, cocardes de conscrits;
- Objets communaux: drapeaux, blasons, emblèmes, médailles, récompenses, objets promotionnels, publicitaires commémoratifs, cadeaux diplomatiques, offerts par le maire ou parce que la ville est jumelée, maquettes du concours d'architecture du bâtiment;
- Objets religieux: reliques, crucifix, bijoux;
- Objets des fonds judiciaires et tribunaux de commerce: pièces à conviction, objets saisis;

- Objets utilitaires ou usuels, de la vie quotidienne: vêtements, allumettes, tampons d'authentification, vaisselle, plumes, tabac;
- Objets issus de contextes spécifiques: animaux empaillés, liquides, restes humains, microscopes, prototypes du laboratoire de recherches, maquettes d'architectes, tissus et navette de métier à tissus (lié à une usine de tissage), tape de bouche (archives de Nantes);



1 - Pelote de fil de chanvre des établissements Bessonneau
aux Archives départementales du Maine-et-Loire

- Objets militants n'a été mentionné qu'une seule fois. On a connaissance de leur présence dans les fonds d'archives (au Centre des Archives du Féminisme, à Angers) mais ce n'est pas l'aspect militant qui a le plus interpellé notre panel;
- Objets mobiliers;
- Objets produits dans un cadre artistique: tableaux conservés aux Archives Départementales de la Mayenne.



2 - Tape de bouche conservé aux archives municipales de Nantes.

Pour comprendre les objets d'archives et en donner une définition, on peut s'appuyer sur le travail du collectif Roger T. Pédaue ayant travaillé sur la "théorie du document¹⁴". Selon eux, le document peut être considéré avant tout comme une forme, un objet, matériel ou immatériel, dont la structure est étudiée pour pouvoir l'analyser, l'utiliser ou le manipuler. Il est porteur d'un signe, un médium vers le système de connaissances. Cette approche globalisante est partagée par certains de nos témoins. Isabelle Las, archiviste aux AD de la Mayenne indique ainsi au sujet des sceaux qu'elle ne les considère pas comme des objets, mais comme une partie du document en trois dimensions. Cette vision se justifie, puisqu'un sceau est porteur d'un sens, d'un message, tout comme il est le témoin d'une communication. L'université de Nantes considère elle les objets comme « une sorte de troisième composante d'un tout patrimonial », une vision globale portée sur les archives.

Établir une définition des objets en archives est complexe, toutefois, nous pouvons à partir des réponses des archivistes, suggérer que les objets sont des archives à partir du moment où ils sont porteurs d'un sens et d'un témoignage.

14. Collectif Roger T. Pédaue, *La redocumentarisation du monde*, 2007, 213 p.

2. Le traitement archivistique des objets

2.1 Un traitement particulier

Les archivistes ont l'habitude de s'appuyer sur des normes de descriptions précises pour les archives «classiques», qui ne sont pas adaptées aux objets. Plus de la moitié des services n'ont pas de système de description et les 4/5 n'ont pas de politique d'archivage des objets. Un tiers de ceux qui ont un système utilisent une normalisation: ISAD (G), norme Musée de France (2 répondants), Fiche de saisie «OBJ» dans le logiciel Avenio (fiche basée en partie sur ISBD-NBM). La norme ISBD-Non Books Materials n'est pas citée, même si les archivistes pourraient l'exploiter, étant donné les partenariats courants entre les deux professions. Ils utilisent des normes qui leur sont familières, en empruntant des critères de musée. Les archivistes déplorent souvent le fait qu'il n'existe pas de circulaire pour encadrer l'archivage d'objets.

La pratique est bien différente des rares préconisations. Selon Pauline Renard (Archives municipales du Mans), la description des objets prend plus de temps que les archives papier, comme pour les fonds iconographiques. Il faut aussi avoir une certaine connaissance sur le matériau de l'objet. La description nécessite également un thesaurus spécifique et il faut prendre en compte les dimensions des objets (comme pour les fonds iconographiques).¹⁵ Pour Pauline Renard, les objets sont des archives. Intellectuellement, on doit les traiter comme des archives papier.¹⁶

Il existe différentes pratiques de classement: les archivistes essayent de ne pas casser la constitution de leurs fonds, mais de conserver le respect des fonds.¹⁷ Moins de 23% des services déclarent mettre en place des collections d'objets. Les archivistes déclarent que les objets

15. Entretien avec Pauline Renard, (00:21:40)

16. Entretien avec Pauline Renard, (00:02:53)

17. Entretien avec Séverine Bourdais, (00:08:18 - 00:10:57)

qui entrent en service d'archives sont davantage intégrés dans des fonds. Les objets sont majoritairement cotés en dernier. Ce système de cotation fait de l'objet une sorte d'annexe selon Isabelle Las (Archives départementales de la Mayenne). Physiquement, les objets peuvent rarement être rapprochés du reste de leur fonds. Les archivistes s'appliquent néanmoins à conserver un lien intellectuel.

Pour traiter le problème des objets, certains services ont constitué des séries spéciales pour eux dans le cadre de classement, bien que cela ne soit pas prévu réglementairement. Aux Archives municipales de Nantes (Véronique Guitton), il existe une série OBJ avec 8 sous-séries (maquettes d'équipements publics / médailles / tapes de bouche / drapeaux / vêtements / cadeaux / plaques commémoratives / divers).¹⁸ Les séries objets ont parfois été créées pour des raisons pratiques, comme une cotation de rangement: Pauline Renard explique que les objets versés après 2014 sont retirés des fonds dans lesquels on place un fantôme, et placés en série Objets (série derangement).¹⁹



3 - Exemple de conditionnement d'objets aux archives départementales de la Mayenne

18. Entretien avec Véronique Guitton (00:14:40-00:22:48)

19. Entretien avec Pauline Renard (00:18:59)

Les objets de la recherche scientifique sont répertoriés dans une base de données nationale: elle a été créée pour les objets scientifiques avec des métadonnées spéciales qui se rapprochent des archives. La description se rapproche des normes archivistiques, aussi par question d'habitude, mais elle n'est pas forcément adaptée. La volonté de recensement particulier pour les objets témoigne de la perception différente que l'on a des objets par rapport aux archives "classiques".

La question de l'élimination des objets est assez délicate et plus difficile. En effet, elle est moins encadrée que l'élimination d'archives « classiques ». Il n'y a pas de procédures claires, comme avec le contrôle scientifique et technique de l'Etat (CST), indique Sébastien Chetanneau. Ce dernier échantillonne ce qui peut l'être: ils sauvent ce qu'ils peuvent. Les objets dont on cherche à se débarrasser sont proposés à des musées, et ce même avant leur entrée dans le service pour éviter son versement.

2.2. La conservation en service d'archives

Après tout classement vient la question du conditionnement et de la conservation des objets. A ce sujet, il est clair pour les archivistes que les objets doivent être conditionnés et conservés de manière différente à celle du papier. Les archivistes font comme ils peuvent parce qu'aucune recommandation n'explicite cette problématique. Les deux principaux écueils sont la volumétrie de certains objets et le besoin de conditionnement particulier.

La conservation pose un réel problème pour les gros objets, dès lors qu'elle nécessite une salle particulière ou un conditionnement hors boîte (comme les équipements scientifiques de l'université de Nantes: il a fallu casser le mur pour les sortir du laboratoire!). La volumétrie est notamment le principal enjeu de conservation des maquettes, comme celle du pont de Cheviré (citée par Véronique Guitton, Archives municipales de Nantes²⁰⁾). De ce fait dans notre sondage, 63% des personnes trouvent les objets encombrants (difficultés de stockage et donc difficulté à comprendre leur intérêt). Tous les services n'ont pas de locaux adaptés aux objets.

20. Entretien avec Véronique Guitton (00:37:06-00:39:54).

La conservation peut être dans les magasins d'archives si ce sont de petits objets, ce qui représente la majorité des cas dans notre sondage (122 réponses). La conservation est faite dans des magasins spécifiques pour certains cas: salle de tri, bureau, hall d'entrée, salle d'exposition ou encore chambres fortes, salles des plans et même locaux de services techniques! Très peu de cas du sondage ont un magasin dédié à leur conservation. Aux Archives départementales du Maine-et-Loire, les objets précieux ou gros sont au coffre (Lydia Dosso).

Pour ce qui concerne le conditionnement, les archivistes ont plutôt le réflexe d'utiliser des boîtes d'archives, même s'ils ont conscience que ce n'est pas le même conditionnement. Aux Archives municipales du Mans (Pauline Renard), les moules de la famille Cautreau; de la taille d'une cheminée, sont emballés dans du papier de protection faute de mieux. Sinon, on achète des boîtes de conservation différentes à cause du format, provenant d'un fournisseur de musées, et des rouleaux TYVEK contre l'oxydation des métaux. Aux Archives départementales de la Mayenne, l'idée est de faire avec les moyens dont ils disposent, comme du papier bulle ou du papier de soie²¹.



4 - Moule de cheminée emballé dans du papier de protection aux archives municipales du Mans

21. Entretien avec Séverine Bourdais, (00:13:49-00:14:59).

Au-delà de ses deux écueils, se pose la question des normes de conservation: si celles du papier sont généralement bien connues des archivistes, ce n'est pas le cas pour les objets. Isabelle Las (cheffe du service "traitement des fonds" aux Archives départementales de la Mayenne) le dit: "Nous n'avons ni la bonne formation, ni les bons équipements pour conserver les objets".

Les problématiques citées dans le sondage sont les suivantes : les maquettes sont fragiles et sensibles à la poussière et l'humidité; les médailles ont un problème d'oxydation; les textiles sont sensibles à la lumière et la poussière, etc. Dans notre enquête comme dans nos entretiens, les mentions sont variées des conditions de sauvegarde : Michel Laurencin (archives diocésaines de Tours) conserve un tableau de l'archevêché car des filtres contre les rayons solaires et lunaires ont été posés sur les fenêtres, ce qui en fait le meilleur endroit pour être protégé. Les archives de l'université de Nantes posent la problématique des restes humains, conservés en lien avec les laboratoires pour des questions juridiques. Les caractéristiques de conservation d'autant plus particulières pour les objets chimiques (métaux rares, plomb, mercure...) et pharmaceutiques, les restes humains ou les animaux.

Le besoin de conseils est donc réel: il se traduit par la demande à des professionnels d'autres secteurs, dont les objets sont la spécialité: Aux Archives départementales du Maine-et-Loire, Lydia Dosso est en relation avec conservatrice spécialisée en textile.

Un dernier point concerne l'éventuel besoin de restauration. La restauration des archives papier sera globalement privilégiée dans le budget. Seule l'hypothèse d'une valorisation peut entraîner la restauration plus rapide d'un objet, si les moyens sont présents (financiers comme humains). Dans tous les cas, ce personnel particulier n'est pas présent aux archives: il faut recourir à un prestataire extérieur à définir au cas par cas, souvent des restaurateurs très spécialisés. Aux Archives municipales de Nantes (Véronique Guitton), un marché pluriannuel par lots en commun avec le musée Jules Verne et la direction du patrimoine permet notamment la restauration des maquettes²².

22. Entretien avec Véronique Guitton, (00:52:03-00:55:33).

On constate ainsi une envie réelle de conserver les objets, que freinent les problématiques de classement, de description et de conservation. Dans l'ensemble, les archivistes se retrouvent démunis face à la problématique du traitement archivistique des objets. Ils font comme ils pensent le mieux, en s'appuyant sur leurs habitudes archivistiques et sur leurs collègues des musées. Ils auraient besoin de structuration autour de la question. La diversité des traitements d'objets et des approches résulte pour beaucoup de ce manque de structure.

3. Archivistes et objets: une relation ambiguë

3.1. Archives ou musées?

Sur le sujet des objets, un lien est naturellement fait entre archives et musées. La nature de ce lien varie selon les points de vue. La première réaction est de rappeler qu'un service d'archives "n'est pas un musée": il y a des distinctions sur ce que les différentes institutions conservent, sur le profil du professionnel et donc de ses compétences et ses connaissances, ainsi que dans les ressources à disposition.

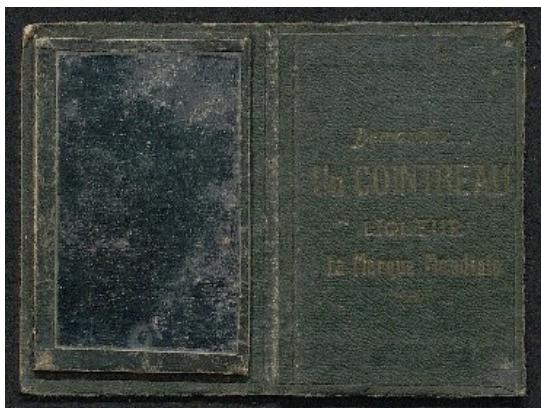
Il est nécessaire de demander conseil aux collègues qui travaillent en musée pour assurer la meilleure conservation possible des objets conservés en archives. C'est en tout cas ce que font la majorité des archivistes interviewés au cours de notre enquête. Les archivistes ne prennent pas tous les objets qui leur sont proposés en versement, en dépôt ou en don, mais redirigent vers des institutions muséales. Aux Archives départementales du Maine et Loire, un don d'objets liés au fonds des archives des ardoisières de Trélazé a été déposé au musée de l'ardoise avec l'accord du propriétaire et pour des raisons de volumétrie²³.

Les musées et les archives peuvent également être amenés à se partager un fonds, notamment dans le cas où celui-ci est composé d'un grand nombre d'objets. Les Archives départementales de la Mayenne ont fait ce choix avec le fonds d'un ancien explorateur ambassadeur

23. Entretien avec Lydia Dosso, 00:11:00

du XVIII^e siècle²⁴, le musée ayant conservé les objets, et les archives la documentation.

Quel est donc l'apport de l'archiviste et son regard sur les objets? Les services possèdent des typologies d'objets plus "historiques": médailles, monnaies, blasons, emblèmes, sceaux; mais aussi des typologies refusées par les musées: objets de la vie quotidienne (Séverine Bourdais), des objets commerciaux (Véronique Guitton)²⁵ ou encore des objets de communication²⁶. Ces refus peuvent avoir plusieurs raisons, dont la seule évoquée est par Pauline Renard: les cadeaux du Maire ont rejoint les magasins d'archives puisque les musées ne leur considéraient aucune valeur artistique²⁷.



5 - Objet publicitaire (miroir) de l'entreprise Cointreau
aux Archives départementales du Maine-et-Loire

Les objets sont donc le vecteur de relations entre les différents professionnels du patrimoine, mais ils sont aussi les témoins d'un rôle plus large de l'archiviste. Les archivistes interrogés ont souligné leur particularité: se déplacer chez les producteurs. Par conséquent, ils

24. Entretien avec Séverine Bourdais, 00:08:18 - 00:10:57

25. Entretien avec Véronique Guitton, 00:33:42-00:35:16 et réponse 112 du questionnaire

26. Entretien avec Pauline Renard, 00:16:07

27. Entretien avec Pauline Renard, 00:16:07

peuvent être la source de relations particulières avec eux et faire des découvertes. Ce rôle atypique des archives est également suggéré dans une réponse ouverte du questionnaire. Dans celle-ci, les archivistes sont présentés comme «l'un des derniers remparts avant la destruction» pour certains objets, et notamment ceux à faible valeur archivistique²⁸.

Le rôle de l'archiviste est souvent remis en question face à la conservation des objets: 63% reconnaissent les objets comme encombrants, 66% reconnaissent la conservation difficile, mais 90 % estiment que les objets ont leur place en service d'archives.

3.2. Les attraits des objets en archives

Lorsque l'on questionne les archivistes sur les avantages d'avoir des objets en archives, c'est l'aspect valorisation qui est le plus souvent mis en avant, et notamment les expositions. Dans celles-ci, dans les services éducatifs ou les visites du service, les objets ont plus de volume et sont plus visuels. Ils permettent de toucher plus de monde que les documents papier et/ou numériques.

La communication en salle de lecture est, elle, beaucoup plus délicate et même réalisable uniquement chez 50% des participants au questionnaire. Les raisons qui empêchent la communicabilité sont généralement liées à l'encombrement et la conservation préventive. La communication est ainsi globalement rare: les objets sont trop fragiles ou pas suffisamment mis en valeur au sein des instruments de recherches pour être connu des lecteurs (voire des archivistes eux-mêmes). Beaucoup ont évoqué le désir/projet de réaliser des numérisations (photographie, film, 3D) de leurs objets, lorsque ce n'est pas déjà fait, ainsi que des inventaires exhaustifs. Mais cela demande du temps et du budget, ce qui explique qu'ils ne soient pas une priorité.

28. Réponse 36 au questionnaire



6 - Poème sur l'internement de Mme Uzel entouré d'un fil de fer barbelé provenant du camp de Ravensbrück, encadré sous verre. Archives départementales du Maine-et-Loire.

Les objets, à l'instar des photographies ou des archives audiovisuelles, permettent de rendre plus vivant l'écrit, de le rendre plus palpable, plus réel. Certains services, cherchent enfin à mettre en place dans les prochaines années "une politique d'archivage autour de cette typologie spécifique d'archives²⁹".

Notre travail avait mis en évidence ce que beaucoup d'archiviste savaient déjà: les objets sont présents dans les magasins d'archives, mais une source de difficultés. Si le manque de connaissance et de compétences peut être résolu grâce aux bonnes relations entretenues avec les collègues du patrimoine, les problématiques de la place, de la conservation et de la description restent bien présentes. Il est évident que bien que les archivistes estiment pour une grande majorité que les objets ont leur place dans les services d'archives, beaucoup d'entre eux ressentent un manque flagrant d'outils, d'éléments de structuration et de réglementation.

29. Réponse 102 du questionnaire

Nous avons aussi pu déterminer que plusieurs services ignorent la quantité d'objets qu'ils possèdent. Les entretiens ont notamment permis la mise en évidence de la méconnaissance des archivistes sur cette typologie particulière au sein de leur propre service, et plusieurs ont émis le souhait de réaliser des inventaires précis des objets qu'ils possèdent ainsi que des campagnes de numérisation afin d'en donner connaissance plus facile aux publics. La difficulté qui se présente maintenant à eux, c'est de trouver le temps et le budget.

Les objets ont toujours fait partie intégrante de nos fonds, toutefois, ils ont aussi très souvent été laissés de côté au point que le rôle de l'archiviste face à cette typologie spécifique d'archives n'est pas pleinement reconnu. L'archiviste peut apporter un regard nouveau sur les objets, tout comme il peut grâce à sa pratique professionnelle, découvrir un patrimoine oublié de tous. Et à l'inverse, les objets peuvent permettre une nouvelle appréhension des archives papier, que cela soit par l'archiviste ou par le public, et apporter plus d'émotion.

O lugar dos objetos nos arquivos: um panorama das práticas francesas

Lucile Suire

Em 2022, alunos do segundo ano de mestrado da Universidade de Angers, em que eu estava inscrita, fizeram um trabalho a respeito do lugar dos objetos nos arquivos franceses. Para criar um panorama das práticas, recorremos à análise de depoimentos dos arquivistas em escala nacional, por meio de um questionário publicado em 14 de dezembro de 2022 e distribuído para todas as redes profissionais de arquivo. O questionário de língua inglesa (2 respostas) teve um alcance muito relativo em relação ao francófono, que foi um verdadeiro sucesso (129 respostas); por isso, decidimos não explorar o primeiro e nos concentramos nas práticas francesas/de países de língua francesa.

Além do questionário, também realizamos entrevistas semiestruturadas em 6 departamentos diferentes na região do Pays de la Loire, que permitiram uma compreensão mais precisa das práticas desses profissionais.

Essa pesquisa é, até agora, pioneira na França e um ponto de partida para compreender as problemáticas que emergem do tratamento dos objetos nos arquivos.

Nesta apresentação, revisitarei as seguintes questões: como os arquivos são levados a preservar objetos e que lições podem ser aprendidas com essa preservação?

1. A origem dos objetos nos arquivos

1.1. Objetos em arquivos?

A coleta de objetos num arquivo não é uma prática marginal, e os arquivistas se deparam com objetos com bastante frequência.

No nosso painel, podemos observar uma grande variedade de arquivos que enfrentam essa problemática. No entanto, pode-se notar que o setor profissional mais representado é o dos arquivos municipais.

Na maioria dos casos, nenhuma estratégia de coleta é definida especificamente em torno dos objetos. A entrada individual do objeto é rara e está ligada a contextos específicos, quando outras estruturas não comportam objetos: o próprio objeto é muitas vezes redirecionado para outra instituição patrimonial.

Os arquivos invocam quase sistematicamente a noção de respeito aos fundos e a proveniência do objeto para justificar sua preservação. Se conseguem justificar a ligação intelectual entre o objeto e o fundo, os arquivistas mantêm os objetos. Nem sempre eles têm consciência da presença desses objetos (há objetos que são descobertos durante a classificação, objetos que são esquecidos pelo próprio produtor). Entretanto, alguns arquivistas puderam questionar o interesse de tal preservação caso o contexto não seja encontrado. Por exemplo, um arquivista dos arquivos diocesanos de Pontoise encontrou um dente de ouro numa caixa, sem conseguir reconstruir a história ou a proveniência desse dente.

Essa preservação sem precedentes faz parte do desejo dos produtores ou arquivistas de testemunhar a história por meio dos objetos. Por exemplo, nos arquivos departamentais de Mayenne, uma fábrica de tecidos pediu aos arquivistas que cortassem amostras de tecido com valor probatório e mantivessem as lançadeiras do tear, por se tratar de objetos pouco comuns. Os arquivistas procuram um compromisso com o produtor, refletem sobre o interesse da coleta e não recusam sistematicamente os objetos quando estes podem documentar ainda mais a história do fundo.

O respeito aos fundos e a ligação entre os documentos escritos e o objeto são, portanto, um critério fundamental; caso contrário, o objeto não é preservado.

1.2. Definição e tipologias dos objetos arquivísticos

Nesse contexto em que os objetos representam uma parte significativa do exercício arquivístico, quais são as tipologias dos objetos preservados e que definição pode ser dada ao objeto arquivístico?

Os objetos podem ser encontrados em arquivos públicos e privados. Podemos observar uma grande variedade e heterogeneidade de tipologias de objetos, mas tentamos estabelecer grandes famílias:

- Objetos relacionados a eventos históricos ou patrióticos: placas comemorativas das duas Guerras Mundiais, braçadeira e vestuário de defesa passiva (Segunda Guerra Mundial), placa de inauguração do TGV (trem de alta velocidade) de Le Mans, distintivos de recrutas;
- Objetos municipais: bandeiras, brasões, emblemas, medalhas, recompensas, objetos promocionais, publicidades comemorativas, presentes diplomáticos – oferecidos pelo prefeito ou por se tratar de uma cidade-irmã –, maquetes do concurso de arquitetura do edifício;
- Objetos religiosos: relíquias, crucifixos, joias;
- Objetos de fundos judiciais e tribunais de comércio: peças que constituem provas, objetos apreendidos;
- Objetos utilitários ou da vida cotidiana: vestuários, fósforos, címbulos de autenticação, louça, penas, tabaco;
- Objetos de contextos específicos: animais empalhados, líquidos, restos humanos, microscópios, protótipos do laboratório de pesquisas, maquetes arquitetônicas, tecidos e lançadeira de

tear (ligado a uma fábrica de tecelagem), tampa de boca de canhão¹ (arquivos de Nantes);



1 - Novelo de cânhamo dos estabelecimentos de Bessonneau no Arquivo departamental do Maine-et-Loire

- Objetos militantes foram mencionados apenas uma vez. Estamos conscientes da sua presença nos fundos arquivísticos (no Centro arquivístico do feminismo, em Angers), mas não foi o aspecto militante que mais desafiou o nosso painel;
- Objetos de mobília;
- Objetos produzidos em contexto artístico: pinturas conservadas nos arquivos departamentais de Mayenne

1. Em francês o nome é *tape de bouche*, termo náutico que designa a tampa de proteção utilizada para fechar o cano de um canhão naval ou tubo de arma quando não está em uso. Geralmente é feita de madeira, metal ou tecido, podendo ser ornada com o brasão ou emblema do navio. (N. T.)



2 - Bocal conservado no Arquivo municipal de Nantes.

Para compreender os objetos arquivísticos e defini-los, pode-se contar com o trabalho do coletivo Roger T. Pédaueque, que trabalhou com a “teoria do documento” (2007). Segundo o coletivo, o documento pode ser considerado, acima de tudo, uma forma, um objeto, material ou imaterial, cuja estrutura é estudada para se poder analisá-lo, utilizá-lo ou manipulá-lo. Ele carrega um signo, um meio de acessar o sistema de conhecimentos. Essa abordagem globalizante é compartilhada por alguns dos depoentes. Isabelle Las, arquivista do arquivo departamental de Mayenne, indica que não considera os selos como objetos, mas como parte do documento em três dimensões. Essa visão é justificada, uma vez que um selo carrega um significado, uma mensagem, e também é o testemunho de uma comunicação. A Universidade de Nantes considera os objetos “uma espécie de terceiro componente de um conjunto patrimonial”, uma visão global centrada nos arquivos.

Estabelecer uma definição de objetos arquivísticos é complexo; porém, com base nas respostas dos arquivistas, podemos sugerir que os objetos são arquivos a partir do momento que passam a carregar um significado e um testemunho.

2. O tratamento arquivístico dos objetos

2.1. Um tratamento especial

Os arquivistas estão acostumados a se apoiar em critérios precisos de descrição para arquivos “clássicos”, que não são adaptados para os objetos. Mais da metade dos arquivos não têm um sistema de descrição, e 4/5 não têm uma política de arquivamento de objetos. Um terço dos que possuem um sistema utiliza uma normalização: General International Standard Archival Description (ISAD(G)), Musée de France (duas respostas), formulário de inscrição “OBJ” no software Avenio (ficha baseada parcialmente na International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials (ISBD–NBM)). A norma International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials (ISBD–NBM) não é citada, embora os arquivistas possam explorá-la, dadas as parcerias frequentes entre as duas áreas. Eles usam padrões que lhes são familiares, emprestando critérios de museus. Os arquivistas lamentam frequentemente o fato de não existir uma instrução normativa que regule o arquivamento de objetos.

A prática é muito diferente das raras recomendações. Segundo Pauline Renard (Arquivo Municipal de Le Mans), a descrição dos objetos demora mais tempo do que a dos arquivos em papel, como os fundos iconográficos. Também é necessário ter algum conhecimento sobre o material de que é feito o objeto. A descrição também requer um tesouro específico, e é necessário levar em conta as dimensões dos objetos (assim como os fundos iconográficos).² Para Pauline Renard, os objetos são arquivos. Intelectualmente, devemos tratá-los como arquivos em papel.³

Existem diferentes práticas de arquivamento: os arquivistas tentam não violar a constituição dos conjuntos e manter o respeito aos fundos.⁴ Menos de 23% dos arquivos declararam a criação de coleções de objetos.

2. Entrevista com Pauline Renard, (00:21:40).

3. Entrevista com Pauline Renard, (00:02:53).

4. Entrevista com Séverine Bourdais, (00:08:18 - 00:10:57).

Os arquivistas afirmam que os objetos que entram no arquivo estão mais integrados nos fundos. Os objetos são, em sua maioria, catalogados por último. Esse sistema de catalogação faz do objeto uma espécie de apêndice, segundo Isabelle Las (Arquivo Departamental de Mayenne). Fisicamente, os objetos raramente podem ser relacionados ao res-tante do fundo. No entanto, os arquivistas se esforçam para manter uma ligação intelectual.

Para lidar com o problema dos objetos, alguns arquivos criaram séries especiais para eles no âmbito da classificação, embora isso não seja pre-visto pela regulamentação. No Arquivo Municipal de Nantes (Véronique Guitton), existe uma série OBJ com 8 subséries (maquetes de equipa-mentos públicos; medalhas; bocais; bandeiras; vestimentas; presentes; placas comemorativas; diversos).⁵ As séries de objetos foram por vezes criadas por razões práticas, como uma codificação de armazenamento: Pauline Renard explica que os objetos incorporados depois de 2014 são removidos dos fundos, onde se põe um “fantasma”⁶ (registro substitu-to), e eles são colocados na série Objetos (série de armazenamento)⁷.

Os objetos de pesquisa científica estão listados em uma base de dados nacional, que foi criada para os objetos científicos com metadados es-peciais próximos dos arquivos.

5. Entrevista com Véronique Guitton (00:14:40-00:22:48).

6. Na terminologia arquivística, *fantôme* refere-se a um documento fantasma ou ficha de remissão deixada no fundo e/ou série original para indicar a retirada física de um item. Essa prática visa garantir a continuidade da descrição e o controle intelectual do conjunto. N.E.

7. Entrevista com Pauline Renard (00:18:59).



3 - Exemplo de acondicionamento de objetos no Arquivo Departamental de Mayenne

A descrição se aproxima das normas arquivísticas também por uma questão de hábito, mas não é obrigatoriamente adaptada.⁸ O desejo de um recenseamento específico dos objetos atesta a percepção diferente que se tem dos objetos em comparação com os arquivos “clássicos”.

A questão do descarte de objetos é bastante delicada e mais difícil. Com efeito, ela é menos regulamentada do que a eliminação dos arquivos “clássicos”. Não existem procedimentos claros, tal como acontece com o controle científico e técnico do Estado (CST, na sigla em francês), indica Sébastien Chetanneau. Este último coleta amostras do que pode ser coletado: eles guardam o que podem. Os objetos postos para descarte são oferecidos a museus, o que acontece antes mesmo antes de entrarem no arquivo, para evitar a transferência dele.

8. Entrevista com Sébastien Chetanneau.

2.2. Conservação no serviço de arquivos

Depois da realização de toda a classificação, surge a questão do acondicionamento e da conservação dos objetos. A esse respeito, é claro para os arquivistas que os objetos devem ser embalados e conservados de uma forma diferente da do papel. Os arquivistas fazem o que podem, porque nenhuma recomendação explicita essa problemática. As duas principais armadilhas são a volumetria de certos objetos e a necessidade de acondicionamentos especiais.

A conservação representa um problema real para os objetos grandes, uma vez que eles requerem uma sala especial ou armazenamento fora de caixas (como os equipamentos científicos da Universidade de Nantes: foi preciso quebrar a parede para retirá-los do laboratório!). A volumetria é, em particular, a principal questão da conservação das maquetes, como a da ponte de Cheviré (citada por Véronique Guitton, Arquivo Municipal de Nantes⁹). Como resultado, em nossa pesquisa 63% das pessoas consideram os objetos volumosos incômodos (dificuldades de armazenamento e, portanto, dificuldade em compreender o interesse por eles). Nem todos os arquivos têm instalações adequadas para objetos.

A conservação pode ser feita em depósitos de arquivos, se forem objetos pequenos, o que representa a maioria dos casos em nossa pesquisa (122 respostas). Em determinados casos, a conservação é feita em depósitos específicos: sala de triagem, escritório, hall de entrada, sala de exposições ou mesmo cofres-fortes, salas de plantas arquitetônicas e até instalações de serviços técnicos! Em muito poucos casos exibidos na pesquisa há um depósito dedicado à conservação. No Arquivo Departamental de Maine-e-Loire, objetos preciosos ou grandes estão no cofre (Lydia Dosso).

No que diz respeito ao acondicionamento, os arquivistas têm o reflexo de utilizar caixas de arquivos, mesmo que estejam cientes de que o tipo de acondicionamento não é o mesmo que o do papel. No Arquivo Municipal de Le Mans (Pauline Renard), os moldes da família Cautreau, do tamanho de uma lareira, são embalados em papel protetor por falta de algo melhor. Também é possível comprar caixas de conservação de diferentes em formato de um fornecedor para museus e rolos de

9. Entrevista com Véronique Guitton (00:37:06-00:39:54).

papel Tyvek contra a oxidação do metal. No Arquivo Departamental de Mayenne, a ideia é fazer o possível com o que se tem à disposição, como plástico bolha ou papel de seda¹⁰.



4 - Molde de lareira embrulhado em papel de proteção no Arquivo Municipal de Le Mans.

Para além desses obstáculos, coloca-se a questão das normas de conservação: se as do papel são geralmente bem conhecidas pelos arquivistas, esse não é o caso para os objetos. Isabelle Las (chefe do serviço de “processamento de fundos” no Arquivo Departamental de Mayenne) diz: “Não temos nem o treinamento certo nem o equipamento correto para conservar os objetos”.

Os problemas mencionados na pesquisa são os seguintes: as maquetes são frágeis e sensíveis ao pó e à umidade; as medalhas têm problema de oxidação; os têxteis são sensíveis à luz e ao pó etc. Na nossa investigação e nas entrevistas, as menções às condições de salvaguarda são variadas: Michel Laurencin (Arquivo Diocesanos de Tours) conserva uma pintura do arcebispo porque foram colocados filtros contra os raios solares e lunares nas janelas, o que faz dele o melhor lugar para proteger

10. Entrevista com Séverine Bourdais, (00:13:49-00:14:59).

o objeto. Os arquivos da Universidade de Nantes levantam a questão dos restos humanos, preservados em conjunto com laboratórios por questões jurídicas. As características de conservação são ainda mais particulares para os objetos químicos (metais raros, chumbo, mercúrio etc.) e produtos farmacêuticos, restos humanos ou animais.

A necessidade de aconselhamento é, portanto, real: ela se traduz na solicitação a profissionais de outros campos, que têm por especialidade os objetos: no Arquivo Departamental de Maine-et-Loire, Lydia Dosso está em contato com uma curadora especializada em têxteis.

Um último ponto diz respeito à eventual necessidade de restauro. A restauração dos arquivos em papel terá prioridade global no orçamento. Apenas a hipótese de valorização de um objeto pode levar à restauração mais rápida, se houver recursos para isso (tanto financeiros quanto humanos). Em todo caso, esse tipo de profissional não está presente nos arquivos: é necessário recorrer a um prestador de serviços externo para definir caso a caso, muitas vezes restauradores bastante especializados. No Arquivo Municipal de Nantes (Véronique Guitton), um contrato plurianual por lotes, em parceria com o Museu Jules Verne e o Departamento de Patrimônio, permite que as maquetes sejam restauradas¹¹.

Existe, portanto, um desejo real de preservar os objetos, o que é dificultado pelos problemas de classificação, descrição e conservação. De modo geral, os arquivistas encontram-se desamparados frente à problemática do tratamento arquivístico dos objetos. Eles fazem o que consideram melhor, confiando em seus hábitos arquivísticos e em seus colegas de museus. Eles precisariam de uma estruturação em torno da questão. A diversidade de tratamentos de objetos e de abordagens resulta, em muitos casos, em falta de estrutura.

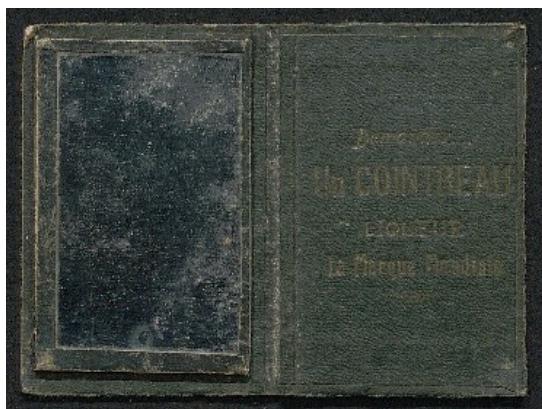
11. Entrevista com Véronique Guitton, (00:52:03-00:55:33).

3. Arquivistas e objetos: uma relação ambígua

3.1. Arquivos ou museus?

Em relação aos objetos, estabelece-se uma relação natural entre os arquivos e os museus. A natureza dessa relação varia de acordo com os pontos de vista. A primeira reação é lembrar que um arquivo “não é um museu”: há distinções sobre o que as diferentes instituições conservam, sobre o perfil do profissional e, portanto, sobre suas competências e conhecimentos, bem como sobre os recursos disponíveis.

É necessário pedir conselhos aos colegas que trabalham em museus para garantir a melhor conservação possível dos objetos mantidos em arquivos. Ao menos é o que faz a maioria dos arquivistas entrevistados em nossa pesquisa. Os arquivistas não aceitam todos os objetos que lhes são oferecidos para recolhimento, depósito ou doação, mas os redirecionam para instituições museológicas. No Arquivo Departamental do Maine-et-Loire, uma doação de objetos ligados ao fundo das ardósias de Trélazé foi depositada no Museu da Ardósia com o acordo do proprietário e por razões de volumetria¹².



5 - Objeto publicitário (espelho) da empresa Cointreau
no Arquivo Departamental do Maine-et-Loire.

12. Entrevista com Lydia Dosso, 00:11:00

Os museus e os arquivos podem também ter de partilhar um fundo arquivístico, especialmente se ele for composto por um grande número de objetos. O Arquivo Departamental de Mayenne tomou essa decisão em relação ao fundo de um ex-embaixador explorador do século XVIII¹³. O museu conservou os objetos e o arquivo, a documentação.

Então, qual é o papel do arquivista e qual seu olhar sobre os objetos? Os arquivos têm tipologias de objetos mais “históricas”: medalhas, moedas, brasões, emblemas, selos; mas também tipologias recusadas pelos museus: objetos da vida cotidiana (Séverine Bourdais), objetos comerciais (Véronique Guitton)¹⁴ ou mesmo objetos de comunicação¹⁵. Essas recusas podem ter vários motivos, mas um único foi mencionado por Pauline Renard: os presentes do prefeito se juntaram ao arquivo, uma vez que os museus não consideravam que eles tivessem qualquer valor artístico¹⁶.

Os objetos são, portanto, o elo das relações entre os vários profissionais do patrimônio, mas são também testemunhas de um papel mais amplo do arquivista. Os arquivistas entrevistados salientaram sua particularidade: se deslocar até os produtores. Consequentemente, eles podem ser fonte de relações particulares e fazer descobertas. Esse papel atípico dos arquivos é também sugerido numa resposta aberta do questionário. Nela, os arquivistas são apresentados como “uma das últimas barreiras antes da destruição” de certos objetos, em particular aqueles com baixo valor arquivístico¹⁷.

O papel do arquivista é frequentemente questionado diante da conservação dos objetos: 63% reconhecem os objetos como volumosos, 66% reconhecem que a conservação é difícil, mas 90% acreditam que os objetos têm o seu lugar no serviço de arquivos.

13. Entrevista com Séverine Bourdais, 00:08:18 - 00:10:57

14. Entrevista com Véronique Guitton, (00:33:42-00:35:16) e resposta 112 do questionário.

15. Entrevista com Pauline Renard, (00:16:07).

16. Entrevista com Pauline Renard, (00:16:07).

17. Resposta 36 do questionário.

3.2. Os atrativos dos objetos arquivísticos

Quando se questionam os arquivistas sobre as vantagens de ter objetos em arquivos, o aspecto da valorização é o mais frequentemente destacado e, em particular, as exposições. Nessas exposições, em serviços educativos ou visitas a departamentos, os objetos têm mais volume e são mais visuais. Eles permitem alcançar mais pessoas do que documentos em papel e/ou digitais.

A ação de difusão nas salas de consulta é, por sua vez, muito mais delicada, e chega a se realizar apenas para 50% dos participantes que responderam ao questionário. As razões que impedem a difusão estão geralmente relacionadas com a falta de espaço e a conservação preventiva. A difusão é, portanto, geralmente rara: os objetos são muito frágeis ou não são suficientemente valorizados em meio aos instrumentos de pesquisa para serem conhecidos pelos leitores (ou mesmo pelos próprios arquivistas). Muitos mencionaram o desejo/projeto de realizar digitalizações (fotografia, filme, 3D) dos seus objetos – quando isso ainda não foi feito –, e também inventários exaustivos. Mas isso requer tempo e orçamento, o que explica por que essas ações não são prioridade.



6 - Poema sobre o confinamento da sra. Uzel, rodeado por um arame farpado do campo de Ravensbrück e emoldurado sob vidro. Arquivo Departamental do Maine-et-Loire.

Os objetos, assim como as fotografias ou os arquivos audiovisuais, permitem tornar a palavra escrita mais viva, mais palpável, mais real. Alguns arquivos estão finalmente tentando criar, nos próximos anos, “uma política de arquivamento em torno dessa tipologia específica de arquivo”¹⁸.

Nosso trabalho tinha salientado o que muitos arquivistas já sabiam: os objetos estão presentes nos repositórios de arquivos, mas são uma fonte de dificuldades. Se a falta de conhecimentos e competências pode ser resolvida graças às boas relações mantidas com os colegas do patrimônio são problemáticas envolvendo espaço, conservação e descrição permanecem muito presentes. É óbvio que, embora a grande maioria dos arquivistas acredite que os objetos têm um lugar nos serviços arquivísticos, muitos deles sentem uma flagrante falta de ferramentas, elementos estruturantes e estabelecimento de regras.

Também pudemos constatar que vários arquivos ignoram a quantidade de objetos que possuem. As entrevistas permitiram, em especial, evidenciar a falta de conhecimento dos arquivistas a respeito dessa tipologia particular dentro de seu próprio departamento, e vários manifestaram o desejo de realizar inventários precisos dos objetos que possuem, bem como campanhas de digitalização, a fim de facilitar o acesso do público a esse tipo de conteúdo. A dificuldade que agora se apresenta é encontrar tempo e orçamento para tal.

Os objetos sempre foram parte integrante de nossos acervos; no entanto, foram também muitas vezes deixados de fora, a ponto de não ser plenamente reconhecido o papel do arquivista ao lidar com esse tipo específico de arquivo. O arquivista pode trazer um novo olhar para os objetos e, graças à sua prática profissional, também pode descobrir um patrimônio esquecido por todos. Inversamente, os objetos podem permitir uma nova compreensão dos arquivos em papel, seja pelo arquivista, seja pelo público, e trazer mais emoção.

Tradução: Andréia Manfrin Alves

Revisão técnica: Silvana Goulart

18. Resposta 102 do questionário.

Bibliografia

COLLECTIF ROGER T. PEDAUQUE, *La Redocumentarisation du monde*. Toulouse: Cépades éditions, 2007.

Acervos de instituições científicas e cientistas: entre cadernos de laboratório, coleções biológicas e microscópios

Paulo Elian dos Santos

Introdução

A aventura científica percorre diferentes caminhos. Sua base é o laboratório, mas ela se estende para “outros lugares”. Cientistas atuam no ensino, investem na formação de jovens pesquisadores, realizam estudos no campo, criam e participam de sociedades científicas, assumem funções de gestão, tomam posições no debate público e ocupam postos em organismos nacionais e internacionais. Lugar de estudo experimental, o laboratório associa conhecimento científico e objetivos práticos e, para tal, reúne pessoas, instrumentos e equipamentos, produtos químicos e animais de experimentação. São ambientes híbridos, de alta complexidade e diversidade documental, que não podem ser controlados por um saber específico ou submetidos a conceitos que não se encaixam nessa realidade singular e diversa. Ao se depararem com acervos formados nesses ambientes, os profissionais de arquivologia têm como tarefa compreender o que são e que funções cumprem as diferentes formas e registros documentais da ciência, tratadas como parte de um todo orgânico que podemos denominar arquivo.

Nosso objetivo é problematizar as abordagens e as práticas adotadas no tratamento desses acervos, a partir da experiência da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz), dirigindo nosso olhar para o ambiente da pesquisa que gera conhecimento, produtos e serviços na área biomédica para atender as necessidades da saúde da população brasileira. Para tanto, partimos do pressuposto de que os laboratórios não comportam um único olhar disciplinar que os reduza a um tipo de estrutura organizacional superada pelos arranjos da ciência do século XXI. Se considerarmos a presença de documentos de arquivo, materiais de natureza bibliográfica, coleções científicas e inúmeros artefatos que podem ser submetidos às operações de contextualização, podemos assim acionar a ideia de transdisciplinaridade para a abordagem de “objetos transdisciplinares”, de forma a combinar metodologias de diferentes disciplinas a serviço da geração de novos conhecimentos.

Os arquivos da ciência representam uma das expressões documentais mais complexas, pois abrangem múltiplas tipologias e suportes, resultantes da diversidade de práticas que compõem a atividade científica. Diferentemente de arquivos administrativos convencionais, esses acervos incluem cadernos de laboratório, registros experimentais, coleções biológicas, produtos químicos, amostras materiais, iconografia, registros sonoros e audiovisuais, além de equipamentos e instrumentos que, pela lógica de acumulação, podem integrar a memória institucional ou pessoal de cientistas.

O laboratório, frequentemente compreendido como núcleo da atividade científica, é também espaço de produção documental. Como bem destacaram Latour e Woolgar (1997), a ciência em ação é marcada por uma intensa cultura da escrita, em que cadernos, anotações, relatórios, gráficos e tabelas constituem o fluxo de “inscrições” que sustentam a validação dos fatos científicos. Dessa forma, o laboratório pode ser entendido não apenas como espaço de experimentação e observação, mas igualmente como um “lugar de arquivos” (Santos, 2021). Arquivos, em um sentido ampliado.

A presença de objetos nos arquivos é tema controverso e com poucos estudos na área da arquivologia (Gomes; Silva, 2011). A natureza heterogênea desses acervos desafia as fronteiras disciplinares. Muitas vezes, os arquivos pessoais de cientistas preservam objetos, artefatos – como instrumentos, peças de campo, espécimes minerais ou biológicos –

que se configuram como testemunhos materiais das atividades desenvolvidas. Embora alguns autores questionem seu estatuto arquivístico, outros defendem que o critério de acumulação e de vinculação funcional justifica sua permanência no arquivo (Camargo; Goulart, 2007). Para as autoras, esses artefatos compõem, ao lado de outros gêneros documentais, “o conjunto articulado e indissociável a que chamamos arquivo” (Camargo; Goulart, 2007, p. 57).

Outro aspecto merece nossa atenção. A transformação digital e o avanço da ciência *in silico* ampliaram ainda mais essa diversidade. Hoje, os arquivos da atividade científica incluem bancos de dados, softwares, registros digitais de experimentos e documentação eletrônica que coexistem com materiais analógicos, muitos em suporte papel. Ao mesmo tempo, Chadarevian (2013) nos alerta que os computadores onipresentes em quase todos os aspectos da pesquisa ainda convivem com muitas outras “coisas”, que lotam “bancadas de laboratórios, enchem geladeiras e câmaras frigoríficas, zumbem em salas de instrumentação, povoam biotérios, preenchem bibliotecas e marcam paisagens” (2013, p. 634). Esse cenário gera desafios inéditos para a arquivologia, sobretudo em termos de preservação digital, acessibilidade e integração entre diferentes linguagens e formatos.

Os acervos científicos são, portanto, marcados por sua materialidade múltipla e pela pluralidade de lugares onde se acumulam. Laboratórios, museus, arquivos institucionais, coleções pessoais e plataformas digitais constituem espaços interconectados da atividade científica. Reconhecer essa diversidade é essencial para compreender a ciência não apenas como produção de conhecimento, mas também como prática social, cultural e material, que deixa rastros e testemunhos mantidos em diferentes registros e suportes que merecem uma abordagem, integrada de preservação e gestão (Lourenço, 2020).

Dessa maneira, os arquivos da ciência devem ser compreendidos como acervos híbridos, interdisciplinares e transdisciplinares, exigindo abordagens que, apoiadas nos princípios arquivísticos, possam dialogar com outras áreas disciplinares.

As ciências biológicas e da saúde: quais artefatos?

Os apontamos que apresentamos neste artigo tomam por base a experiência da Casa de Oswaldo Cruz (COC) na pesquisa e na gestão dos arquivos da Fiocruz, cujo acervo é suficientemente complexo para iluminar o tema proposto. Ali se encontram não apenas documentos originários do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 (nomeado Instituto Oswaldo Cruz em 1908), mas dos demais institutos que, reunidos em 1970, passaram a formar a Fiocruz, assim como outros centros e unidades criados a partir da década 1980, no contexto da redemocratização política do país. Hoje, esse complexo de ciência, tecnologia e inovação em saúde, constituído por institutos, escolas de pós-graduação e ensino técnico, fábricas de vacinas e medicamentos e unidades hospitalares, está presente em dez estados e no Distrito Federal. Somado a esse vasto acervo de natureza institucional, temos sob custódia da Casa de Oswaldo Cruz mais de uma centena de arquivos pessoais, que abarcam documentos relacionados a trajetórias profissionais e de vida de homens e mulheres que, em sua grande maioria, atuaram na Fiocruz.

Os documentos de arquivo são, por excelência, do gênero textual. Como afirma Ana Maria Camargo, utilizam linguagem escrita para viabilizar certas ações e, *a posteriori*, para provar que essas mesmas ações se realizaram (2015, p. 15-16). Ao sinalizar uma postura de negligência na nomeação adequada dos documentos, para fins de organização e descrição dos arquivos, Camargo (2015) toca em aspectos sensíveis dos métodos e práticas arquivísticas. Tal alerta ganha contornos mais significativos quando ela dirige sua atenção para o sentido da presença de determinados objetos no arquivo e, com isso, reforça a defesa da abordagem contextual que coloca no mesmo patamar documentos de naturezas diversas, incluindo aqueles que, por tradição e em razão do seu formato, são invariavelmente encaminhados para bibliotecas e museus (Camargo, 2015, p. 17). Portanto, é inegável a contribuição de Ana Maria Camargo na nomeação de documentos que convivem com os textuais, mas “empregam outros sistemas de signos na comunicação de seu conteúdo” (Camargo, 2023). Na Fiocruz, o esforço para adoção de procedimentos integrados de recolhimento de arquivos e captação

de acervos pessoais ainda não gerou efeitos capazes de superar plenamente práticas disciplinares que tradicionalmente privilegiam características físicas dos documentos, em detrimento dos elementos de funcionalidade e contextualização a que podem ser submetidos.

Feito esse preâmbulo, é importante reafirmar que nosso objetivo é partir de estudos e práticas de tratamento de acervos produzidos e acumulados no ambiente institucional da Fiocruz e daqueles de natureza pessoal adquiridos por doação, e trazer elementos que ajudem a compreender o vínculo entre os documentos e as ações de uma instituição científica ou cientista, ao longo do tempo.

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), nosso objeto inicial, realiza pesquisa, desenvolvimento e inovação em 66 laboratórios, gerando conhecimento sobre transmissão, tratamento, controle e prevenção de diversos agravos, como aids, tuberculose, malária, febre amarela, dengue, doença de Chagas, leishmanioses, leptospirose, hepatites, hanse-níase, dentre outras. Atua ainda em estudos ambientais, na prospecção de fármacos e no desenvolvimento de novas vacinas, métodos de diagnóstico e estratégias terapêuticas. Nesses espaços, desenvolvem-se dissertações e teses de pós-graduação e são mantidas e gerenciadas dezenas de coleções biológicas, que conservam milhões de amostras.

Para fins deste artigo, tomamos o Laboratório de Referência Nacional em Vetores das Riquetsioses, onde se encontra localizada a Coleção de Artrópodes Vetores Ápteros de Importância em Saúde das Comunidades (CAVAISC), dividida em duas seções: aberta e fechada¹. A segunda, denominada Coleção Histórica Henrique Aragão, é composta por lâmi-

1. Composta por carapatos, ácaros, pulgas e piolhos, vetores envolvidos na transmissão de bioagentes das riquetsioses. Foi criada em 1992 e reconhecida institucionalmente pela Fiocruz em 2008. A CAVAISC reúne aproximadamente 28.000 espécimes em um acervo dividido em duas seções: aberta [Ixodológica - Ixo (carapatos), Acarológica - ACA (ácaros), Siphonaptera - SIPHO (pulgas) e Phthiraptera - PHIT (piolhos)] e fechada, que inclui o acervo histórico Henrique Aragão - HIS (carapatos), formado a partir de espécies coletadas entre o final do século XIX e a década de 1930. Em 1909, Aragão institucionalizou a coleção e continuou a estudar os carapatos até seu falecimento, em 1956, período de declínio nos estudos do grupo. Por não deixar sucessores que dessem continuidade a sua linha de pesquisa, o acervo foi inserido na Coleção Entomológica do Instituto Oswaldo Cruz (CEIOC), recebendo o título de Coleção Histórica Henrique Aragão e passando a ser um acervo fechado (Siqueira, 2023).

nas de esfregaços, blocos de parafina e lâminas histológicas², que são registros das atividades científicas do médico e pesquisador na elucidação de doenças tropicais que acometiam o país no início do século XX, testemunho do início da prática da ciência dentro do Instituto Oswaldo Cruz (Siqueira, 2023)³.

2. Lâmina de esfregaço: lâmina de vidro com uma fina camada de material biológico (geralmente sangue) espalhada e seca sobre ela, preparada para ser observada ao microscópio. Esse método permite a análise das células sanguíneas (glóbulos vermelhos, brancos e plaquetas) e é usado para diagnosticar doenças como anemia e leucemia, além de identificar parasitas como o da malária.

Bloco de parafina: amostra de tecido biológico (geralmente uma biópsia) que foi embebido em parafina, em um molde que será resfriado para se tornar duro o suficiente para ser seccionado em fatias finas, de forma a permitir que a luz do microscópio atravesse. O resultado é a formação de blocos e parafina com o tecido estudado em seu interior. Processo da histopatologia para o diagnóstico de doenças.

Lâmina histológica: lâmina retangular de vidro sobre a qual são colocados cortes de tecidos ou órgãos com aproximadamente 5 micrometros. Essas lâminas são coradas com corantes como a hematoxilina e a eosina para destacar as estruturas celulares e extracelulares, permitindo sua observação e estudo detalhado ao microscópio, para o diagnóstico de doenças. Para proteção e preservação dos cortes, eles são cobertos por uma delgada lâmina de vidro, denominada lamínula.

Tais definições foram adaptadas da cartilha *Gestão de acervos. Conservação curativa. Coleções biológicas* (Siqueira, 2023).

3. Henrique Aragão (1879-1956), natural da cidade de Niterói (RJ), formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1904. No ano anterior havia ingressado no Instituto Soroterápico Federal, como estagiário de Oswaldo Cruz, mantendo seu vínculo com a instituição. Em 1905, defendeu seu doutorado, com a tese intitulada *Ensaio soroterapêutico para doenças produzidas por germes não cultiváveis*, passando em seguida a integral o quadro de assistentes da instituição, indicado pelo próprio Oswaldo Cruz. Conduziu estudos em mais de 25 áreas diferentes, como bacteriologia, protozoologia, acarologia e virologia, e desempenhou inúmeras funções ao longo de sua trajetória, como assistente, pesquisador, professor, chefe de serviço e diretor do Instituto Oswaldo Cruz (Siqueira, 2023).



Coleção Histórica Henrique Aragão.
Fonte: Acervo pessoal Liege Siqueira

Nesse ambiente institucional caracterizado por experimentação e colecionismo, Henrique Aragão inicia a sua coleção, fruto dos estudos de carrapatos como vetores de doença. Para tanto, realizou estudos morfológicos e taxonômicos de carrapatos descrevendo várias espécies, constituindo seu acervo durante algumas décadas. Segundo Aranda (2014, p. 51), “este material coletado ao longo de anos se consolida e passa a ter valor científico agregado, até que passe a atuar como coleção de referência na sua área de aplicação”.

O exercício de aproximar princípios da arquivologia com os métodos e técnicas das denominadas ciências biológicas ou da vida nos parece positivo quando nos defrontamos com a seguinte formulação de Aranda (2014, p. 51):

No concernente ao entendimento de coleção biológica e patrimônio, para a arquivologia documento é tudo o que tem caráter probatório e as coleções biológicas são testemunho das atividades desenvolvidas com seu material biológico. Por serem mencionadas em trabalhos técnicos, laudos, artigos

científicos, teses etc., comprovam a realização destas mesmas atividades e permitem sua rastreabilidade. Portanto, o material biológico de uma coleção pode ser considerado um bem patrimonial arquivístico. E seu conjunto – a Coleção Biológica –, patrimônio científico e cultural.

Na mesma direção, a pesquisa de Siqueira (2023) busca trazer evidências da relação entre as três tipologias de material biológico que analisou – para fins de preservação – e a produção científica de Henrique Aragão, traduzida em 25 artigos publicados (2023, p. 81). A mesma autora recorre à literatura que trata do desenvolvimento de grandes bancos de dados complexos da biodiversidade para reforçar a noção de que cada espécime de coleção biológica é um documento único, como o original de uma obra de arte; seus *vouchers*⁴ são “fonte primária para a certificação da diversidade de espécies de uma determinada região”, base de reproduтивidade do método científico (Lane et al., 2000).

Com o segundo exemplo que trazemos, a intenção é reforçar a existência de fronteiras tênues que caracterizam inúmeros documentos e tornam difícil o trabalho de definição do gênero e dos métodos e técnicas disponíveis, nas áreas da arquivologia, biblioteconomia e museologia, e às quais serão submetidos.

Aqui tomamos o objeto da pesquisa de Bianca Barbosa (2022), que examinou, sob a perspectiva da conservação, o herbário histórico *Cecidotheca Italica o racolta di galle italiane determinatate: preparate ed illustrate*, de autoria dos fitopatologistas Alessandro Trotter e Giacomo Cecconi, e que se encontra sob a guarda da Seção de Obras Raras A. Overmeer da Fiocruz⁵.

Para cumprir tal objetivo, a autora empreendeu uma pesquisa histórica sobre a trajetória e circulação do conhecimento da obra, suas possíveis motivações e usos para o então Instituto Oswaldo Cruz. Quais os fa-

4. Vouchers são exemplares designados para documentar a identidade de organismos utilizados em investigações científicas.

5. A coleção original, datada de 1900, possui 23 fascículos e pertence ao Museo Botanico da Università degli Studi di Padova, Itália, apresentando 575 exsicatas italianas e de Trípoli, Líbia. Outras instituições possuem obras posteriores desse herbário, como o Orto Botânico di Ferrara, Firenze, Palermo e outras instituições italianas e internacionais, como é o caso da Biblioteca A. Overmeer, na Fiocruz (Barbosa, 2022, p. 51).

tores que explicam a circulação dos herbários entre jardins botânicos, bibliotecas? A partir desse problema, Barbosa (2022) acionou o conceito de circulação do conhecimento, tratado por autores dos campos da história das ciências e da cultura material. Essa perspectiva contribuiu para a compreensão a respeito da produção dos herbários, do ponto de vista da coleta de amostras vegetais e da confecção dos livros empregados como suporte, o que se aplica ao caso da *Cecidotheca Italica*.



Visão geral da *Cecidotheca Italica*. Fonte:
Acervo pessoal Bianca Barbosa



Lateral esquerda da *Cecidotheca Italica*. Fonte:
Acervo pessoal Bianca Barbosa

O herbário em tela comprehende os fascículos XIX-XX, de 1909, e possui exsicatas da Itália e da Eritrea, espécimes botânicos e entomológicos pelo fato de a cecidologia ser um campo da biologia que se dedica ao estudo de galhas e outras formações morfológicas resultantes da interação entre agentes entomológicos (ácaros, vespas, mosquitos, borboletas) e espécimes botânicos (Barbosa, 2022). Segundo a autora, por ser o herbário um documento no “limiar entre coleção biológica e bibliográfica”, o produto de seu estudo foi estabelecer, através de uma proposta de diagnóstico de conservação, a indicação de medidas para a preservação da *Cecidotheca Italica* que fossem aplicáveis à Seção de Obras Raras, de forma a garantir a manutenção da unicidade e originalidade da obra (Barbosa, 2022).

Como bem assinala a autora, temos diante de nós um objeto que merece uma observação atenta. Um artefato com características físicas que o aproximam do material bibliográfico, mas que não prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem, isto é, o vínculo com a função básica de colecionar amostras da natureza para fins científicos.

O exemplo seguinte trata das possibilidades de exploração dos vínculos contextuais entre fotografias e peças de anatomia patológica do Museu de Patologia do Instituto Oswaldo Cruz, produzidas nas primeiras décadas do século XX⁶.

O trabalho consiste em um estudo sobre a produção e a utilização de fotografias em atividades científicas, com ênfase nas imagens de anatomia patológica produzidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) entre os anos de 1900 e 1960, que integram seu fundo documental, sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz.

A partir de extensa pesquisa, Martins (2023) desvelou como a produção das imagens esteve associada às dinâmicas institucionais que envolviam o Serviço de Fotografia e o Museu da Patologia, da Seção de

6. Trata-se da dissertação *Fotografias de peças anatômicas do Museu da Patologia no Arquivo do Instituto Oswaldo Cruz: um estudo sobre contexto de produção de fotografias em atividades científicas*, defendida por Lucas Cuba Martins, em 2023, no Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O trabalho recebeu o Prêmio de melhor dissertação da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), em 2024.

Anatomia Patológica. Ao mesmo tempo, lançou luz sobre as lacunas relativas ao contexto de produção das fotografias e as relações entre atividades científicas e seus serviços auxiliares, próprias da dinâmica de trabalho do Instituto. De um lado, as novas informações podem permitir o aprofundamento da descrição arquivística desses documentos, já disponível, de forma sumária, na base de dados da Casa de Oswaldo Cruz; de outro, apontam caminhos para futuras investigações que busquem refletir sobre o estatuto documental das imagens desse arquivo e sua relação com as peças de anatomia patológica sob a guarda do Museu de Patologia.

Na perspectiva de Martins (2023), sua investigação teve por premissa compreender a formação do material fotográfico a partir da função do respectivo Serviço no Instituto e dos usos das fotografias, analisando, para tanto, a relação das imagens com seus entes de referência na perspectiva de estabelecer a conexão entre o Serviço de Fotografia e o acervo do Museu da Patologia.

Para o autor, a escassez de estudos anteriores desse tipo está relacionada com as peculiaridades do material em questão: registros fotográficos médico-científicos que não possuem dados de contexto que facilitem a leitura da imagem e contribuam para o trabalho de organização. Os caminhos de investigação usuais⁷ não são facilmente encontrados em registros fotográficos de peças anatômicas isoladas. Ainda que alguns registros do dossiê escapem dessa premissa (fotografias que trazem etiquetas do Museu da Patologia, detalhes dos frascos que contêm a peça ou até mesmo a mão que segura o objeto para a fotografia), a lógica de produção desse material apresenta um terreno árido para a identificação de contextos (Martins, 2023, p. 17).

O tema da fotografia nos arquivos tem sido objeto de inúmeros estudos que pregam uma revisão drástica das práticas arquivísticas de segregação dos documentos “não textuais” à margem dos documentos tipicamente escritos, vistos assim como excepcionais, etiquetados como “especiais” e processados de forma distinta. Para Santos e Corujo

7. Como caminhos usuais, Martins (2023) refere-se àqueles que podem ser empregados em fotografias de paisagens, grupos de pessoas e retratos, arquiteturas e espaços edificados, por exemplo.

(2025, p. 109) o reconhecimento do gênero iconográfico como “especial” transparecia em normas de descrição, que padronizavam e sedimentavam uma prática que resultava em fragmentação da análise do conjunto orgânico dos documentos. No exemplo que apresentamos, evidenciam-se as possibilidades de identificação dos vínculos entre documentos iconográficos e “objetos” que não contêm metainformação ou possuem nível de “força probatória” baixo ou inexistente (Camargo; Goulart, 2007).

Por fim, trazemos outros dois exemplos de documentos que localizamos em arquivos pessoais sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz. O primeiro refere-se à Coleção Família Oswaldo Cruz⁸, formada por cerca de 600 documentos iconográficos e documentos “tridimensionais”⁹ (dois visores estereoscópicos, duas placas de homenagem e uma xícara), entre outros do gênero textual. Merece atenção, entre a iconografia, um retrato de Oswaldo Cruz com um ano de idade, gerado a partir de um processo fotográfico que empregava negativos de vidro de colódio úmido, subexpostos e montados sobre fundo negro para produzir o efeito visual de positivos. Conhecido como ambrótipo¹⁰, esse processo foi muito empregado para retratos entre 1850 e 1860. O retrato do cientista fixado em uma moldura de madeira foi submetido aos procedimentos de conservação e descrição arquivística coerentes com a abordagem que privilegia o contexto de produção e a função, em detrimento do suporte ou formato do documento.

8. Reúne documentos produzidos e acumulados por Oswaldo Gonçalves Cruz, seus filhos Hercília Oswaldo Cruz e Oswaldo Cruz Filho, e seu neto Eduardo Oswaldo Cruz.

9. Reforçamos a visão crítica de Camargo (2015) sobre a adoção do termo “tridimensional” para determinados objetos. Para a autora, a tridimensionalidade é atributo também dos mais tênues suportes, como o papel e a película de acetato (filme), por exemplo. Nesse caso, seria desejável designá-los como o fazem os bibliotecários, que aplicam a palavra latina *realia* tanto aos objetos coletados na natureza quanto aos fabricados pelo homem, artesanal ou industrialmente.

10. Definição detalhada do processo encontra-se no Dicionário Técnico de Fotografia Clássica, de Pedro Karp Vasquez. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/dicionariofotografia/apresentacao.php>.



Retrato de Oswaldo Cruz com um ano de idade
(ambrótipo, 10,5 x 8,5 cm; com moldura
de madeira, 22 x 19,5 cm), [1873]

Por fim, o arquivo pessoal da cientista Léa Coura¹¹, recebido recentemente pela Casa de Oswaldo Cruz, mas ainda sem tratamento. Formado por uma diversidade de gêneros documentais¹², ele possui dois “objetos” que chamam nossa atenção: um conjunto de seis besouros acompanhados por etiquetas, armazenados em uma caixa de isopor, e

11. Léa Ferreira Camillo-Coura (1932-2023) foi diplomada em medicina pela então Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual UFRJ), como primeira de sua turma, em 1957. Em 1958 tornou-se médica residente do Hospital Geral Jesus, concluindo curso de especialização em pediatria. Nos anos de 1963 e 1964, realizou mestrado na London School of Hygiene and Tropical Medicine. Voltou a atuar junto à Faculdade de Medicina como professora assistente na Clínica de Moléstias Infecciosas e Parasitárias do Hospital São Francisco de Assis, entre 1964 e 1971. Foi aprovada em concurso de Livre Docência em Clínica de Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro ainda em 1971, sendo promovida a professora adjunta. Atuou na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) entre as décadas de 1980 e 2000. Foi a primeira mulher eleita membro titular da Academia Nacional de Medicina (1985). Em 2005, recebeu o título de Pesquisadora Emérita do CNPq e, em 2014, o mesmo título pela Fiocruz.

12. A diversidade do arquivo é expressa em cartas, telegramas, convites, cartões, ofícios, relatórios, artigos científicos, revistas, anais de eventos, diplomas, certificados, fichas de pesquisa, panfletos, passagens aéreas, contracheques e documentação audiovisual, sonora e iconográfica, além de medalhas e placas.

um microscópio. Decidiu-se encaminhá-los para a Coleção Entomológica do IOC e o Serviço de Museologia do Museu da Vida, respectivamente.



Insetos e microscópio que integram o acervo pessoal de Léa Coura doado à Casa de Oswaldo Cruz, em 2024. Fonte: Relatório de análise preliminar e entrada de acervo, DAD/COC

Ainda no estágio de desconhecimento sobre a origem e o contexto de produção, acumulação e uso dos dois artefatos, nos interessa destacar alguns aspectos que consideramos essenciais na organização desses arquivos: em primeiro lugar, sua íntima relação com a função de desenvolver pesquisa científica; em segundo lugar, sua presença entre outros registros dotados de linguagens que explicitam seu caráter documental, isto é, expõem a potência do caráter orgânico do arquivo. No caso do microscópio, as informações sobre o equipamento no verso da capa do Anuário da Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, encontrado em meio a outros documentos, ajudam a localizá-lo no tempo e entender o contexto de uso. É possível ainda inferir que outros documentos poderão ser acionados para aprimorar a identificação. Mas sua transferência para guarda na área de museologia vai colocá-lo sob outras bases de tratamento técnico e musealização, com forte potencial de perda dos laços orgânicos que mantém com o conjunto.

Considerações Finais

Nas áreas das ciências biológicas e da saúde, a atividade científica tem o laboratório como centro irradiador, a partir do qual transcorrem inúmeras ações. Empregamos o sentido amplo para reconhecer e tratar seus arquivos, em grande medida providos de documentos com estatuto probatório. Mas os arquivos dessas ciências não se limitam aos laboratórios. Eles se expandem para outros cenários da prática científica, como os arquivos pessoais de pesquisadores, as coleções museológicas, as bibliotecas especializadas, os herbários e jardins botânicos, além de instituições arquivísticas que incorporam fundos documentais de origem pública ou privada. Tais contextos revelam que a produção e a acumulação de documentos estão ligadas não apenas às experiências e descobertas, mas também às trajetórias profissionais e institucionais de cientistas, à gestão da pesquisa, à circulação de saberes e à formação de redes de geração de conhecimento.

No entanto, nossas instituições arquivísticas, museus, bibliotecas, centros de memória, entre outras, possuem estruturas, sistemas de informações, métodos e práticas que funcionam com fronteiras ainda muito rígidas para tratar acervos de natureza complexa. Se, por um lado, não é tarefa simples abordar “objetos” como documentos de um arquivo, de outro, verificamos a existência de uma literatura que, na trilha da interdisciplinaridade, gera conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, produz novos conceitos e noções, visando atender a natureza múltipla de fenômenos complexos.

Bibliografia

ARANDA, Arion Túlio. Coleções Biológicas: conceitos básicos, curadoria e gestão, interface com a biodiversidade e saúde pública. In: *III Simpósio sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica*. 2014. p. 45-56.

BARBOSA, Bianca Scofano. *Entre o herbário e o livro: diagnóstico e proposta de conservação da Cecidotheca Italica para a Seção de Obras Raras A. Overmeer*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

CAMARGO, A. M. A. Sobre espécies e tipos documentais. In: *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

CAMARGO, A. M. A. *A linguagem dos documentos de arquivo e o conceito de gênero: oficina*. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), 2023.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CHADAREVIAN, S. Things and the Archives of Recent Sciences. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 44, 2013, p. 634-638.

GOMES, M. A.; SILVA, M. C. S. M. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2011.

LANE, Meridith A.; EDWARDS, James L.; NIELSEN, Ebbe. Biodiversity Informatics: the Challenge of Rapid Development, Large Databases, and Complex Data (keynote). In: *Proceedings of the 26th International Conference on Very Large Data Bases*, p. 729-732, 2000.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LOURENÇO, M. C. Fora do radar até agora: a conservação do património e das coleções científicas. *Conservar Património*, n. 33, 2020.

MARTINS, L. C. *Fotografias de peças anatômicas do Museu da Patologia no Arquivo do Instituto Oswaldo Cruz: um estudo sobre contexto de produção de fotografias em atividades científicas*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, P. R. E. Arquivologia, laboratórios e ciência aberta: contribuições e desafios para a gestão de documentos e dados. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-22, set./dez. 2021.

SANTOS, C. G. A.; CORUJO, L. A representação de objetos em arquivo: o caso do arquivo fotográfico. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas*, v. vii, n. esp., 2025.

SIQUEIRA, L. R. *Coleção histórica Henrique Aragão (IOC/Fiocruz): restauração e valorização do acervo*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

Nos caminhos de Ema Klabin

Paulo de Freitas Costa

Se houvesse mais, haveria coisas demais para dar a impressão na qual reside a beleza... a impressão assim de algo sonhado e perdido, algo restrito, renunciado, resignado: a poesia, por assim dizer, de algo perceptivelmente findo. Ah, há algo aqui que nunca fará parte do inventário! É uma espécie de quarta dimensão. É uma presença, um perfume, um toque. É uma alma, uma história, uma vida.

Henry James, *Os espólios de Poynton*

Em toda a obra do escritor Henry James encontramos a figura de grandes colecionadores, em sua grande maioria, homens, apresentados como uma referência da sociedade capitalista da virada do século XIX ao XX. *Os espólios de Poynton*, publicado em 1897, é o único romance do autor que tem como personagem principal uma grande colecionadora, que, após enluvar, preocupa-se com o destino de sua casa e coleção, pois receia que caiam em mãos de herdeiros incapazes de apreciá-las em sua totalidade. O trecho em epígrafe contém o comentário da outra personagem principal – uma jovem artista –, que admira a criação da colecionadora e é capaz de perceber sua “quarta dimensão”. O enredo se desenvolve, entretanto, a partir da complexa relação que se forma entre a colecionadora e a apreciadora, com um final trágico, resultante da incapacidade da primeira em renunciar ao controle sobre sua coleção e sobre a forma como deveria ser contemplada.

Ema Klabin formou, ao longo de sua vida, uma grande coleção de caráter panorâmico, indissociável da casa e dos ambientes que construiu e criou para abrigá-la. Múltiplos tempos da história da arte estão nela representados, entre um bronze arcaico chinês do século XIV a.C. e uma gravura brasileira da década de 1980. A coleção, com suas mais de

1.700 peças, contém exemplares das mais variadas procedências e técnicas, e seu denominador comum é o período da vida de Ema Klabin e o julgamento estético e histórico que norteou suas escolhas, no âmbito de uma cultura feminina.

Ao contrário do romance de Henry James, afortunadamente Ema teve a generosidade de legar sua coleção à instituição que leva seu nome, garantindo sua preservação e integridade. Dessa forma, a Casa Museu Ema Klabin, que iniciou suas atividades em 1997, inaugurou um novo tempo para a coleção, destinado a seu estudo e difusão. Apesar de se fundamentar no patrimônio legado, a Casa Museu – como qualquer outra instituição museológica – opera sempre no tempo presente, e sua essência reside na interação com o público, possibilitada pela abertura à visitação, iniciada em 2007, e incrementada por uma programação cultural que hoje inclui ações educativas, cursos, palestras, oficinas, espetáculos, publicações, exposições temporárias e intervenções de arte contemporânea. Todas essas ações visam alcançar um público amplo e proporcionar um ambiente de fruição, diálogo e reflexão, inserindo a Casa Museu em sua paisagem cultural.

O estudo dessa coleção diversificada e panorâmica sempre trouxe muitos desafios. Em sua etapa inicial, realizada paralelamente à catalogação, nossa preocupação maior se concentrou em confirmar a autenticidade e as atribuições das obras, tomando como base uma relação descritiva da coleção realizada em 1991 por Marcelo Mattos Araujo junto à colecionadora. Ao mesmo tempo, por meio da investigação do rico arquivo documental de Ema Klabin pudemos reconstituir uma história detalhada da formação da coleção, inserindo-a em um contexto histórico, cultural e social mais amplo. Essa narrativa serviu de base para a realização da exposição *Universos sensíveis: As coleções de Eva e Ema Klabin*, em 2004, e para a publicação do livro *Sinfonia de objetos* (Iluminuras, 2007).

A colecionadora

Ema Gordon Klabin (Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1907 – São Paulo, 27 de janeiro de 1994) era a filha do meio do casal Hessel e Fanny Klabin,

imigrantes vindos de Želva, Lituânia, para o Brasil na última década do século XIX. Sua infância e juventude se alternaram entre longas temporadas de estudo na Europa (Alemanha e Suíça) e estadias no Brasil, onde Ema e suas irmãs, Eva e Mina, dividiam seu tempo entre estudos com professores particulares e brincadeiras na espaçosa casa familiar no bairro de Santa Cecília.

Com a morte da mãe, Fanny, em 1926, e o casamento da irmã, Eva, em 1933, Ema tornou-se cada vez mais ligada ao pai, acompanhando-o em suas viagens e cuidando da casa. A irmã caçula, Mina, viria a falecer prematuramente em 1940, fato que deixaria seu pai, que já tinha saúde frágil, muito debilitado. Em 1946, pouco antes de sua morte, Hessel doou todos os seus bens às duas filhas, nomeando Ema para seu posto na empresa familiar, Klabin, Irmãos & Cia.

Nas décadas seguintes, Ema deu início à formação de sua coleção de arte, construindo uma nova casa, no Jardim Europa, para abrigá-la. Tornou-se uma das grandes anfitriãs da cidade, e por sua casa passaram personalidades de destaque do mundo da política, dos negócios e das artes. Grande apreciadora de música e de arte, leitora voraz e freqüentadora assídua de concertos e apresentações de teatro, ópera e balé, bem como de exposições em museus e galerias, Ema teve também uma relevante atuação na vida cultural da cidade. Dentre as atividades filantrópicas, sua atuação mais significativa foi a contribuição para a criação do Hospital Israelita Albert Einstein, inaugurado em 1971, do qual se tornaria Presidente de Honra Vitalícia.

Ajudou a criar e cuidou pessoalmente da programação da Orquestra Filarmônica de São Paulo e participou dos conselhos da Fundação Bienal de São Paulo, do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand MASP e do Museu de Arte Moderna de São Paulo, além de ter colaborado na criação do Museu Lasar Segall e da Fundação Magda Tagliaferro, entre outras instituições. Grande parte de sua vida foi dedicada também às viagens, um de seus grandes prazeres.

Muito abatida após a morte de sua irmã Eva, em 1991, Ema Klabin veio a falecer, em casa, no dia 27 de janeiro de 1994, dois dias após ter completado 87 anos. Sua coleção e os ricos ambientes por ela criados perma-

necem, entretanto, como um vivo testemunho de uma personalidade ímpar e dos momentos históricos que ela presenciou ao longo da vida.

A Coleção

A abordagem das pesquisas em um museu-casa de colecionador tem suas especificidades, já que não se trata de apenas compreender cada objeto exclusivamente do ponto de vista do momento de sua criação, mas também de buscar todos os significados que a ele foram atribuídos ao longo do tempo, ou seja, inserindo-o na história do colecionismo. A coleção, como conjunto fechado, porta inúmeros signos, materiais e imateriais, possibilitando a construção de diversas narrativas, em uma abordagem multidisciplinar.

É necessário deixar claro, entretanto, que ao falar da coleção não estamos nos referindo exclusivamente aos valiosos objetos de arte e peças arqueológicas reunidos; também incluímos toda sorte de objetos pessoais, além de peças de artes decorativas e de uso cotidiano da casa. Além disso, Ema também legou ao seu museu uma biblioteca de 3.582 volumes, incluindo livros raros, além de seu arquivo pessoal, que compreende 5.374 documentos e 2.180 fotografias.

A riqueza desse material se revelou extremamente útil para a compreensão da coleção, especialmente o arquivo, cuja análise permitiu estabelecer o histórico da formação da coleção, fornecendo dados completos sobre a aquisição de quase todas as peças que a compõem. Esse histórico tornou-se a base sobre a qual se assentou todo o trabalho, e a partir dele foi possível desenvolver uma reflexão capaz de estabelecer relações reveladoras com eventos históricos – artísticos, sociais e institucionais – do período, com outras coleções e com a própria biografia da colecionadora.

Os museus de colecionadores representam uma categoria específica dentro do quadro da museologia. As coleções neles reunidas revelam muito mais do que questões como gosto ou prazer estético, já que estas decorrem apenas do espaço livre deixado pela sociedade para o jogo de diferenças individuais. Como afirma o historiador polonês

Krzysztof Pomian (1984, p. 53), ao elaborar sobre a importância e significado das coleções:

É preciso explicitar o modo como a sociedade em questão traça a fronteira entre o visível e o invisível. A partir daí, é possível compreender o que é significante para uma dada sociedade, quais os objetos que privilegia e quais são os comportamentos que estes objetos impõem a colecionadores.

Ou melhor, como afirma o historiador francês Jacques Le Goff (1984, p. 105):

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Buscando uma maior compreensão do colecionismo, surgiram, a partir do final dos anos 1960, diversas análises sobre o fenômeno, na tentativa de explicá-lo dentro de um contexto mais amplo, tomando conceitos emprestados da sociologia, semiótica e economia. Um dos primeiros esforços nessa perspectiva foi realizado por Jean Baudrillard, em 1968, em *O sistema dos objetos*. No livro, o autor apresenta uma definição para os objetos de coleção, para distingui-la de uma mera acumulação: “objeto puro, privado de função ou abstruído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção” (Baudrillard, 1997, p. 95), definida pelo autor como “um sistema marginal”.

Esses objetos “que não têm utilidade, mas são dotados de significado” seriam posteriormente denominados de semióforos pelo historiador Krzysztof Pomian que, partindo de seu estudo sobre o colecionismo europeu entre os séculos XVI e XVIII (Pomian, 1990), focalizado nos gabinetes de curiosidades, ressaltou que esses objetos são “submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar” (Pomian, 1984, p. 55).

A partir da contribuição desses autores, embora sem nos atermos às divergências entre eles, o que escaparia ao escopo deste trabalho, buscarmos aqui traçar uma definição de colecionismo pertinente a este estudo:

O colecionismo é um processo criativo que consiste na busca e posse de objetos de maneira seletiva e apaixonada, em que cada objeto é destacado de seu uso ordinário e concebido como um elemento de um conjunto de objetos dotado de significados a ele atribuídos pelo indivíduo ou pela sociedade em determinado contexto cultural.

Os significados atribuídos aos objetos de coleção são, portanto, um híbrido, composto, por um lado, de elementos psicológicos e individuais e, por outro, de elementos históricos e culturais. Esses significados, ainda, se sobrepõem em múltiplas camadas, já que, além dos significados individuais de cada peça, há outros que advêm do diálogo entre as peças da coleção, da forma do e local onde são expostos e, finalmente, do significado da coleção em sua totalidade.

Cada coleção também se insere em um contexto histórico específico e é fruto de uma tradição social que determina o seu valor e a sua importância, tornando-a uma expressão de poder e inserção social que dialoga tanto com acumulações anteriores julgadas importantes quanto com outras coleções que se formam no mesmo momento.

A adoção desse tipo de análise comparativa entre o histórico das aquisições e a história do período, confrontada aos significados pessoais e coletivos atribuídos às peças, permitiu o estabelecimento de quatro diferentes períodos na trajetória das aquisições de Ema Klabin – como em uma sinfonia clássica, em quatro grandes movimentos. Cada movimento explora um tema principal, que retrata os anseios da colecionadora em determinado período, revelando os fatores determinantes das aquisições e as influências que teve.

O primeiro movimento representa o primeiro decênio de aquisições e segue a longa tradição das coleções europeias formadas desde o Renascimento. O segundo corresponde ao período em que sua casa estava sendo decorada e contém temas relacionados a nosso passado colonial e imperial. O terceiro é marcado por aquisições de obras do modernismo brasileiro, em busca de uma atualização dos conceitos de identidade nacional. O quarto e último movimento é composto por peças de grande valor, que representam tanto um desenvolvimento dos temas anteriores quanto novas direções para a coleção, no período em que seu destino público já estava determinado.

A Casa Museu

A definição que melhor se aplica à instituição é a de uma casa-museu de colecionador, onde são preservados seus três elementos constituintes e indissociáveis: a casa e sua ambientação original, a coleção em si e a personalidade da colecionadora. De início, o foco principal da Casa Museu foi a história do colecionismo em si, tema fundamental, com o constante desafio da transição de espaço privado para instituição pública.

Todavia, outras temáticas relevantes foram surgindo e se impondo, e, em nosso mais recente plano museológico (2020), definimos como missão da casa museu “salvaguardar, estudar e divulgar a coleção, a residência e as memórias de Ema Klabin, visando à promoção de atividades de caráter cultural, educacional e social, inspiradas pela sua atuação em vida como colecionadora, empresária e filantropa, de forma a construir, em conjunto com o público mais amplo possível, um ambiente de fruição, diálogo e reflexão”.

Além disso, ao longo dos 18 anos de visitação pública pudemos observar que, ao lado de nossa missão, a Casa Museu tem revelado outras vocações, definidas por nossas atividades de pesquisa e extroversão e por nosso público. Aqui introduzimos o conceito de que a missão é definida pela instituição e se desdobra em suas propostas e atividades, mas a sua vocação, ou vocações, voltando à etimologia da palavra, é o que a instituição é chamada a realizar, pelo seu próprio acervo e equipe, pela sua comunidade e seu público, e pelas questões relevantes do momento histórico que estamos vivendo.

Bibliografia

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1997.

COSTA, Paulo de Freitas. *Sinfonia de objetos: a coleção de Ema Gordon Klabin*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

COSTA, Paulo de Freitas. *A Coleção Ema Klabin*. São Paulo: Fundação Cultural Ema Gordon Klabin, 2017.

COSTA, Paulo de Freitas; DOCTORS, Márcio. *Universos sensíveis: as coleções de Eva e Ema Klabin*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2004.

JAMES, Henry. *Os espólios de Poynton*. Trad. Onédia Célia Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Encyclopédia Einaudi*, v. 1 Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: *Encyclopédia Einaudi*, v. 1 Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

POMIAN, Krzysztof. *Collectors and Curiosities: Paris and Venice, 1500 – 1800*. Londres: Polity Press, 1990.



Os desafios da nomeação de objetos na organização de acervos

Uma museóloga dentro do arquivo: a experiência com o acervo de objetos da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Giselle Peixe

A Fundação Fernando Henrique Cardoso nasceu em 2004, a partir do desejo do ex-presidente de criar um “centro de memória histórica, mas também um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento”.¹

O vasto conjunto patrimonial reunido está composto por documentos em múltiplos suportes e formatos, integrantes dos arquivos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, da antropóloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso e de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso e Leonidas Cardoso, avô e pai de Fernando Henrique Cardoso; posteriormente, foram adicionados os arquivos de dois ministros de seu governo: Paulo Renato Souza (Educação) e Sergio Motta (Comunicações).

O acervo foi organizado por uma equipe técnica, segundo os fundamentos da arquivologia, sob a curadoria da historiadora e arquivista Silvana Goulart e a consultoria da Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo. É composto por documentos em papel, fotografias, gravações sonoras, material audiovisual, livros e objetos.

O conjunto de objetos constitui-se de presentes de Estado, de instituições e de cidadãos e se apresenta bastante diverso em sua tipologia, reunindo desde peças comemorativas, de reconhecimento e homena-

1. FUNDAÇÃO FHC. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/a-fundacao/>

gem, como medalhas, troféus e condecorações, até objetos cerimoniais, artefatos de uso domiciliar e peças de arte e religião. A eclética coleção alcança quase 2 mil itens registrados.

A identificação dos objetos se faz com base em um Glossário de Documentos estabelecido pela instituição; trata-se de uma lista de termos autorizados, atualmente com 234 itens, disponibilizada também na internet para consultas on-line.

No ano de 2023, surgiu a oportunidade de colaborar no processo de identificação de alguns objetos do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso.

Naquele momento do trabalho, a equipe responsável pela coleção trazia demandas sobre os termos adequados para identificar/nomear peças integrantes do conjunto. Consideraram relevante o aporte da museologia, tendo em conta que o tratamento documental de artefatos constitui a base do trabalho de conhecimento dos acervos de grande parte das instituições museológicas².

A museologia, de fato, foi desenvolvendo e aperfeiçoando, ao longo do tempo, procedimentos e instrumentos para organização, registro e preservação desses testemunhos materiais, de forma a disponibilizá-los através de seus mecanismos de comunicação. A informatização nos museus e a disponibilização de acervos na internet também exigiu um tratamento adequado da informação gerada no âmbito dessas instituições. Nesse aspecto, as outras ciências da informação forneceram aos museólogos muitos caminhos para a construção de ferramentas que padronizassem o uso e facilitassem o acesso e a qualidade da informação oferecida; os vocabulários controlados³ são exemplos disso.

Diante das peças ainda não denominadas, aplicamos coletivamente os métodos de abordagem utilizados pelos documentalistas em museus:

2. Nos museus, a ênfase na coleção baseada em objetos se deve em parte à própria história dessa instituição, que nasceu do colecionismo, do dilettantismo e teve institucionalização lenta e gradual através de séculos. Cf. Xavier Cury, 2005 apud Lopes et al., 2025.

3. "Os tesouros, na área de documentação, estão associados à forma de organização de linguagens documentárias de indexação/recuperação de um domínio específico do conhecimento" (Ferrez, 2016).

a observação da peça em todos os seus ângulos, a verificação das formas, materiais e técnicas empregadas em sua confecção; verificamos marcas e inscrições, sinais de uso, logomarcas, símbolos, acondicionamento. Exploramos os artefatos em toda a sua materialidade, inclusive formulando perguntas: Para que serve? Como se usa? De que material ou materiais é composto? Sua confecção é industrial? Manual? Artesanal? Feito em série? Tem embalagem? Apresenta acessórios? É uma peça só? Tem partes independentes? Está completa? Traz inscrições? Alguma documentação de origem e procedência?

Nesse processo investigativo, pudemos encontrar caminhos para alcançar o termo mais adequado para a denominação de cada peça, utilizando como ponto de partida a função original do objeto. Conforme nos ensina Helena Dodd Ferrez (2016),

o conceito de função original é [...] uma parte essencial deste princípio, pois é o atributo imutável presente em todos os objetos, ou seja, é a única característica que pode ser utilizada como fundamento para uma classificação sistematizada, independentemente do uso que esses objetos possam vir a ter mais tarde.

Ana Maria de Almeida Camargo aprofundou essa discussão em *Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental* (2011). Para a perspectiva de um museólogo, que trabalha grande parte das vezes com objetos sem texto agregado, é na função original dos objetos que se busca seu sentido primário. E, muitas vezes, o entendimento dessa função nos é dado pela forma, por detalhes simbólicos e pelo material de que é feito o objeto. Usos posteriores, adaptações, agregação de novos sentidos são informações que integram a historicidade de cada peça e, uma vez identificados, merecerão o devido registro documental segundo as categorias recomendadas internacionalmente para a área⁴.

Vamos dar um exemplo fictício: temos uma peça de prata em formato de copo, com pé, com um nó central na coluna, copa revestida internamente com ouro. Primeira possibilidade: trata-se de um objeto para beber um líquido, um cálice. O fato de ter revestimento de ouro traz mais um indicativo: é especial, pode ser até um objeto litúrgico; se não

4. Vide CIDOC-ICOM

há outras referências, investigamos mais – adornos, por exemplo – e concluímos que trata-se de um objeto da tradição católica, um cálice para a consagração, provavelmente. Se o diâmetro da copa é largo, e na borda superior ele apresenta um rebaixo (que indique que poderia ser encaixe para uma tampa, embora ela não estivesse mais presente), podemos inferir que tenha outra função: conter/ conservar hóstias consagradas, nesse caso; sua função é outra, sua denominação também será, portanto: é uma âmbula (Ferrez, 2016, p. 159). O formato da copa, seu diâmetro, a presença de um encaixe são dados trazidos pela forma, que conduzem à função, embora a peça esteja incompleta.

No acervo da Fundação, temos um exemplo concreto, cuja imagem está abaixo.



Tratava-se de um objeto sem identificação, de latão fundido, constituído de uma concha com cabo longo, sobre o qual repousavam algumas pequenas esculturas fundidas, sendo uma delas a figura de um touro assentado. Tamanho, material e simbologia levavam a supor ser este um objeto ritualístico. Daí partiu-se para uma pesquisa na internet e chegou-se à sua denominação e função: é uma colher ritual – Uddharani – para oferecimento de água no ritual hinduista de purificação. O touro representa Nandi, a montaria de Shiva, contemplando a energia da divindade hindu. Não se tratava, assim, de um objeto criado para decoração e adorno, mas de uma peça ritualística. Outras funções podem ter sido atribuídas a ele no decorrer do tempo, como ornamento doméstico, objeto de colecionismo, presente ou homenagem, mas os consideramos funções e usos secundários (que também são registrados em campo próprio na catalogação). Temos aqui também outra questão na atribuição de denomi-

nação: pouco provavelmente a encontraríamos num tesouro construído para acervos brasileiros; ela invoca um processo dinâmico e contínuo de ajuste e atualização das ferramentas de controle de vocabulário.

Segue outro exemplo de abordagem para identificação de uma peça do acervo da Fundação, da qual não se tinham muitos dados precedentes. Trata-se de uma peça retangular, feita em madeira, com uma capa ornamentada em metal precioso (prata), marcas de autoria e origem, representando um homem barbado com uma criança ao colo. Os elementos que compõem a imagem, como a cobertura de cabeça, talvez uma mitra bizantina, a vestimenta com largo manto, podem indicar tratar-se de figura de autoridade (como os bispos da Igreja Ortodoxa). Diferentemente do objeto anterior, este traz algumas inscrições e marcas.



A tradução das inscrições em russo indicou tratar-se de São Simeão, “o que recebeu Deus”, figura bíblica do Novo Testamento. A análise das marcas indicou ser prata 0875 (84 zolotnik), batida, repuxada e burilada; o prateiro não foi identificado, mas suas iniciais são K...L (letra central obliterateda). O objeto já pode ser identificado como peça devocional, “receber um nome”, a imagem nele registrada foi identificada, sua origem geográfica e a autoria a partir das iniciais. O ato de denominar a peça deixa de ser genérico, como por exemplo “Objeto devocional”, e passa a ganhar precisão: Ícone: São Simeão.

Podemos trazer agora outro exemplo que procuramos identificar/ denominar durante o processo.



Objeto circular com tampa, apoiado sobre quatro pés de bola, executado em prata com gravação e decoração em relevo; tampa com pegador. Tem autor (designer) identificado pela marca Marmolejo (José), fabricante Izta, do México. Várias informações nas marcas, mas sem inscrições. Um recipiente... Mas destinado a quê? Pequenas joias? Folhas de chá? Biscoitos? Balas? São informações sobre a função da peça que não se pode obter apenas pela sua materialidade, forma e dimensões. Poderíamos simplesmente denominá-la “recipiente com tampa”; a denominação pode inclusive agregar possíveis funções para a peça: recipiente com tampa – caixa de chá (?); bomboneira (?). A denominação de objetos passa, portanto, por um trabalho de observação e indagação, buscando respostas para identificar sua função original, nem sempre possível de determinar.

Para garantir uniformidade no registro dos dados e consistência na recuperação, acessamos publicações já consagradas nos museus brasileiros, como o *Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros*, de Helena Dodd Ferrez, o *Tesouro para bens móveis e integrados* do IPHAN, além do AAT – Art and Architecture Thesaurus, do Getty Research Institute.. Não são os únicos, e nenhum instrumento é exaustivo ou completo. Outros tesouros podem ser utilizados comple-

mentarmente, aplicando a interoperabilidade entre vocabulários (Härpring, 2016). Citamos ainda outras fontes em língua portuguesa, como as publicações do Instituto Português de Museus, quais sejam as Normas de Inventário para ourivesaria, cerâmica, artes plásticas, mobiliário, por exemplo. Existem disponíveis vários outros instrumentos de controle de vocabulário para objetos culturais que podem ser empregados para estabelecer as denominações; entretanto, essas eleições não são aleatórias, requerendo um trabalho aprofundado para que a interoperabilidade seja consistente. Vale também mencionar a contribuição de outros recursos voltados para determinar materiais, nomes geográficos, simbologia, como o British Museum Materials Thesaurus, o Getty Thesaurus of Geographic Names, o Tesauro y dicionário de objetos associados a ritos, cultos e crenças, de Isabel Lafuente, entre muitos.

A perspectiva museológica de abordagem dos objetos é considerar a sua documentalidade em amplo sentido; sua identificação requer investigação, pesquisa, referências, contextualização. O ato de denominar o objeto não se esgota em si, mas se relaciona com outros dados trazidos, inclusive, por sua materialidade.

Os objetos musealizados constituem representações de eventos, fenômenos e conceitos, estabelecendo vínculos com os sistemas socio-culturais e com a memória coletiva. Testemunham funções, usos, reutilizações, materiais e técnicas de produção, estilos; simbolizam status, valores, expressam hierarquias, economia, sistema de crenças... Quando deslocados de seus contextos originais, os objetos ainda adquirem novas camadas de significação no âmbito museal, sendo então ressignificados enquanto patrimônio cultural. A musealização implica que "o objeto necessita tornar-se museológico e fazer parte de uma realidade cultural distinta da sua origem ou procedência anterior" (Xavier Cury, 2020).

"Tornar-se museológico" implica considerar a finalidade última da preservação de patrimônio, a educação, a fruição, a transmissão de conhecimento, formação de consciência crítica. O museu recolhe, registra, interpreta, disponibiliza e comunica.

Desafios do trabalho realizado – perspectivas e afinidades

Durante a realização do trabalho, a partir de reuniões e visitas a segmentos do acervo, pudemos identificar as diferentes abordagens das coleções entre arquivos e museus. Diferentes visões sobre os mesmos objetos-testemunho, com profundidades e tratamentos específicos.

Procuramos apresentar as ferramentas utilizadas pela museologia para a denominação de objetos culturais, considerando que não há questões fechadas quanto a isso nem esgotamentos.

As ciências da informação – arquivologia, museologia e biblioteconomia (as chamadas “Três Marias”, segundo Smit (2000)) –, cada qual com suas finalidades, métodos e fundamentos, compartilham o objetivo social de garantir acesso à informação.

Os desafios trazidos pela presença de objetos tridimensionais em uma unidade arquivística, como a Fundação Fernando Henrique Cardoso, oferecem oportunidades relevantes para o fortalecimento do trabalho interdisciplinar e para o enriquecimento do diálogo entre essas áreas.

Bibliografia

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, v. 10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1989.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRITISH MUSEUM. *Materials Thesaurus*. Londres: British Museum, Departamento de Pesquisa Científica, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: *SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS*, 1., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CIDOC-ICOM - Cataloging Cultural Objects.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. *Art & Architecture Thesaurus® Online*.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. *Getty Thesaurus of Geographic Names Online*.

FERREZ, Helena Dodd. *Tesauro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2016.

HARPRING, Patricia. *Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais*. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado; Pinacoteca de São Paulo; ACAM Portinari, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Tesauro para bens móveis e integrados*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. (Série Técnica).

LAFUENTE, Isabel Trinidad. *Tesoro y diccionario de objetos asociados a ritos, cultos y creencias*. Madrid: Ministerio de Cultura; Red de Museos de España, 2010.

LOPES, Paulo Roberto do Canto et al. (org.). *Entre o colecionismo e a educação patrimonial: desafios para a gestão do patrimônio arqueológico*. Belém, PA: Edição dos Autores, 2025.

REIS, Cláudia Barbosa. *A pesquisa museológica no Museu Casa de Rui Barbosa*. [Rio de Janeiro]: Fundação Casa de Rui Barbosa, [2005?].

SMIT, Johanna Wilhelmina. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrupa estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

XAVIER CURY, Marilia. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 365-380, 2005.

XAVIER CURY, Marilia. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020.

Os arquivos e a riqueza material dos objetos

Silvana Goulart

*As coisas têm peso, massa, volume
Tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura
Duração, densidade, cheiro, valor, consistência
Profundidade, contorno, temperatura, função
Aparência, preço, destino, idade, sentido*

*As coisas não têm paz
As coisas não têm paz
As coisas não têm paz
As coisas não têm paz*
Arnaldo Antunes, "As coisas"

A letra da música de Arnaldo Antunes reflete sobre a materialidade e a complexidade das "coisas" que nos rodeiam. O poeta enumera características físicas e sensoriais dos objetos e mostra a riqueza e a diversidade do mundo material. Ele desperta a nossa atenção para os atributos concretos, perceptíveis pela visão, olfato e tato e menciona também abstrações como destino e sentido. Mas o poeta não menciona a memória, e, no entanto, os objetos são referenciais de memória, que provocam tsunamis de significados.

O Acervo Pres. F. H. Cardoso e seus objetos

A acervo cujo titular foi chefe do Executivo entre 1995 e 2002, obedece à lei dos arquivos presidenciais¹ que aborda a preservação, a conservação e o acesso aos documentos produzidos ou recebidos pelos presidentes da República. Conforme a legislação federal, tais arquivos, apesar de privados, são de interesse público e devem ser disponibilizados à Nação. Sob essa premissa foi constituída, no ano de 2004, a Fundação responsável pela custódia do patrimônio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em um patrimônio de documentos textuais, sonoros, audiovisuais e iconográficos, o Acervo Pres. F. H. Cardoso inclui objetos acumulados em situações diferentes: como presentes recebidos em visitas de Estado, como homenagem de pessoas e instituições, como distinção, por entidades de todo tipo, incluindo as acadêmicas.

Um chefe de Estado cumpre uma agenda de política externa, e as visitas oficiais são parte da diplomacia presidencial. Essas visitas envolvem o ceremonial do Ministério das Relações Exteriores e mobilizam a escolha de objetos trocados, investidos de uma função simbólica, a partir de uma estratégia diplomática e sob critérios do protocolo oficial. Está em jogo, nessa circunstância, a representatividade cultural, e os presentes ofertados e recebidos buscam refletir a jornada civilizatória dos países envolvidos.

Uma parte significativa do conjunto vem de homenagens espontâneas de instituições públicas e seus funcionários, de entidades privadas – associações, sindicatos, federações de comércio e indústria, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais –, além de amigos e cidadãos anônimos. Essas prendas não obedecem a critérios estabelecidos, mas traduzem relações em um contexto determinado. Alguns presentes vêm pela situação do momento: notícias sobre a saúde do presidente ensejaram a oferta de preparações curativas de ervas e raízes. Alguns objetos são ofertados em atividades rotineiras do pre-

1. Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991.

sidente: acordos, inaugurações, assinaturas de atos, eventos públicos, fechamento de contratos, e são integrados ao arquivo presidencial.

Objetos simbólicos oferecidos para marcar conquistas, status, afiliação ou autoridade são concedidos por entidades diversas, por exemplo, a atribuição de um título acadêmico honorário, como o doutorado honoris causa. Diplomas, medalhas, bôtons, colares e vestes cerimoniais marcam tais concessões. Outras premiações ou distinções se corporificam em uma variedade de estatuetas, placas, chaves e outros objetos simbólicos.

Os arquivos presidenciais possuem objetos e, ainda que a lei dos arquivos presidenciais os mencione como "museológicos", é patente a ligação intrínseca deles, sobretudo com os documentos textuais, que os explicam e contextualizam.

Arquivos, bibliotecas e museus lidam com os objetos de formas diferentes, mas em todas as instituições o valor simbólico ultrapassou as primeiras funcionalidades. O desafio é como tratar esses documentos em uma instituição de guarda, valorizando a sua ligação intrínseca com os demais documentos. A descrição dos objetos deve explicitar essas relações pela *contextualização* dos itens e pela *nomeação*, procedimento axial do tratamento de documentos de arquivo.

Dentre as possibilidades de tratamento de objetos em arquivos, vamos expor a desenvolvida no Acervo Pres. F. H. Cardoso, que é tributária da decisão metodológica de atribuir principalidade ao contexto na descrição dos documentos. A lógica instaurada considera a *circunstância* de criação ou acumulação de cada documento como a razão de sua presença no acervo. Tal lógica foi estendida aos objetos, e as atividades comprovadas por eles são claras e vinculadas às funções profissionais do titular. Apesar de se tratar de documentos não tradicionais do ponto de vista arquivístico, a possibilidade de compreensão da sua trajetória até o acervo presidencial assegura o respeito à proveniência, fundamento da arquivologia. E a contiguidade com documentos textuais, audiovisuais e iconográficos certificam quando, onde e por que o artefato se integrou ao patrimônio documental do ex-presidente.

A descrição dos objetos usou a lógica arquivística e o auxílio da museologia para a sua precisa nomeação, mas não só isso, já que a museologia traz referências da cultura material que são imprescindíveis para a percepção de outras camadas de entendimento.

Pertinência da discussão: uma realidade incômoda

Nas instituições brasileiras persiste o hábito de separar os objetos dos demais documentos de um arquivo, quebrando sua integridade. A *dispersão* pode ser encontrada inclusive no plano institucional, pois não é incomum que museus de imagem e som recebam documentos iconográficos e audiovisuais, enquanto os arquivos ficam com livros e papéis. O resultado são fundos fracionados e diferentes métodos para a descrição de um só conjunto. No lugar de uma abordagem funcional, os documentos são lidos a partir de seu conteúdo, tal como os livros de uma biblioteca, e se perde a lógica de integração com os demais elementos do arquivo. Caberá aos pesquisadores a tarefa de reconstruir a leitura do todo a partir da busca de relações entre peças custodiadas por entidades diferentes.

Um exemplo vivido foi o do arquivo pessoal de Júlio Prestes de Albuquerque, político paulista eleito presidente e derrubado pela Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder. Por exigência da família, os papéis e livros foram depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo², mas as fotografias e álbuns foram para a custódia do Museu da Imagem e do Som.

Por vezes, na mesma instituição são separados documentos de linguagens diferentes, a guarda de itens com dimensões e formatos diversos determinando até modelos próprios de descrição. Objetos vão para o “modo” museu, exibidos em cenários ou vitrines, com explicações sobre sua materialidade quando o ideal seria harmonizar procedimentos de identificação e descrição por meio de uma metodologia comum,

2. No “Projeto Titulares do governo”, que reuniu acervos de políticos paulistas, em meados dos anos 1980.

dar acesso em uma plataforma única, com centralidade no contexto de acumulação a fim de estabelecer a rede de sentidos que um arquivo orgânico apresenta.

As razões para a não recepção de objetos em instituições de custódia se ligam a falta de recursos, já que são necessários espaço, técnicos e procedimentos específicos de conservação para materiais diversos. Mas a principal razão é um comportamento tradicional que não aplica aos objetos a necessidade de interrelacionar os itens de um arquivo.

Isso não ocorre apenas no Brasil; o arquivista francês Bruno Delmas, analisando essa realidade a partir de uma visão mais geral, afirma existir uma “noção redutora de arquivos” que exclui os objetos que caberiam na definição científica e legal dos arquivos.

Muitas vezes a separação dos objetos e seu descarte foram uma comodidade fundada sobre a analogia do objeto e não sobre sua natureza. Trata-se na verdade de um erro científico e de um erro também político, pois traduz autocensura e limitação dos meios de ação e desenvolvimento das responsabilidades próprias dos arquivos, restringindo igualmente as possibilidades de pesquisa (2010).

Em que medida objetos são documentos?

Objetos não possuem uma *linguagem*³ pela qual se expressem, diferentemente dos documentos, que representam atividades humanas. Mas um copo ou um prato são contêineres de alimentos, um cocar é um acessório ritual indígena. A consultora do acervo pessoal de FHC, Ana Maria de Almeida Camargo, tomando de empréstimo um termo da biblioteconomia, usa a palavra “realia” para denominar artefatos, termo que significa “a coisa em si”, existente em sua funcionalidade, sem representar nada além de si mesma.

3. Conforme o conceito da linguística aplicada, os gêneros documentais foram determinados pela linguagem básica predominante: a textual, a sonora, a audiovisual (som e imagem em movimento) e a iconográfica (imagem estática). Sob esse ponto de vista, objetos não têm uma linguagem.

Objetos se transformam em documento pelo gesto de atribuição de sentido, típico de entidades museais. No museu, ungem-se os documentos atribuindo-lhes um sentido, probatório ou memorial.

Para explicar a incapacidade dos objetos de se autorreferenciar Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) escreve: “[...] os atributos intrínsecos dos artefatos [...] incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente”.

Em arquivos pessoais a presença de objetos é comum, pois a proximidade com o titular lhes confere mais naturalmente o status de documento. No Wesley Duke Lee Institute, que guarda o acervo do artista gráfico e visual, foram mantidos pincéis e pigmentos, referências visuais, livros e discos, gravadores de voz e filmadoras, máquinas fotográficas e outros equipamentos. Mais do que isso, foram reconstituídos o ateliê do artista e a sala de sua casa, um sistema de referências sobre a persona, seu modo de vida e de produção. Não é incomum que outras casas-museu reproduzam ambientes nos quais viveu o titular, como o de Guimarães Rosa, em Cordisburgo, que recria até o armazém da família, onde o futuro escritor, quando menino, escutava as histórias fantásticas dos viajantes do sertão. A estação de trem em frente alarga o espaço da casa, pois é testemunha das notícias de fora, que inspiraram Rosa a pegar os trilhos e ganhar o mundo.

Objetos são documentos de arquivo?

Não há consenso na área se objetos podem ser considerados documentos de arquivo, pois eles não nascem como tal, mas “se tornam” a partir da aura das pessoas que os acumulam. O tratamento técnico sob a chave da contextualização os relaciona com o restante do arquivo, e é evidente que a materialidade deles e os símbolos dos quais são investidos têm muito a acrescentar a respeito das entidades ou titulares.

Nos arquivos, o primado pertence aos documentos textuais, que são autorreferentes e explicitam o porquê de sua criação e quais funções irão cumprir. Os outros gêneros são complementares por necessita-

rem, por vezes, do aval dos documentos escritos para explicar seus contextos de produção. Imagens estáticas sem metadados – datação, contexto e outros indexadores – acabam por perder o estatuto documental pela ausência de informações que as liguem às circunstâncias de origem. O mesmo acontece com a realia, ou os objetos encontrados nos arquivos.

Recuperar as relações internas do conjunto se torna mais viável quando os documentos são descritos com uma metodologia única, apesar das diferentes linguagens, em uma mesma plataforma tecnológica. A principal operação para todos os gêneros é a determinação do contexto de produção.

A própria instituição de custódia já atribui um sentido ao seu conjunto documental por explicitar a vida e o legado do titular do acervo, quando se trata de um arquivo pessoal. Dessa perspectiva, os objetos ganham estabilidade por estarem vinculados às circunstâncias da vida do titular, e os demais documentos do acervo confirmam as premissas.

No acervo de Fernando Henrique Cardoso, os objetos são presentes recebidos pelo chefe de Estado em função da agenda protocolar e como homenagem e distinção prestadas por entidades e cidadãos. Tais são as chaves da contextualização do conjunto acumulado por esse titular ao longo do exercício de dois mandatos presidenciais. O estatuto arquivístico se evidencia, pois na maioria das vezes foi registrada a origem, anotada pela ajudância de ordens, que acompanha os deslocamentos presidenciais. Muitos artefatos têm inscrições que explicam a homenagem, ligada a uma atividade ou função do titular, a datação e os responsáveis. É o caso do prato e da camisa que traz a dedicatória escrita a caneta.



Prato oferecido em homenagem a FHC por George Voinovich (governador de Ohio, Estados Unidos). Ohio (EUA), 1999.

Inscrição: *Compliments of Governor Voinovich. State of Ohio*



Camiseta oferecida após audiência concedida por FHC a Raí Souza Vieira de Oliveira (jogador do Paris Saint-Germain Football Club, em Brasília (DF), 28/11/1997

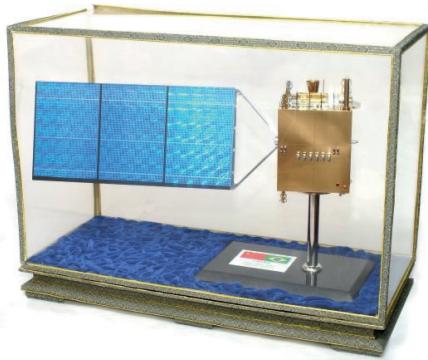
No próximo exemplo, o artefato foi produzido em série para marcar uma data significativa do Banco Central do Brasil com fins de divulgação, o que aproxima o acervo presidencial ao de outras pessoas que guardaram a moeda, com objetivo memorial. A inscrição da peça é autoexplicativa e explicita o contexto de produção.



Os exemplos seguintes evidenciam relações internas entre objetos. O avental usado no laboratório onde se produzia o satélite por encomenda do governo brasileiro se relaciona com a miniatura do artefato, recebida pelo titular na visita à Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, em Pequim.



Avental usado durante a visita de FHC ao Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres – China Brazil Earth Resources Satellite (CBERS), na Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). Pequim (China), 14/12/1995.



Satélite (miniatura) durante a visita de FHC ao Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - China Brazil Earth Resources Satellite (CBERS) na Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). Pequim (China), 14/12/1995.

A sela ornamentada para cavalgar dromedários em regiões desérticas do norte da África é um presente do chefe da delegação da Líbia e uma das curiosidades do acervo. Ela tem o mesmo contexto da foto do gabinete presidencial que registra a visita. A originalidade do presente tem muito a dizer sobre o valor simbólico de que se investe um objeto, já distante de sua função original.



Sela oferecida a FHC como homenagem pelo general Mustapha Mohamed Kharoubi (presidente da delegação da Líbia) // Foto da audiência concedida por FHC ao general Mustapha Mohamed Kharoubi (presidente da delegação da Líbia). Brasília, 2/10/2000.

O capacete usado pela delegação que inaugurou uma das fases da Usina Hidrelétrica de Xingó, em Alagoas, foi produzido e usado no evento como fator de proteção, mas acumulado com função memorial. A imagem corrobora a sua presença no acervo.



Capacete usado por FHC no acionamento da segunda unidade geradora da Usina Hidrelétrica de Xingó, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) // Foto do mesmo evento, no momento do descerramento da placa de inauguração. Alagoas, 20/5/1995.

Objetos sem referências precisas ou sem referência alguma existem em todos os acervos e, desprovidos dessas âncoras, eles perdem seu estatuto documental. No caso do Acervo de FHC, há forte probabilidade de que tenham sido oferecidos como homenagem, mas não se sabe por quem e a época também é incerta. A contiguidade entre os documentos de um arquivo faz com que se aguarde a continuidade da identificação para resolver o problema.

Os exemplos seguintes são dois bustos. O de Péricles desvenda o sentido de homenagem, pois a personagem representa o ideal democrático de Atenas, na Grécia Antiga, as qualidades de orador, estrategista e promotor das artes e das letras. Uma figura a evocar para alguém investido de liderança. A outra peça, sem referência alguma, representa uma mulher, com uma aura de dignidade que a aproxima da sabedoria, da temperança, talvez do sagrado. Na sua face esquerda, uma inscrição semelhante à letra H traz uma possibilidade da identificação do contexto, por meio de pesquisa bibliográfica e nos demais documentos do acervo.



Um último exemplo de objeto sem referência nos traz mais uma reflexão. Trata-se de um binóculo usual, igual ao que muitas pessoas levam aos espetáculos. Apesar da ausência de metadados salta aos olhos um sentido que lhe pode ser atribuído: ver mais longe não seria um sentido que desejaríamos para os nossos líderes? Foi a mensagem de quem o presenteou.



A descrição

O processo de *descrição dos objetos* obedece a normas consolidadas a partir dos documentos escritos. São usados para os objetos os mesmos critérios de nomeação dos tipos documentais e de atividades/ eventos que determinam os contextos, acompanhados de glossários

com a definição de cada termo e com remissivas para a eleição de vocabulário controlado.

A principalidade do contexto sobre o conteúdo na descrição garante a abordagem arquivística, na medida em que se evidencia o poder de prova dos documentos, razão de sua permanência nos arquivos. Eles atestam as atividades dos titulares ou das instituições a que pertencem, e tais informações são centrais, valendo para os objetos que trazem sinais de sua instrumentalidade, mas devem ser precisamente nomeados. Fica preservada a coerência com o núcleo da disciplina.

A nomeação das espécies, no caso do Acervo FHC, é feita com o auxílio da museologia e da bibliografia desse campo de conhecimento, pois muitos objetos, sobretudo os desprovidos de metadados, provocam dúvidas, principalmente quando pertencem a culturas e religiões diferentes. São essenciais a busca e a conceituação correta das espécies, pois como no gênero textual elas dão pistas para a identificação, substituindo ilações e hipóteses imprecisas.

Exemplos de presentes protocolares e não protocolares e suas respectivas fichas descritivas:



Acervo Fernando Henrique Cardoso

Origem: Gabinete Pessoal

Documento: caminho de mesa, Timor Leste, 2001 (presumida)

Atividade/Evento: homenagem; oferta de presente (protocolar); política de relações exteriores; visita

Especificação: Homenagem prestada a Fernando Henrique Cardoso pelo governo do Timor Leste; Visita ao Batalhão Militar Brasileiro no Quartel do Setor Central da Força de Manutenção da Paz no Timor Leste

Local: Dili (Timor Leste), 22/01/2001

Descritores: Governo do Timor Leste

Suporte: tecido (algodão) **Total de itens:** 1



Acervo Fernando Henrique Cardoso

Origem: Gabinete Pessoal

Documento: vaso, Ucrânia, 2002

Atividade/Evento: homenagem; oferta de presente; política de relações exteriores; reunião

Especificação: Homenagem prestada a Fernando Henrique Cardoso por Ivan Pliushch (presidente do Parlamento da Ucrânia); Reunião entre Fernando Henrique Cardoso e Ivan Pliushch (presidente do Parlamento da Ucrânia)

Local: Kiev (Ucrânia), 16/01/2002

Descritores: Ivan Pliushch (presidente do Parlamento da Ucrânia)

Suporte: madeira laqueada **Total de itens:** 1



Acervo Fernando Henrique Cardoso

Origem: Gabinete Pessoal

Documento: chapéu, Manaus (AM), 2000 (presumida)

Atividade/Evento: homenagem; oferta de presente (não protocolar); visita

Especificação: Homenagem prestada a Fernando Henrique Cardoso pela Base de Instrução n. 4 (Centro Coronel Pedro Teixeira) do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs); Visita de Fernando Henrique Cardoso à Base de Instrução n° 4 (Centro Coronel Pedro Teixeira) do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs)

Local: Manaus (AM), 17/10/2000

Descritores: Base de Instrução n. 4 (Centro Coronel Pedro Teixeira) do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs)

Suporte: tecido (algodão) **Total de itens:** 1



Acervo Fernando Henrique Cardoso

Origem: Gabinete Pessoal

Documento: chapéu, União dos Palmares (AL), 1995 (presumida)

Atividade/Evento: aniversário; homenagem; oferta de presente

Especificação: Aniversário (300 anos) da morte de Zumbi dos Palmares; Homenagem prestada a Fernando Henrique Cardoso

Local: União dos Palmares (AL), 20/11/1995

Suporte: tecido **Total de itens:** 1

A presença de objetos não implica a criação de um ambiente técnico museológico, apesar da possibilidade de ações expositivas. Artefatos de diferentes culturas, obras de arte, peças artesanais, itens utilitários investidos de simbolismos trazem para o acervo de FHC uma possibilidade de fruição muito bem-vinda. É a oportunidade de mostrar a face “de interesse público” desse acervo, que pertence a um período da história do país e concretiza não só a ação do governo, como a resposta dos cidadãos. A exposição da materialidade dos objetos traz outras leituras e a possibilidade de apreciação singular, para além da importância do arquivo.

Mas a heterogeneidade de peças – industrializadas e artesanais –, os diversos suportes, os muitos potenciais expressivos, a variação dos níveis de qualidade artística e outras diferenças não nos autorizaram a tratá-las como documentos de biblioteca ou de museus. Tal variedade demanda cuidados específicos para os materiais, o acondicionamento e a guarda na reserva técnica, mas prevalece a ideia de conjunto articulado e indissociável dos arquivos.

Bibliografia

A LINGUAGEM dos documentos de arquivo e o conceito de gênero. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), 2019. 1 vídeo (1h 34min 20s). Publicado pelo canal Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmC5zHsFbjQ&t=1232s>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2010, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 157-163.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. ed. rev. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

OBJETOS em arquivos. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), 2020. 1 vídeo (1h 52min 43s). Publicado pelo canal Fundação FHC. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W5_LSmEJbN4&list=PLGveBwZFCcXDsYgAP-jdQgBE6OFW9MFDX. Acesso em: 18 ago. 2025.



Conservação de objetos em acervos

Objetos em arquivos: desafios para a preservação da materialidade

Alessandra Barbosa

O arquivo, o gênero textual e o suporte papel

Em um universo predominantemente constituído por documentos em suporte¹ papel, a preservação de objetos torna-se um desafio para instituições arquivísticas. Esse desafio deve-se em parte ao entendimento dessas instituições do que seria um documento de arquivo. Como explica Camargo (2011, p. 157):

Os documentos de arquivo são, por excelência, textuais. Basta lembrar que o próprio aparecimento da escrita é tributário da necessidade que até hoje os define: a de mediar transações cujo registro, a título de prova, precisa ser estável e duradouro, como extensão ou prolongamento da memória de indivíduos e grupos.

Esse aparecimento da escrita acompanha o surgimento dos suportes que a carregam. Se, em um primeiro momento, o registro das informações podia ser feito em suportes como a argila, o papiro e o pergaminho, foi o papel que se consolidou como o suporte que garantiria a estabilidade e a durabilidade necessárias aos documentos textuais, para o “prolongamento da memória de indivíduos e grupos”.

Todavia, a estabilidade e confiança nesse suporte nem sempre existiram. “O papel, em seus primórdios, era recebido com desconfiança devido à

1. A definição de suporte de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística é o material sobre o qual as informações são registradas. (Camargo; Belloto, 1996, p. 72)

sua aparente fragilidade. O pergaminho era, então, preferido por ser considerado o único suporte de escrita digno de documentos importantes, pela certeza de sua durabilidade" (Motta; Salgado, 1971, p. 23).

A centralidade do papel como veículo da escrita, consolidado como o principal suporte dos documentos de arquivo, não fez nos tempos primordiais e não faz dele hoje o único suporte do gênero² textual. Podemos citar os documentos digitais e suas variadas extensões (pdf, txt, docx, entre outras), cujo suporte não é um meio físico como o papel, mas um conjunto de componentes tecnológicos. Outro exemplo são suportes como o metal e a madeira, utilizados no registro de homenagens, na confecção de diplomas e certificados. Por não serem reconhecidos como o suporte eleito para o registro de documentos textuais, esses suportes por vezes induzem os profissionais responsáveis pelo tratamento arquivístico a categorizar tais documentos como artefatos.

Os documentos textuais tampouco são os únicos considerados documentos de arquivo. "A teoria arquivística admite gêneros diversos, e é preciso entender, em primeiro lugar, os critérios que distinguem os documentos textuais dos não textuais" (Camargo, 2011, p. 157).

Dentro do contexto de produção e da acumulação, característico dos documentos de arquivo, um titular pode carregar consigo documentos de outras naturezas: fotografias, quadros, discos, fitas, livros. E por que não objetos? "Baseado na lógica do contexto de acumulação dos arquivos e no seu valor de testemunho, os objetos tendem a interagir com os documentos, tornando-se parte integrante do todo orgânico dos documentos de arquivo" (Gomes; Silva, 2011, p. 32).

Esses documentos não textuais são vistos como especiais, de modo que muitas instituições os separaram em setores para processar a informação de acordo com essas características que lhes são particulares. A exemplo de instituições de vocação notadamente arquivística, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado de São Paulo possuem setores específicos, separando os documentos, ainda que não

2. Entende-se por gênero documental a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo. (Camargo; Belloto, 1996, p. 52)

seja de uma forma rigorosa, de acordo com o gênero documental. São setores criados para o tratamento dos gêneros textual, iconográfico – este, por vezes subdividido em cartográfico –, além dos gêneros audiovisual e sonoro.³

Nesses exemplos e também em outras instituições de natureza arquivística, chama atenção se essa divisão, em virtude das características físicas distintas desses materiais, seria realizada unicamente com o propósito de garantir a preservação em ambientes especiais, adequados do ponto de vista do armazenamento, bem como do controle e monitoramento de temperatura, umidade relativa e iluminação. Ou se essa separação voltada à preservação seria apenas um pretexto; uma oportunidade para realizar o tratamento da informação, o chamado processamento técnico, de modo autônomo, elegendo um tratamento diferenciado para os registros não convencionais.

Outro ponto que se destaca nessa lógica de criação de setores conforme o gênero documental é a ausência, em algumas instituições, pelo menos na estrutura organizacional, de um setor específico para objetos. Afinal, se “os documentos que escapam aos convencionais registros escritos sobre papel estão dispersos em setores sob a alegação de que exigem microclimas e ambientes de armazenamento especiais” (Camargo, 2011, p. 158), por qual razão os objetos não fazem uso dessa prerrogativa? Não seria importante que os artefatos, com sua variedade de materiais, também passassem por essa separação física que garantiria sua preservação? Estariam esses objetos de fato armazenados nos arquivos ou dispersos em instituições museológicas?

Artefatos em arquivos

A entrada de objetos nos arquivos é um tanto controversa. Muitas instituições os enxergam como algo que não caberia ali. Deveriam ser direcionados para outras instituições de guarda, voltadas ao tratamento museológico, pois “tais documentos não correspondem aos tipos tra-

3. Para conhecer a estrutura organizacional dessas instituições, cf.: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional> e https://www.arquivoestadosp.gov.br/web/institucional/quem_somos/organograma

dicionais que se encontram nos arquivos, quase sempre associados ao gênero textual. Entretanto, cabem perfeitamente na definição científica e legal dos arquivos” (Delmas, 2010, p. 71).

Trata-se de um incômodo muitas vezes associado ao formato⁴, tamanho e peso dos objetos, ou seja, as questões voltadas ao espaço de guarda e ao armazenamento, além da inabilidade de relacioná-los ao contexto de produção. Esse incômodo faz com que muitos profissionais acabem por não os receber nas instituições arquivísticas, dissociando esse material em museus e outras instituições que julgam mais adequadas para preservação de tais itens. Nas palavras de Delmas (2010, p. 71), há “a tentação de decretar que não são realmente documentos de arquivo, de ignorá-los e até mesmo descartá-los”.

Essa dispersão, que não ocorre somente com os objetos, e que acaba por “fracionar fundos” e interferir na metodologia de tratamento, em que “o critério funcional cede lugar a uma abordagem autoral ou temática de documentos individualizados” (Camargo, 2011, p. 158), poderia ser resolvida se as instituições arquivísticas adotassem, em sua metodologia de tratamento, a separação entre a configuração lógica e a configuração material, permitindo que os tratamentos de conservação e arquivístico não fossem hierarquizados, mas que caminhassem em paralelo e de forma colaborativa.

Tal metodologia, apresentada em *Tempo e circunstância* (2007), permite que documentos que obedecem a um mesmo padrão físico possam ser armazenados da mesma forma, seguindo os princípios da conservação preventiva e em um sistema de guarda contínua, conciliando a racionalização dos espaços de armazenamento com a preservação da integridade física dos documentos. Essa é a configuração material.

Por sua vez, a configuração lógica “determina a maneira como os documentos devem ser classificados de modo a preservar sua organicidade (isto é, sua capacidade de refletir funções e atividades da pessoa que lhes deu origem) e a permitir ampla consulta a partir de critérios coerentes” (Camargo; Goulart, 2007, p. 59).

4. Formato é a configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado (Camargo; Belloto, 1996, p. 39).

Essa separação pode garantir que questões de armazenamento e acondicionamento caminhem com independência em relação ao tratamento da informação, e sem perder o contexto de produção e acumulação tão caro aos arquivistas. Em outras palavras, o item armazenado da forma correta, segundo normas da conservação, não seria um impedimento para o tratamento da informação de acordo com as normas da arquivologia. A configuração material nos moldes da metodologia de Camargo e Goulart não interfere na organicidade dos documentos de arquivo.

Entendendo que esta comunicação propõe um texto voltado à preservação, tendo como proposta uma reflexão sobre o tratamento de conservação destinado aos artefatos presentes nessas instituições, com ênfase em questões relacionadas à sua guarda e à articulação com o tratamento técnico arquivístico, serão apresentados caminhos da conservação preventiva, bem como estratégias e práticas voltadas à preservação desse tipo de acervo do ponto de vista do armazenamento. Para tanto, vamos dar enfoque à configuração material da metodologia de Camargo e Goulart e relacioná-la com as diretrizes e procedimentos voltados à conservação de artefatos.

Para que fique mais clara a configuração material, tomemos como exemplo objetos de tamanhos variados e compostos por distintos materiais, como estojos de condecorações, troféus, esculturas. Dentro da lógica estabelecida por Camargo e Goulart, esses objetos seriam distribuídos em planos horizontais, entendidos como as prateleiras de uma estante, nesse caso, as unidades de arquivamento⁵, conforme mostra a tabela abaixo:

Código	Unidade de arquivamento
18	Plano horizontal com altura superior a 100 cm
19	Plano horizontal com altura até 100 cm
20	Plano horizontal com altura até 40 cm
21	Plano horizontal com altura até 20 cm

5. Unidade de arquivamento são os recipientes, invólucros ou formatos tomados como base mínima de acondicionamento e armazenamento, de uma perspectiva de racionalização dos espaços disponíveis.

Nessa configuração, os objetos seriam separados por tamanho, permitindo criar setores, dentro do mobiliário, adequados às dimensões e ao peso desses artefatos, e ainda garantir o melhor aproveitamento do espaço, uma vez que, por exemplo, um estojo de menos de 10 cm de altura não dividiria o espaço com um troféu de 40 cm. Em outras palavras, essa divisão em alturas leva em conta as três dimensões de um artefato e o grau de ocupação da unidade de arquivamento⁶.

Contudo, essa separação por tamanho não pode ser realizada sem levar em conta a diversidade de materiais de que são compostos os objetos. Dessa forma, além da separação por tamanho é realizada a separação por materiais, ilustrada na tabela a seguir:

Grupo	Material
1	Pedra
2	Acrílico, vidro e cristal
3	Cerâmica e porcelana
4	Metal
5	Tecido
6	Madeira, couro e outros materiais orgânicos
7	Misto

Essa divisão em grupos de materiais permite que as rotinas de conservação preventiva, em especial as vistorias periódicas e o diagnóstico das condições do acervo, possam ser direcionadas de acordo com as especificidades de cada material. Como exemplo, temos as diferenças entre a análise de materiais orgânicos, sujeitos a agentes biológicos, e a análise de metais, cuja preocupação não passa por esse tipo de risco.

Os documentos fora da caixa

Considerando os desafios associados ao armazenamento de objetos, a metodologia de Camargo e Goulart permite lidar melhor com esses do-

6. O grau de ocupação da unidade é o percentual que indica a quantidade de espaço utilizado pelo acervo em cada unidade de armazenamento (ICCROM, 2018, p. xi).

cumentos que não cabem dentro da caixa; aqueles documentos que “às vezes incomodam os arquivistas, por não terem o formato normalizado dos documentos administrativos, de suas caixas e estantes” (Delmas, 2010, p. 71). Isso porque, ao levar em conta a materialidade dos objetos e os cuidados requeridos em seu tratamento físico, há a compreensão de que as soluções devem estar fundamentadas nos princípios da conservação preventiva.

A conservação preventiva tem princípios gerais e pode ser aplicada independentemente do tamanho da instituição, assim como sua natureza é

igualmente relevante para todos os tipos de acervos, sejam eles científicos, históricos, artísticos ou arquivísticos, e para uma série de instituições que mantêm acervos – museus, arquivos, sociedades históricas, bibliotecas, instituições religiosas e acadêmicas e coleções particulares (Appelbaum, 2023, p. 14).

Esses princípios, mais do que procedimentos técnicos isolados, devem representar uma mudança de mentalidade nas instituições, de modo que incorporem a conservação como dimensão estratégica da gestão de acervos, como ressalta Gaël de Guichen (1999, p. 4) ao dizer que “a conservação preventiva significa contratar um seguro de vida para as coleções”.

Essa transformação de perspectiva trazida pela conservação preventiva coloca em foco a totalidade do acervo e as escolhas de longo prazo, como Guichen (1999, p. 4) bem exemplifica:

Onde ontem se viam objetos, hoje se deveria ver coleções. Onde se viam salas, se deveria ver edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deveria pensar em anos. Onde se via uma pessoa, se deveria ver equipes. Onde se viam despesas de curto prazo, deve-se ver investimentos de longo prazo. Onde se mostram ações do dia a dia, deve-se ver programa e prioridades.

Dentro dessa mudança de mentalidade, é importante reconhecer que a conservação preventiva não se efetiva somente com investimentos de alto custo em climatização e mobiliário. Diante desse pensamento, muitas instituições, com poucos recursos, negligenciam as áreas de armazenamento, espaços ocultos ao público, transformando esses espa-

ços em depósitos onde se acumulam grande volume de documentos, em meio a itens de almoxarifado, exposições antigas, sem nenhum planejamento para essas áreas, que deveriam ser exclusivas para a guarda do acervo.

A qualificação dos espaços de guarda, conhecidos como reserva técnica, vai além dos recursos financeiros; pressupõe planejamento, organização e gestão estratégica. Um exemplo dessa qualificação está na aplicação do Método RE-ORG para a reorganização de reservas técnicas.

Criado entre os anos de 2007 e 2011 pela Unesco e pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), e posteriormente reformulado em 2017 em parceria com o Canadian Conservation Institute (CCI), o método RE-ORG permite o aprimoramento do armazenamento e acondicionamento dos acervos, reformulando os depósitos para aumentar a área utilizável, melhorando o acesso e garantindo a segurança dos acervos.

A proposta do método é ajudar as instituições a recuperar o controle de seus acervos. Há extensa literatura dedicada ao planejamento de novas áreas de armazenamento. Todavia, o desafio predominante para a maioria das instituições responsáveis pela custódia de acervos refere-se à necessidade de promover melhorias em espaços já existentes, os quais, ao longo do tempo, sofreram processos de deterioração. Tais processos ocorreram, em grande parte, devido ao crescente aumento dos acervos, em descompasso com as melhorias necessárias para os espaços de guarda.

Trata-se de uma ferramenta prática, inicialmente planejada para equipes de museus, mas que se aplica aos arquivos, centros de memória e demais instituições responsáveis pela guarda de acervos. Essa ferramenta, em formato de guia passo a passo, apresenta, “ao longo do texto, o termo ‘museu’ usado de maneira genérica para se referir a qualquer instituição responsável pela guarda de coleções, o que pode incluir arquivos, galerias e bibliotecas” (ICCROM, 2018, p. 1). Sua abordagem permite reorganizar os depósitos atuais, com foco no uso criativo, porém seguro, dos recursos existentes.

Ao adotar esse método, incertezas e preocupações comuns aos gestores de instituições de guarda de acervos podem ser enfrentadas com clareza e habilidade. A primeira delas é a crença de que mudanças dessa natureza exigem investimentos financeiros elevados. Na prática, o método propõe justamente o contrário: permite reutilizar e adaptar os recursos já disponíveis, de forma a potencializar o que a instituição possui.

Outro receio é de que tais mudanças evidenciem fragilidades institucionais, revelando a desorganização de áreas normalmente ocultas do olhar do público e, consequentemente, chamando atenção para problemas que por vezes são motivo de constrangimento. No entanto, essa percepção de descuido em relação a esses espaços “invisíveis” não é particular de uma instituição específica. Instituições de diferentes partes do mundo enfrentam a mesma realidade.

Esse quadro foi confirmado pela pesquisa internacional sobre reservas técnicas realizada em 2011 pelo ICCROM e pela Unesco⁷, cujos resultados ajudaram a conscientizar gestores de que a situação é amplamente compartilhada. O estudo traçou um panorama dos principais desafios que comprometem a conservação, o manejo e o acesso ao acervo: uma em cada quatro instituições apresentava documentação incompleta e dificuldades de circulação em áreas de guarda; uma em cada três não possuía clareza sobre quem era responsável pela reserva técnica; e metade das instituições carecia de unidades de armazenamento adequadas às necessidades de seus acervos.

Ambas as organizações sentiram que essas duas questões exigiam maior apoio político e maior envolvimento dos tomadores de decisão, tanto em nível institucional quanto profissional. O ICCROM respondeu desenvolvendo novas ferramentas projetadas para atender ao contexto específico de pequenas instituições com acesso limitado a recursos ou aconselhamento técnico especializado (Lambert, 2011, p. 6).

O método RE-ORG divide a reorganização da reserva técnica em quatro componentes: acervo; mobiliário e pequenos equipamentos; prédio e espaço; e gestão. Essa divisão tem como proposta levantar dados

7. Os resultados completos da pesquisa podem ser acessados no site do ICCROM: <https://www.iccrom.org/programmes/re-org>

quantitativos e qualitativos que influenciem as decisões de planejamento das fases de trabalho. Essas fases são:

Fase 1 – Preparação

Esta é a fase de montagem da equipe, definição dos espaços de trabalho e levantamento de informações dos acervos, plantas arquitetônicas. É também o momento de reunir ferramentas e materiais e documentar a situação da reserva antes do início do RE-ORG. Nesta fase, é proposta uma autoavaliação para entender o nível de desorganização e “obter um retrato das questões-chave que afetam a funcionalidade da(s) sala(s) de reserva técnica, além de identificar os pontos fortes e fracos desde o início” (ICCROM, 2018, p. I - 3).

Fase 2 - Relatório sobre a situação da reserva técnica

Uma vez reunidos os dados na fase 1, eles serão utilizados para a elaboração de um relatório das condições atuais dos espaços, destacando as principais questões que afetam a conservação e o acesso dos acervos. Esse relatório deve ser apresentado à administração da instituição como forma de documentar e convencer a gestão da necessidade de aplicação do RE-ORG.

Fase 3 - Plano de ação

Nesta fase, o relatório elaborado na fase anterior será utilizado para planejar o projeto de reorganização passo a passo.

Fase 4 - Implementação da reorganização

Trata-se da implementação do projeto anteriormente planejado. É o momento da execução do plano de ação. Nesta fase, todas as mudanças deverão ser documentadas com registro fotográfico e vídeos. É a fase em que as reservas técnicas serão de fato organizadas.

Todo o processo é explicado etapa por etapa em uma apostila com instruções e uma série de recursos, como planilhas, software para desenhar plantas baixas, indicação de sites e plataformas que podem ser usadas como ferramentas de trabalho – como o Sketchup, que permite criar modelos 3D, e o STASH: Técnicas de Armazenamento para Coleções de Arte, Ciência e História, entre outras.

Embora não seja possível neste texto demonstrar a riqueza desse material, vale considerar alguns pontos importantes para a conservação de objetos, que contribuem para o que foi apresentado até agora.

O primeiro ponto é que os princípios orientadores do RE-ORG são a conservação preventiva; a colaboração interdisciplinar entre os profissionais da instituição; a flexibilidade e adaptação às condições de cada instituição; e a participação ativa da equipe. Esses princípios trazem como resultado, ao final da aplicação do método, a preservação aprimorada dos acervos; melhor acessibilidade para consulta e pesquisa; maior segurança contra riscos físicos, biológicos e ambientais; além de eficiência na gestão institucional, otimizando tempo e recursos; e, por fim, a valorização da equipe ao envolver diferentes profissionais no processo.

Um segundo ponto diz respeito ao uso eficiente do espaço e do mobiliário, proposto pelo RE-ORG na fase de planejamento. Nessa etapa, é feita a *análise do espaço físico*, identificando a metragem, área útil, corredores mínimos de circulação; também é realizado um *diagnóstico do mobiliário* existente quanto ao tipo (estantes fixas, arquivos deslizantes, mapotecas, armários etc.) e sua adequação ao tipo de objeto (se o móvel favorece ou prejudica sua conservação), além de medir o grau de ocupação (momento em que se verifica quantos objetos cabem em cada móvel e qual espaço está ocioso ou sobrecarregado); e, por último, o *agrupamento dos objetos* por tipologia, formato e dimensão.

A descrição dessa etapa, em que constam a análise do espaço físico, diagnóstico do mobiliário e agrupamento dos objetos, se aproxima da configuração material proposta por Camargo e Goulart ao propor a racionalização do espaço e a preservação da integridade física dos documentos.

O diálogo entre o RE-ORG e a metodologia de *Tempo e circunstância* se dá pela mudança de uma lógica de um depósito passivo, onde os

documentos são apenas acumulados, para uma visão estratégica, na qual a reserva técnica se converte em um espaço ativo de preservação e gestão do patrimônio.

Considerações

A decisão de manter objetos é um desafio para instituições de guarda arquivísticas, que precisam “refletir sobre as razões da guarda, identificando a ligação dos objetos com os demais documentos do arquivo” (Gomes; Silva, 2011, p. 46). O desafio da guarda de artefatos em instituições onde predomina o suporte papel talvez seja mais uma questão de desconhecimento dos recursos que a conservação, especialmente a conservação preventiva, oferece para facilitar o acesso e até mesmo o tratamento arquivístico de tais itens. Aliar arquivologia e conservação, como propõe a metodologia de *Tempo e circunstância* (2007), parece uma estratégia possível e um trabalho executável em instituições de guarda de natureza arquivística.

No caso dos acervos em que o acúmulo de itens tem tornado o espaço restrito e desorganizado, seja pela necessidade de recolhimento prevista na legislação, seja pela ausência de uma política de aquisição e descarte definidas, a metodologia do ICCROM revela-se um caminho oportuno para garantir a integridade dos documentos. Embora criada inicialmente para atender aos museus, configura uma alternativa para as instituições arquivísticas que possuem documentos que não se enquadram nos formatos tradicionais e previstos.

O método RE-ORG para a reorganização de acervos em áreas de reserva técnica prevê baixos recursos e soluções aplicáveis, permitindo que instituições, sobretudo as de pequeno porte, possam executá-lo desde que motivadas pela gestão, que deve reconhecer que a qualificação de recursos humanos é essencial e que possibilitar o trabalho em equipe com a participação e estímulo de todos pode garantir a preservação do acervo.

Bibliografia

APPELBAUM, Barbara. *Preservar, proteger e defender: um guia prático para o cuidado de coleções*. Porto Alegre: Editora MW, 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre o gênero documental. *Seminário Serviços de Informação em Museus*, 2011, p. 157-165.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO Heloísa L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 1996.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardos, 2010.

GUICHEN, Gaël de. La conservation préventive: un changement profond de mentalité. *Museum International*, v. 51, n. 1, 1999, p. 46.

GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. *Arquivo & Administração*, v. 10, n. 1, 2011.

ICCROM; CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE (CCI). *Método RE-ORG: um método para reorganizar a reserva técnica de museus*. Tradução do Programa Ibermuseus. [Lisboa]: Ibermuseus, 2018. 63 p. Disponível em: <https://www.ibermuseos.org/pt/recursos/publicacoes/metodo-re-org>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LAMBERT, Simon. RE- ORG: A methodology for reorganizing museum storage developed by ICCROM and UNESCO. *CeROArt*, n. 6, 2011.

MOTTA, Edson; SALGADO, Maria Luiza Guimarães. *O papel: problemas de conservação e restauração*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.

O legado tóxico dos tratamentos do passado: pesticidas em acervos e os desafios contemporâneos da conservação

Ana Carolina Delgado Vieira

Introdução

Ao longo do século XX, o uso de pesticidas tornou-se uma prática recorrente em museus, arquivos e bibliotecas como estratégia para o controle de pragas e a preservação de coleções. Fundamentados em saberes compartilhados entre entomologistas, indústrias químicas e profissionais de museus, diversos produtos foram aplicados rotineiramente para preservar objetos culturais. Embora eficazes no combate às infestações, esses tratamentos deixaram um legado invisível e persistente: objetos impregnados por substâncias tóxicas, que representam riscos à saúde humana, à integridade material dos artefatos e à sua possível restituição a comunidades de origem.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos desses tratamentos no campo da conservação patrimonial, a partir de uma investigação histórica que tem como estudo de caso os procedimentos realizados no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Com esta contribuição, buscamos ampliar o debate contemporâneo em torno da conservação preventiva e do fortalecimento de práticas museológicas baseadas em princípios éticos, sustentáveis e socialmente responsáveis.

Pesticidas no patrimônio: breve histórico de uma prática consolidada

Instituições de guarda, como museus, arquivos e bibliotecas, têm como missão preservar artefatos e evitar sua deterioração. Diante da vulnerabilidade dos materiais que compõem esses acervos, o uso de substâncias químicas foi historicamente adotado como estratégia preventiva para proteger a integridade física dos objetos.

Com o incremento das coletas sistemáticas no século XVIII, especialmente em coleções de história natural, os coletores identificaram que materiais orgânicos, como penas, peles, madeiras, tecidos e fibras vegetais, estavam sujeitos a rápida degradação. Além de fatores como temperatura inadequada, radiação luminosa e poluentes ambientais, a ameaça biológica representada por insetos e fungos tornava urgente o desenvolvimento de métodos de controle de infestação de pragas que vulnerabilizavam a existências desses materiais em diversos museus.

Durante o século XIX, houve um crescente interesse científico na entomologia, tanto para descrição de espécies quanto para o combate a insetos nocivos às coleções. O avanço do conhecimento sobre pragas alimentava a produção de manuais e estudos técnicos que passaram a circular entre instituições culturais (Almeida, 2021).

O uso de pesticidas, inicialmente restrito às coleções de história natural, logo foi estendido a coleções etnológicas que possuíam materiais orgânicos semelhantes. Compostos altamente tóxicos, como o cloreto de mercúrio e o arsênico, eram aplicados desde a etapa de coleta em campo até o armazenamento em museus. Ainda no século XIX, os museus passaram a empregar câmaras de fumigação – originalmente desenvolvidas para desinfecção em portos marítimos e controle de epidemias – como estratégia de preservação.

Já no início do século XX, com a adoção de armários fechados para acondicionamento de acervos, o uso de compostos voláteis tornou-se mais comum (Goldberg, 1996). Substâncias como cânfora,

benzina, timol, fumo de tabaco, essência de terebentina e plantas aromáticas foram amplamente utilizadas no combate a insetos. O gás ácido cianídrico também ganhou popularidade como agente fumigante em pesquisas voltadas à erradicação de pragas em plantas, sementes e frutos – sendo posteriormente incorporado ao tratamento de diversas coleções museológicas (Goldberg, 1996; Odegaard; Sadongei, 2005). Com o surgimento da naftalina no mercado, essa substância passou a ser empregada de forma preventiva contra infestações de traças.

A demanda por aumento da produção agrícola impulsionou o desenvolvimento de pesticidas orgânicos sintéticos pelas indústrias químicas, muitas das quais haviam atuado na produção de armas químicas durante a Primeira Guerra Mundial. Com o fim do conflito, essas empresas redirecionaram suas atividades para o uso civil e passaram a enxergar os museus como potenciais mercados consumidores (Tello, 2021).

A partir de 1940, a indústria química passa a sintetizar com maior velocidade diferentes compostos, aumentando a oferta de pesticidas disponíveis. A descoberta de novos compostos sintéticos permitiu o surgimento dos pesticidas organoclorados, organofosforados, carbamatos e piretroides (Odegaard; Sadongei, 2005).

Esses compostos surgiam como produtos promissores no controle de pragas urbanas e eram bem-recebidos nos museus como potenciais agentes de preservação de acervos, uma vez que não eram tidos como substâncias perigosas para os objetos ou para aqueles que aplicavam esses produtos. Diante dessa alternativa aparentemente viável e segura, aliada a uma forte estratégia de publicidade comercial [figura 1], os pesticidas orgânicos sintéticos foram incorporados à rotina de controle de pragas nos museus.



Figura 1 - Publicidade para uso de pesticidas em ambientes domésticos de 1940-1945. Fonte: Science History Institute. Disponível em: <https://digital.sciencehistory.org/works/mp48sc895>.

O diclorodifeniltricloroetano (DDT) passou a ser utilizado em museus depois da Segunda Guerra Mundial. Apesar de seu banimento em alguns países nos anos 1970, manuais de conservação ainda recomendavam seu uso, juntamente com outros pesticidas organoclorados, como hexaclorobenzeno (HCB), lindano e pentaclorofenol (PCP), aplicados por diferentes métodos, como pinceladas, injecções, impregnações e pulverizações (Hueck, 1972; Kathpalia, 1973; Kühn, 1986; Dawson, 1988; Burgi et al., 1990; Collins, 1995).

No final do século XX, muitos museus ainda utilizavam câmaras de fumigação para tratar seus acervos com substâncias como óxido de etileno, brometo de metila, fluoreto de sulfurilo e fosfina (Odegaard; Sadongei, 2005). Algumas instituições realizavam fumigações em itens recém-incorporados ou com sinais de infestação, utilizando equipamentos próprios ou serviços terceirizados (Goldberg, 1996).

Esse percurso histórico evidencia uma relação estreita entre os museus e a indústria química, baseada na circulação internacional de publicações técnicas, práticas padronizadas e estratégias de marketing. Se por um lado essas substâncias representaram soluções eficazes à época,

por outro, seus efeitos nocivos, muitas vezes silenciosos, são perpetuados nos objetos e nas instituições.

A partir dos anos 1990, uma nova sensibilidade ambiental e a regulamentação internacional promoveram o abandono gradual dessas substâncias. Métodos atóxicos como congelamento, atmosferas inertes e o reforço de práticas de conservação preventiva, como o manejo integrado de pragas, ganharam espaço, orientando rotinas mais seguras e sustentáveis.

Entretanto, a persistência dos pesticidas leva à identificação de casos contemporâneos de acervos contaminados. Diante desses casos, os profissionais da conservação ainda têm dificuldade para se orientar quanto a questões de identificação dos compostos, medidas de segurança e protocolos de acesso a esse acervo, visto que não há uma grande oferta de literatura especializada disponível sobre o tema.

O uso de pesticidas para a preservação do patrimônio cultural – Caso MAE/USP

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) foi oficialmente fundado em 1989, mas sua origem está ligada à fusão de acervos provenientes de quatro outras instituições da USP.

A integração desses acervos refletiu diferentes modos de coleta, gestão e preservação, que hoje moldam a diversidade e complexidade da coleção do MAE/USP. Embora seja uma instituição relativamente recente, ela tem sob sua guarda objetos que remontam ao século XIX, reunidos sob as lógicas do colecionismo tradicional e da ciência dos museus enciclopédicos e naturalistas. Tais práticas partiam da premissa de que a cultura material das chamadas “sociedades primitivas” deveria ser amplamente coletada antes que esses grupos desaparecessem.

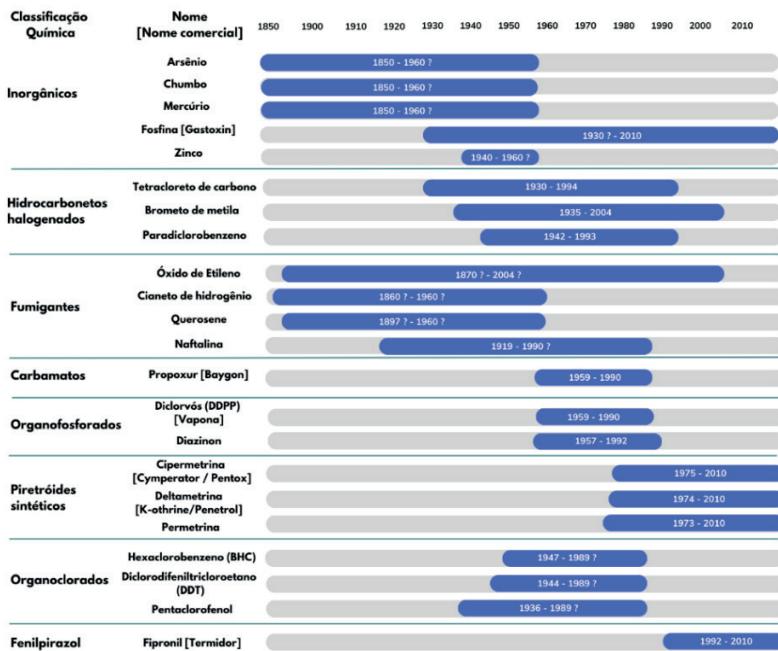
A preservação de milhares de objetos orgânicos, compostos por fibras vegetais, madeira, peles, penas, sementes e diversos outros materiais, sempre foi um desafio, pois esses materiais são altamente suscetíveis

à deterioração por agentes biológicos, como insetos, fungos, bactérias e roedores. A necessidade de garantir a perenidade desses registros da cultura material impulsionou a coleta de materiais de culturas tradicionais indígenas brasileiras e de outras partes do mundo e seu ingresso nos museus, tornando a conservação desses itens uma corrida contra o tempo. E, para garantir a sobrevida a esses objetos, os tratamentos químicos tiveram papel fundamental não apenas no MAE/USP, bem como para seus coletores e em suas instituições formadoras.

Para recuperar informações históricas sobre o uso dos tratamentos químicos no MAE/USP, realizamos pesquisas documentais em fichas catalográficas e relatórios antigos da Seção de Conservação. Além disso, o depoimento de ex-funcionários e de membros mais antigos da equipe complementaram informações sobre essas antigas práticas. Desde 2012, técnicas analíticas como fluorescência de raios-X (XRF), cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS) e espectroscopia Raman amplificada por superfície (SERS) vêm sendo aplicadas para identificar possíveis substâncias químicas utilizadas a fim de preservar o acervo.

Com base no levantamento de dados dessas fontes, identificamos três momentos importantes na trajetória das coleções do MAE/USP. O primeiro deles acontece ainda nas suas instituições fundadoras, como MP/USP, Antigo MAE e no Departamento de Antropologia da FFLCH, antes de 1989. O segundo momento é a transferência para o novo MAE, que acontece em 1989 e perdura até o final dos anos 90. O terceiro momento acontece a partir dos anos 2000, quando o acesso aos produtos químicos tradicionais se torna mais limitado pelas normas regulatórias e outras formas de preservação do acervo passam a ser utilizadas.

O conjunto de tentativas de recuperar a cronologia dos tratamentos químicos das coleções do MAE/USP pode ser sintetizado na figura 2.



A partir dos anos 2000, o MAE/USP intensificou a participação de grupos indígenas em suas atividades curatoriais, o que levou à revisão de práticas dos tratamentos tradicionais, especialmente diante da manipulação de objetos rituais e sagrados. O último tratamento com fosfeto de alumínio e fosfina ocorreu em 2011. Em 2012, uma infestação de traças, após uma reforma predial que deixou falhas no revestimento do forro da reserva técnica (Delgado Vieira, 2017), motivou a inspeção completa da coleção em 2013, resultando no tratamento de cerca de 4.000 itens com anóxia. Ainda nesse ano, o museu adquiriu sua própria câmara de tratamento com nitrogênio.

A partir de 2018, os primeiros tratamentos com radiação ionizante passaram a ser realizados no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), utilizando o Irradiador Multipropósito de Cobalto-60 [figura 3]. Atualmente, essa técnica é adotada como o principal método de desinfestação de acervos no MAE/USP devido à sua comprovada eficá-

cia. A radiação ionizante elimina micro-organismos e insetos em todas as fases do ciclo de vida, garantindo um alto grau de confiabilidade na erradicação de agentes biológicos. Além disso, trata-se de uma prática segura e sustentável, pois não deixa resíduos químicos nos materiais tratados nem torna os objetos radioativos. Assim, os itens podem ser manipulados com segurança logo após o tratamento, sem riscos à saúde de profissionais (Delgado Vieira et al., 2023).



Figura 3 - Irradiador Multipropósito de Cobalto-60
– IPEN-CNEN/SP. Foto: a autora (2024)

Entre março de 2018 e julho de 2025, o MAE/USP tratou 450 objetos por meio dessa técnica. As informações dos tratamentos realizados no IPEN são registradas em uma base de dados, onde a dose de radiação é anotada para cada objeto, incluindo um monitoramento específico para casos de reincidência de tratamentos.

A identificação de pesticidas em objetos de acervo é um processo complexo e, muitas vezes, de alto custo. Com a aprovação de um recente projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Laboratório de Conservação do MAE/USP ampliará sua capacidade de testagem por meio da aquisição de novos equipamentos. Esse investimento possibilitará a implementação de uma sistemática de análise para detecção de contaminantes. Paralelamente, a atualização do ban-

co de dados institucional permitirá o registro das informações sobre a presença de pesticidas nos cadastros individuais de cada objeto. Essas ações integradas permitirão em breve ampliar a identificação de substâncias tóxicas no acervo e reforçar os mecanismos de sinalização visual de riscos associados aos itens contaminados [figura 4].



Figura 4 - Modelo de etiqueta de sinalização de acervo contaminado usado no MAE/USP para objetos contaminados. Fonte: a autora.

Impactos físicos, químicos e simbólicos dessas práticas nos artefatos

O uso histórico de pesticidas em bens culturais produziu impactos que extrapolam a dimensão físico-química dos objetos. Conservadores enfrentam hoje os efeitos dessas intervenções, que incluem alterações estruturais, riscos à saúde e implicações simbólicas importantes, especialmente em contextos de restituição patrimonial.

Os objetos contaminados frequentemente apresentam odores persistentes, manchas escuras, fragilidade estrutural, acúmulo de cristais e pó branco na superfície. Etiquetas com informações incompletas também podem ser valiosas, pois podem fornecer indícios sobre a época do tratamento [figura 5].



Figura 5 - A etiqueta indica uma anotação a lápis da data do tratamento "July 1912". Tambor RG 6419 da Coleção de Etnologia Norte-Americana do Acervo MAE/USP. Foto: a autora (2022).

Pela inspeção visual, coleções tratadas com pesticidas podem exibir indícios macroscópicos de contaminação. É comum que essas regiões apresentem não apenas os danos causados pela ação de insetos, mas também marcas, manchas [figura 6] e outros prejuízos decorrentes da aplicação dos produtos químicos.



Figura 6 - Mancha próxima à área de perfuração pode ser um efeito do tratamento com pesticida. Tambor 77/d.4.413 da Coleção de Etnologia Africana do Acervo MAE/USP. Foto: a autora (2024).

Materiais frágeis, como penas, peles e couros, também podem ter sido alvo de aplicação de produtos químicos [figura 7], e a presença de cristais depositados ou pó branco na superfície deve ser observada com atenção.



Figura 7 - Detalhe de objeto de couro com acúmulo de cristais na superfície. Objeto RG 3662 da Coleção de Etnologia Brasileira do Acervo MAE/USP. Fonte: a autora (2023).

Objetos previamente tratados podem apresentar extrema fragilidade, resultado da combinação do ataque de insetos com a interação do produto químico aplicado [figura 8]. Tello (2006) indica que a interação entre a luz e resíduos de pesticidas provavelmente pode estar associada ao desbotamento de cores em um objeto.



Figura 8 - Banco indígena com perdas provocadas por insetos xilófagos, cores esmaecidas e eflorescência de pó branco na superfície. Objeto RG 7235 da Coleção de Etnologia Brasileira do Acervo MAE/USP. Foto: Ader Gotardo (2015).

O uso de pesticidas em acervos, embora concebido como uma tecnologia discreta e não invasiva (Bangstad, 2022), deixou um legado problemático em muitas coleções em museus. Para além dos riscos ocupacionais que envolvem a manipulação de itens contaminados, profissionais da área de conservação enfrentam hoje os efeitos dessas práticas passadas, que vão além dos danos adversos visíveis e incluem alterações sutis e muitas vezes irreversíveis. O campo de investigação sobre os possíveis efeitos dos pesticidas nos acervos ainda é pouco explorado (Tello, 2006), mas para entender essas interações é necessário realizar investigações detalhadas, sempre que possível acompanhadas de testes analíticos para identificar a presença desses compostos nos objetos. A ausência de registros sobre esses tratamentos representa mais um desafio na tarefa de identificar os danos causados pelos pesticidas e diferenciá-los de efeitos provocados por outros agentes.

Além das consequências materiais, há também impactos epistêmicos e simbólicos. O uso de pesticidas como tecnologia invisível de conservação pode ser interpretado como forma de violência institucional, sobretudo quando aplicado a objetos de origem indígenas, africanas e afro-diaspóricas. Muitos desses bens são considerados vivos pelas comunidades de origem, dotados de agência espiritual e histórica. A contaminação por substâncias tóxicas compromete não apenas sua integridade física, mas também sua continuidade ritual e ontológica.

Diante disso, os efeitos dos pesticidas devem ser compreendidos de forma ampla: não apenas como resíduo material, mas como herança tóxica de um modelo de preservação que privilegiou a erradicação da vida biológica, sem considerar os impactos de longo prazo, nem sobre os objetos, nem sobre as pessoas.

Motivações para a descontaminação do acervo

As motivações para a descontaminação de objetos contaminados por pesticidas em museus, arquivos e bibliotecas vão além das preocupações com a integridade material dos acervos ou com a segurança ocupacional

de seus profissionais. Especialmente no caso de coleções etnológicas, a questão da contaminação impõe barreiras profundas ao pleno exercício dos direitos culturais e espirituais das comunidades de origem.

Desde a década de 1970, comunidades indígenas nos Estados Unidos, como os Zuni do Novo México, iniciaram pedidos formais de repatriação de objetos sagrados sob guarda de instituições museológicas (Clavir, 2020). Esses movimentos se intensificaram nas décadas seguintes, culminando na promulgação, em 1990, da lei federal Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA), que reconhece o direito dos povos nativos à restituição de restos humanos, objetos fúnerários, bens ceremoniais e quaisquer itens culturais vinculados à sua história e identidade.

A partir desse marco, surgiram debates sobre as implicações do uso de pesticidas em objetos a serem repatriados. Muitos desses bens foram tratados com compostos altamente tóxicos, sem qualquer registro sistemático dessas intervenções. Isso impõe hoje uma dupla violência: à contaminação física dos objetos soma-se a interdição simbólica de seu uso, dificultando ou mesmo impossibilitando a reativação de seus sentidos culturais e espirituais pelas comunidades a que pertencem.

Essa problemática, embora institucionalizada nos Estados Unidos, também se manifesta em outros contextos. No Brasil, ainda não existe uma legislação equivalente ao NAGPRA, mas observa-se um crescente envolvimento de comunidades indígenas nos processos curatoriais e expositivos dos museus, a exemplo do que ocorre hoje no MAE/USP. Com essa aproximação, surgem demandas de uso cultural dos objetos e, consequentemente, de identificação de riscos associados à contaminação.

Nesse cenário, a descontaminação dos objetos torna-se uma condição ética e política para o direito ao retorno e ao uso pleno dos bens culturais. Sem esse cuidado, os objetos permanecem aprisionados entre vitrines e armários, indisponíveis para tocar, vestir, sentir ou ouvir. Um som ancestral emitido por uma flauta contaminada, que não pode ser tocada, é um testemunho silencioso de memórias interrompidas. A presença de pesticidas impõe, assim, uma fronteira invisível entre o museu

e a comunidade, entre o objeto e sua função, entre a memória e sua possibilidade de reativação.

Desde os anos 2000, diversos estudos vêm investigando métodos para reduzir a contaminação por pesticidas em objetos do patrimônio cultural. As técnicas testadas incluem aspiração controlada e limpeza úmida (Glastrup, 2001), extração com fluido supercrítico (SFE) utilizando dióxido de carbono sob diferentes parâmetros (Tello, 2006; Tello; Unger, 2010; Wörle et al., 2020), limpeza a laser (Asmus, 2011; Schmidt et al., 2017) e degradação térmica por exposição a altas temperaturas (Paz; Wilke, 2022). A radiação ionizante também pode ser uma técnica promissora para mitigar a presença de pesticidas em bens culturais (Delgado Vieira et al., 2025). Cada um desses métodos apresenta vantagens e limitações específicas, e sua aplicabilidade deve ser cuidadosamente avaliada para garantir a redução eficaz dos pesticidas sem comprometer a integridade dos objetos. Até o momento, essas abordagens ainda se encontram em fase de pesquisa e não foram sistematicamente implementadas por instituições culturais.

Conclusão

Ao longo da história recente dos museus, os pesticidas foram adotados como soluções invisíveis para problemas visíveis. Hoje, sabemos que essas substâncias, que têm por objetivo eliminar formas de vida, deixaram marcas persistentes e criaram consideráveis limitações para o manuseio, o uso e a restituição desses bens culturais.

A vida cultural de um objeto não termina ao cruzar a porta da reserva técnica de um museu. Trata-se de uma longa travessia entre mundos, desde sua origem enquanto artefato, passando por seus usos rituais ou cotidianos, pelas histórias de coleta e deslocamento, até sua permanência, estudo e exposição no museu. E, para diversas comunidades de origem, esses objetos não são apenas conjuntos de materiais: são entidades vivas, espiritualmente ativas, com direitos e agência próprios. Para as comunidades de interesse, nos museus esses objetos seguem vivos em outras dimensões.

Por isso, é fundamental reconhecer que os museus não são espaços neutros. São territórios vivos, onde humanos, artefatos, pragas e produtos químicos coexistem, interagem e se transformam mutuamente. Conservar é aceitar que objetos estão em constante transformação e que a estabilidade que os conservadores buscam é, na verdade, temporária e negociada.

Práticas atuais incorporaram métodos mais sustentáveis para a preservação dos bens culturais, substituindo tratamentos químicos em massa por estratégias de monitoramento, prevenção e aplicação de técnicas atóxicas. Isso exige que conservadores assumam também uma postura crítica diante das consequências de suas escolhas: um tratamento hoje pode implicar restrições éticas no futuro.

A prática contemporânea da conservação reconhece os museus como ecossistemas dinâmicos, nos quais a vida de um objeto deve ser entendida como a soma de todos os seus estados e transformações – inclusive aqueles impostos pelos próprios museus. É nesse espaço que seres animados e inanimados coexistem, interagem, entram em conflito e se transformam mutuamente de forma contínua. Conservar é um compromisso com o passado, com o presente e com os futuros possíveis de um objeto. É reconhecer que cada escolha envolve perdas e ganhos. Mas é também aprender a mediar esse conflito contínuo de modo que os objetos permaneçam e estejam à disposição no presente e no futuro.

Nesse processo, é essencial que os profissionais envolvidos com a conservação, documentação e gestão de acervos estejam cientes dos riscos associados à contaminação por pesticidas. A responsabilidade institucional não se restringe à mitigação técnica dos danos, mas se estende à busca ativa por informações sobre tratamentos antigos, à tentativa de reconstrução histórica das intervenções realizadas e à comunicação clara dos riscos aos diversos públicos que interagem com esses objetos. Desenvolver protocolos para o acesso e a manipulação de possíveis itens contaminados é uma medida de comunicação aberta que tende a informar e proteger técnicos, pesquisadores, visitantes e, especialmente, membros de comunidades de origem. Além de orientar condutas seguras, esses protocolos também promovem a transpa-

rência institucional e fortalecem o compromisso ético das instituições com a preservação e o uso responsável do patrimônio cultural.

A implementação de estratégias de registro e disseminação dessas informações deve ser uma prioridade. Isso inclui o uso de bases de dados integradas e o desenvolvimento de fichas catalográficas adaptadas, que incorporem campos específicos para a documentação de tratamentos anteriores, presença de contaminantes e orientações de manuseio. No MAE/USP, essas iniciativas serão incorporadas progressivamente às rotinas museológicas, como parte de um compromisso com a transparéncia, a segurança e a ética na conservação patrimonial.

Reconhecer e registrar essa história não é apenas uma medida preventiva: é também uma forma de garantir que os objetos continuem vivos. Não apenas materialmente, mas em sua potência simbólica, relacional e transformadora.

Bibliografia

ALMEIDA, T. H. Bibliotecários e cientistas versus insetos bibliófagos: o combate em acervos culturais. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST*, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2021v14n2p48-75>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ASMUS, J.F. Decontaminating pesticide-exposed museum collections. In: RADVAN, R. et at. (Eds). *Lasers in the Conservation of Artworks VIII. Proceedings of the International Conference on Lasers in the Conservation of Artworks VIII (LACONA VIII)*, 21-25 set. 2009, Sibiu, Romania. Boca Raton: CRC Press, p. 33-37, 2011.

BANGSTAD, T. R. Pollution and permanence: museum repair in toxic worlds. *Museums & Social Issues*, v. 15, n. 1-2, p. 13-27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15596893.2022.2083356>. Acesso em: 9 jul 2023.

BURGI, S.; MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.) *Banco de dados: materiais empregados em conservação-restauração de bens culturais*. Rio de Janeiro: ABRACOR, 1990.

CLAVIR, M. *Heritage Conservation and Social Engagement*. Londres: UCL Press, 2020. Cap. 2. Conservation and collaboration: a discussion. p. 30-45.

COLLINS, C. (ed.). *The Care and Conservation of Paleontological Material*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1995.

DAWSON, J. The Effects of Insecticides on Museum Artifacts and Materials. In: ZYCHERMAN, L.A.; SCHROCK, J. R. (Eds.). *A Guide to Museum Pest Control*. Washington, DC: Foundation of the American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works and Association of Systematics Collections, 1988, p. 135-150.

DELGADO VIEIRA, A. C. Análisis de riesgo en el contexto del museo de arqueología e etnología-Universidad de São Paulo, Brazil (MAE/USP). *Objects from Indigenous and World Cultures: Conservation Newsletter*, v. jul. 2017. n. 2, p. 4-17, 2017. Disponível em: <https://www.icom-cc.org/en/downloads/objects-from-indigenous-and-world-cultures-newsletter-2-july-2017>. Acesso em: 29 dez. 2024.

DELGADO VIEIRA, A.C; SALVADOR, P. A. V.; SANTOS, P. de S. Moving toward Sustainable Conservation: Experience of the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE-USP). *Anais ICOM-CC 20th Triennial Conference Preprints*, Valencia, 18-22 set. 2023. Paris: ICOM, 2023. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/940d8900-41c8-4e12-996b-c036c7e242c5/PACDV.17%20-%203153071.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2025.

DELGADO VIEIRA, A. C.; SALVADOR, P. A. V.; OLIVEIRA, M. J. A.; WANDERMUREN, M. N. Degradation of Chlorinated Organic and Pyrethroid Pesticides Induced by Gamma Irradiation in Cultural Heritage. *Third International Conference on Applications of Radiation Science and Technology (ICARST-2025)*. Disponível em: https://www.gov.br/cnen/iaea-conference/584_DELGADOVIEIRA_POS.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

GLASTRUP, J. The Effectiveness of Compressed Air in the Removal of Pesticides from Ethnographic Objects. *Collection Forum*, v. 16, n. 1-2, p. 19-22, 2001.

GOLDBERG, L. A. History of Pest Control Measures in the Anthropology Collections, National Museum of Natural History, Smithsonian Institution. *Journal of the American Institute for Conservation*, v. 5, n. 1, p.23-43, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/019713696806124601>. Acesso em: 27 jun. 2023.

HUECK, H. J. *Textile conservation*. Cap. Textile pests and their control. Londres : Butterworth & Co, 1972. p. 87-89.

KATHPALIA, Y. P. *Conservation et restauration des documents d'archives*. Paris: UNESCO, 1973. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137650>. Acesso em: 21 mai 2023.

KÜHN, H. *Conservation and Restoration of Works of Art and Antiquities*. Londres, Butterworth & Co, 1986, p. 229-230.

ODEGAARD, N.; SADONGEI, A. *Old Poisons, New Problems: A Museum Resource for Managing Contaminated Cultural Materials*. Walnut Creek: Altamira Press, 2005.

PAZ, B., WILKE, N. An Investigation into the Decontamination of Biocide Polluted Museum Collections Using the Temperature and Humidity Controlled ICM Method. In:

FURFERI, R.; GIORGI, R.; SEYMOUR, K.; PELAGOTTI, A. (eds). *The Future of Heritage Science and Technologies: Materials Science*. Florence Heri-Tech 2022. Advanced

Structured Materials, v. 179. Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-15676-2_12. Acesso em: 13 mar. 2023.

SCHMIDT, B.A.; PENTZIEN, S.; CONRADI, A.; KRÜGER, J. Femtosecond and Nanosecond Laser Decontaminations of Biocidalloaded Wooden Artworks. *Applied Physics A: Material Science & Processing*, p. 123:696, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00339-017-1316-4>. Acesso em: 29 mai. 2022.

TELLO, H. *Investigations on Super Fluid Extraction (SFE) with Carbon Dioxide on Ethnological Materials and Objects Contaminated with Pesticides*. Tese (Studiengang Restaurierung / Grabungstechnik der Fachhochschule für Technik und Wirtschaft Berlin). Berlim: Hochschule für Technik und Wirtschaft Berlin, 2006.

TELLO, H. Les insecticides, témoins silencieux dans les collections du Musée d'ethnologie de Berlin: Les collections muséales du Musée d'ethnologie de Berlin entre preservation et délabrement. *Trouble dans les collections*, Musée Théodore Monod de l'IFAN (Dakar), 2021. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-03407895>. Acesso em: 25 jul 2022.

TELLO, H. E.; UNGER, A. Liquid and Supercritical Carbon Dioxide as a Cleaning and Decontamination Agent for Ethnographic Materials and Objects. In: CHAROLA, A.E.; KOESTLER, R.J. (eds.). *Pesticide mitigation in museum collections: science in conservation*. Proceedings from the MCI Workshop Series. Washington DC: Smithsonian Institution Scholarly Press, p. 35-50, 2010.

WÖRLE, M.; LOMBARDO, T.; HUBERT, V.; HILDBRAND, E.; MÜRAU, E.; MAYER, I.; HINTERLEITNER, C.; VON ARX, U.; MOSER, H.; LEHMANN, R. Decontamination of Biocide Treated Museum Objects of the Swiss National Museum's Collection by Liquid CO₂ Technology. *Studies in Conservation*, v. 65, n. 2, p. 77-85, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00393630.2019.1662644>. Acesso em: 9 mar. 2024.

Os objetos têxteis como documento: o trabalho com o acervo de figurinos do Centro de Pesquisa Teatral (CPT)

Felipe Andrade Batista

Introdução

O Sesc Memórias é o centro de memória do Sesc São Paulo, criado em 2006 com o objetivo de preservar a memória institucional ao reunir, tratar, sistematizar e disponibilizar a documentação produzida e/ou acumulada pela instituição ao longo de quase 80 anos de existência. O acervo do Sesc Memórias é composto por uma documentação de variados gêneros, suportes, formatos, tipologias e dimensões. Sob sua guarda, encontra-se o acervo do Centro de Pesquisa Teatral (CPT).

O CPT foi criado pelo Sesc São Paulo em 1982 com a intenção de formar profissionais nas áreas técnicas do teatro (atuação, cenografia, iluminação, figurino e dramaturgia), além de promover reflexões sobre o fazer teatral. O CPT está localizado no Sesc Consolação e era coordenado desde o início pelo diretor Antunes Filho, reconhecido pelas experimentações estéticas e pela preocupação com a pesquisa e o método, até o seu falecimento em 2019.⁸

O trabalho de preservação do acervo do CPT realizado pelo Sesc Memórias tem início em 2010. O primeiro passo foi realizar um diagnóstico para identificar a composição desse acervo. Durante o período de

8. Para maiores informações sobre o CPT e o diretor Antunes Filho, cf.: Milaré, 2010; Teatro Sesc Anchieta, 1989; Mate, 2017.

atividade do grupo teatral, uma vasta documentação havia sido acumulada, composta por programas dos espetáculos, cartazes, recortes de noticiário, textos de referência, manuscritos, ampliações fotográficas, fitas VHS, além dos trajes teatrais e objetos cênicos utilizados nas montagens.

O presente artigo procura fazer uma breve reflexão sobre a importância da preservação dos trajes de cena e apresentar o trabalho realizado pelo Sesc Memórias com o acervo de figurinos do CPT.

O traje como documento

Os acervos têxteis são compostos por uma grande variedade de objetos, como tapeçarias, cortinas e tapetes, por exemplo. Outro tipo de objeto que remete aos têxteis são os trajes, que podem ser divididos em três categorias principais: eclesiástica, militar e civil. Esta última possui algumas subdivisões, como trajes sociais, regionais, profissionais, destacando-se os trajes de cena (Viana; Neira, 2010).

Formados pelas vestimentas e acessórios utilizados em apresentações cênicas, os trajes de cena não ficam restritos ao teatro, podendo ser encontrados em espetáculos de dança, em filmes e novelas. Eles são normalmente confeccionados por um profissional especializado, o figurinista. No entanto, podem também ser produzidos pelas próprias atrizes e atores que os utilizarão em cena. A partir desse entendimento, e destacando que nossa atenção será voltada aos figurinos de teatro, qual a importância de se preservarem os trajes de cena?

A preservação dos trajes teatrais é importante pois permite a salvaguarda da memória do teatro de uma cidade ou país e do patrimônio cultural de um grupo teatral. A principal finalidade na criação dos figurinos é seu uso no espetáculo para o qual foi confeccionado, como um dos elementos representativos das personagens interpretadas. A relação dos trajes com os movimentos corporais das atrizes e atores que "dão vida" ao personagem e a experiência sensorial do público com os figurinos durante a apresentação são momentos únicos. Os trajes, mesmo sendo apenas fragmentos de um espetáculo, carregam em sua materialidade

uma potência de informações e significados que, após o seu uso em cena, são habilitados a serem compreendidos como documentos.

Na medida em que são utilizados como fonte de pesquisa, as roupas como um todo permitem desvendar aspectos históricos, sociais e culturais de determinada sociedade. Muitas vezes, o que não está visível num primeiro olhar esconde uma riqueza de detalhes passível de ser explorada pelos pesquisadores.¹

No caso dos trajes de cena, a identificação de alguns elementos possibilita traçar sua biografia por meio da contextualização da produção (Lopes, 2009). As técnicas e os materiais empregados na confecção dos trajes; o tipo de costura (manual ou com máquina), detalhes que revelam características autorais na sua produção; as referências utilizadas na pesquisa e elaboração da indumentária, assim como a releitura de figurinos existentes; as dimensões dos trajes que possibilitam reflexões sobre os tipos de corpos que os utilizavam em cena; as marcas do tempo e de uso... enfim, todos esses pontos costuram a história do próprio traje, as particularidades de cada espetáculo e a trajetória da companhia como um todo.

Uma das características dos figurinos é sua fragilidade. Eles possuem uma tendência a ter uma durabilidade menor por conta de alguns fatores, como o desgaste pelo uso em ensaios e nas apresentações da peça, pela reutilização, em alguns casos, em mais de um espetáculo e pelo tipo de material que é usado para sua confecção. Por isso, ao constituir um acervo de trajes de cena, os métodos de tratamento e conservação a serem empregados são de fundamental importância para a preservação dessa memória. Esse cuidado foi uma etapa importante no trabalho realizado junto ao acervo de figurinos do Centro de Pesquisa Teatral do Sesc São Paulo.

1. Em sua tese de doutorado, Manon de Salles Ferreira pontua que: "O lado do avesso das roupas nos permite ter uma série de informações sobre o maquinário usado, a época da confecção, as reformas, os tecidos, aviamentos, os autores e tantas outras que enriquecem a pesquisa" (Ferreira, 2015, p. 29).

O processo inicial do trabalho

O Sesc Memórias inicia o trabalho com o acervo do CPT em janeiro de 2010. A trajetória de mais de 20 anos do grupo até aquele momento, o reconhecimento junto à cena artística e ao público, além da importância do trabalho do CPT para o cumprimento da missão institucional do Sesc e sua relevância na história do teatro paulista e, em maior medida, brasileiro, justificaram o interesse e a necessidade de preservação de seu acervo.²

A documentação acumulada pelo grupo durante o período em que se apresentou nos palcos do Teatro Anchieta, do Brasil e de outros países era constituída por diversos gêneros. A primeira etapa de trabalho consistiu em realizar um diagnóstico junto a esse acervo para identificar os vários suportes e formatos dos documentos e dividi-los em núcleos para iniciar o seu tratamento. Foram formados ao todo quatro núcleos: núcleo gráfico-textual, núcleo fotográfico, núcleo audiovisual e núcleo de indumentária. Esse último era constituído pelos trajes e objetos de cena utilizados nas apresentações do CPT.

O resultado do diagnóstico junto ao acervo dos figurinos possibilitou identificar as condições de organização e conservação dos trajes e acessórios. O espaço em que estavam guardados não atendia às condições ideais para sua preservação – não havia controle de umidade e temperatura, além da exposição a luz e sujidades. Além disso, o acondicionamento em cabides não era adequado, e não era possível fazer uma distinção entre trajes “históricos” – que tinham sido utilizadas em espetáculos com ciclo já finalizado – e trajes de uso corrente – aproveitados em ensaios e experimentações de novas montagens pelos integrantes do grupo, uma vez que esses dois segmentos de trajes não tinham uma divisão evidente e estavam agrupados no mesmo local.

O primeiro passo de intervenção junto a esse acervo foi realizar a identificação das peças e separá-las por espetáculo e ordem cronológica. Essa tarefa foi possível realizando uma pesquisa junto aos outros docu-

2. A síntese apresentada a seguir sobre a aproximação do Sesc Memórias junto ao acervo do Centro de Pesquisa Teatral toma como base a palestra feita por Sergio Silva, responsável pelo início deste trabalho, no I Seminário de Preservação e Acervos Teatrais realizado na Universidade de São Paulo em 2012 e que foi publicada posteriormente (Silva, 2015).

mentos do acervo do CPT e em conversas com membros da companhia. Esse levantamento documental foi fundamental para associar os trajes a personagens, atores, figurinistas e espetáculos.

Como o tratamento do acervo de documentação têxtil tinha certas especificidades e era uma novidade para a equipe do Sesc Memórias, foi proposto um projeto-piloto de tratamento com 15 trajes que representavam uma amostra da complexidade e da variedade do acervo de figurinos e que previam a realização das etapas de higienização e armazenamento das peças. Após o balanço realizado pela equipe em torno dos resultados desse piloto, visitas técnicas e estudos de outras instituições com experiência nesse tipo de acervo, foi possível desenvolver uma metodologia de tratamento com os figurinos do CPT.

A metodologia

A metodologia para a organização do acervo de figurinos foi composta por alguns passos:

1. Definição de termos

O primeiro movimento foi convencionar o uso de alguns termos para designar de maneira ampla os objetos que compunham o acervo de indumentárias do CPT, evitando ambiguidades durante sua organização. O Sesc Memórias estabeleceu como critério os seguintes termos: “peça” como cada item que compõe um traje (por exemplo, uma calça, uma camisa ou um chapéu são tratados individualmente); “traje” consiste na reunião desses itens durante sua recomposição; “figurino” é o conjunto de trajes utilizados em cena durante um espetáculo. [Figura 1]



Figura 1: Exemplo de peça, traje e figurino do espetáculo Gilgamesh. Fotos: Bob Sousa

2. Contexto de produção

Em seguida, foi realizada uma pesquisa junto a outros documentos relativos ao CPT, como fotografias, material audiovisual, cartazes e programas dos espetáculos, para compreender o contexto de produção do acervo dos trajes. Esse levantamento permitiu localizar as pessoas que participaram da produção do espetáculo – direção, figurino, cenografia, atores e respectivos personagens – e ter um primeiro contato com os figurinos em cena.

3. Identificação, agrupamento e recomposição

Como resultado dessa pesquisa documental, foi possível fazer um mapeamento do acervo com a identificação dos trajes e reagrupá-lo por espetáculos, garantindo uma melhor organização (considerando que o armazenamento, realizado até aquele momento, não era sistematizado). Outra consequência dessa etapa foi a recomposição das peças, ou seja, recuperar a associação dos itens que compõem os trajes de determinada montagem. Um aspecto fundamental foi a obtenção de informações, quando possível, junto ao figurista responsável pela criação dos trajes ou junto a membros do elenco que atuaram na montagem, para uma maior precisão do trabalho. [Figuras 2 e 3]



Foto: Paquito

Figura 2: Fotografia de cena utilizada para identificar traje do espetáculo *Vereda da Salvação*. Foto: Paquito



Foto: Bob Sousa

Figura 3: Traje do espetáculo *Vereda da Salvação*. Foto: Bob Sousa

4. Inventário e diagnóstico de conservação

O próximo passo foi a elaboração de um inventário para fazer a quantificação e listagem dos itens, com o intuito de projetar a dimensão do acervo de figurinos e planejar as ações seguintes. Em paralelo a esse inventário, foi realizado um diagnóstico do estado de conservação de cada peça, com uma breve descrição do item, se ele continha algum tipo de dano (sujidade, rasgo, parte descosturada, dentre outras possibilidades) e a ação sugerida para o seu tratamento (higienização e reparo).

Por conta das especificidades que envolvem um acervo têxtil, a equipe do Sesc Memórias indicou a contratação de profissionais especializados no tratamento e conservação de figurinos para que pudessem determinar as intervenções mais adequadas a cada peça. Uma das premissas para esse trabalho era contar com especialistas que pudessem estar familiarizados com o acervo e a produção cênica do CPT.³

5. Higienização e reparos

Com a contratação de profissionais especializados, dá-se início à etapa de higienização e reparos [Figura 4]. Todos os processos realizados nesse momento são descritos em fichas técnicas elaboradas individu-

3. Os profissionais que encabeçaram esse trabalho durante momentos distintos foram Rosângela Maria Ribeiro e J. C. Serroni, ambos com experiência profissional no CPT, participando como figurinistas de alguns dos espetáculos.

almente para cada traje. A ficha possuía campos para identificar a qual espetáculo o traje pertence, o figurinista que o produziu, registro fotográfico anterior ao tratamento, o número de peças que o compõe e sua descrição detalhada (tipo de material, dimensões, aviamentos, técnica de manufatura), descrição do estado de conservação, planejamento dos processos de intervenção e relato dos procedimentos realizados, nesse caso, o tipo de higienização e os reparos quando necessários.

Na higienização priorizou-se a utilização de pincéis apropriados para a limpeza de áreas com relevo e sulcos com acúmulo de sujidade e de aspiração com a utilização de tecido com tramas fechadas (tule ou museline) para proteção da peça durante a intervenção. Em casos muito específicos, quando a peça estava em estado de conservação ruim, com manchas, por exemplo, optou-se por lavagem manual em água destilada, com esponja macia e detergente neutro, e secagem plana, à sombra, com ventilação natural e em ambiente com controle de temperatura. Em relação aos reparos, adotou-se o conceito de intervenção mínima (Viana; Neira, 2010), com a troca de aviamentos ou pequenas costuras com técnicas especiais para intervir minimamente na composição das peças.



Foto: Adauto Perin

6. Registro fotográfico

Após o tratamento das peças, o momento seguinte é o registro fotográfico dos trajes. Com a orientação do fotógrafo Bob Sousa, especialista em fotografia de teatro e responsável por registrar os trajes do CPT, utilizaram-se manequins, iluminação e espaço apropriados, no caso, o palco do Teatro Anchieta, onde a maioria dos trajes teve "vida" durante os espetáculos encenados pelo grupo. O registro foi pensado a

partir da possibilidade de usar essas imagens para difusão do acervo e para auxiliar a catalogação dos trajes.

7. Catalogação

A catalogação baseia-se na sistematização das informações relevantes para a pesquisa dos trajes, como: título do espetáculo, descrição dos trajes, período do espetáculo, nome da personagem, figurinista ou figurinistas responsáveis e notação para localização do traje no acervo. A notação estabelecida foi a seguinte: cpt50/01, em que “cpt” refere-se ao acervo do CPT; “50” é número padrão para os figurinos; “01” como a identificação do traje, seguindo uma lógica sequencial. Há casos em que os trajes possuem peças sobressalentes ou adereços acondicionados em embalagens separadas, gerando um acréscimo no número de notação. Por exemplo, cpt50/01.01, em que o número após o ponto final refere-se aos adereços ou peças sobressalentes do traje identificado pelo número anterior.

8. Acondicionamento e armazenamento

A última etapa do trabalho com os figurinos é seu acondicionamento e armazenamento. O acondicionamento dos trajes é feito em cabides acolchoados e revestidos em malha cirúrgica, adaptados às diferentes necessidades de suporte (trajes maiores e mais pesados refletem essas adaptações), envoltos em capas protetoras de TNT para evitar exposição a luz e sujidades [Figuras 5 e 6]. As capas possuem um bolso externo transparente, onde se encontra uma ficha com a foto do traje, notação e espetáculo, evitando contatos desnecessários com as vestimentas. Os figurinos ficam sustentados em araras de metal. Já os acessórios ou objetos cênicos ficam guardados em embalagens de TNT confeccionadas individualmente, levando em conta suas dimensões. Esse acervo encontra-se armazenado em uma reserva técnica especializada na guarda de obras de arte, em ambiente estável, com controle de iluminação, temperatura e umidade.



Figura 5: Trajes acondicionados em capas de TNT. Foto: Matheus José Maria



Figura 6: Cabides adaptados de acordo com as especificidades do traje. Foto: Ricardo Ferreira

Considerações finais

O trabalho que o Sesc Memórias realizou junto ao acervo de figurinos do CPT durante esses 15 anos foi muito desafiador, considerando as especificidades e a complexidade em lidar com um tipo de acervo que não tinha precedentes para a equipe em contato com a documentação produzida e acumulada pela instituição. Ao mesmo tempo, é muito gratificante ver o resultado desse processo: o acervo de figurinos é composto por 792 itens, entre trajes e acessórios, de 27 espetáculo diferentes encenados pelo grupo teatral.

A preservação da memória dos figurinos do CPT é importante, mas não basta por si só. Uma iniciativa de difusão desse acervo são As Coleções e Acervos Históricos CPT_Sesc. Localizada na plataforma Sesc Digital (www.sesc.digital/home), a proposta das Coleções é apresentar uma seleção de itens que compõem o acervo do CPT a partir dos espetáculos. São fotografias de cena, programas das apresentações, vídeos, que contam o processo de trabalho junto ao acervo, dentre outros documentos. O destaque são as fotos dos trajes e figurinos feitas pelo fotógrafo Bob Sousa no palco do Teatro Anchieta. Essa iniciativa é apenas uma das várias possibilidades de dar visibilidade à riqueza de um acervo de figurinos.

Bibliografia

AZEVEDO, Elizabeth R. (org.). *Anais do I Seminário de Preservação de Acervo Teatrais*. São Paulo: USP-PRCEU; TUSP; LIM CAC, 2015.

FERREIRA, Manon de Salles. *A roupa depois da cena*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, Renata Vieira. *A roupa no museu*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Educação Artística), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2009.

MATE, Alexandre (org.) *Teatro Sesc Anchieta: um ícone paulistano*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

MILARÉ, Sebastião. *Hierofania: o teatro segundo Antunes Filho*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2010.

RADICCHI, Gerusa de Alkmim. A preservação de acervos de figurinos: metodologias e desafios. *Museologia e Patrimônio*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 189-197, 2015.

SILVA, Sergio. *Organização do acervo do CPT/Sesc-SP*. In: AZEVEDO, Elizabeth R. (org.). *Anais do I Seminário de Preservação de Acervo Teatrais*. São Paulo: USP-PRCEU; TUSP; LIM CAC, p. 38-44, 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). *Teatro Sesc Anchieta*. São Paulo: Serviço Social do Comércio (Sesc), 1989, p. 103 – 128

VIANA, Fausto; NEIRA, Luz García. Princípios gerais de conservação têxtil. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 206 – 233, 2010.



Sobre os Autores

ALESSANDRA BARBOSA

Conservadora-restauradora de obras gráficas. É mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e especialista em Conservação e Restauro de documentos gráficos no SENAI. Atualmente coordena o Laboratório de Conservação e Restauro do Centro de Memória-Unicamp.

ANA CAROLINA DELGADO VIEIRA

Bacharel e mestre em História pela Universidade de São Paulo, é técnica em Conservação e Restauro, especialista em Conservação de Materiais Arqueológicos e doutoranda pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. É conservadora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) desde 2008 e responsável pelo diagnóstico de coleções e pela preparação de itens da coleção para exposições, empréstimos e pesquisa.

BRUNO DELMAS

Professor emérito de Arquivística, Diplomática e História das Instituições na École Nationale des Chartes (Paris) e ex-presidente da Academia de Ciências de Ultramar. Atuou como consultor em diversos países e lecionou em universidades da Europa, África, Ásia e América. Esteve em várias ocasiões no Brasil e no Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), pelo qual publicou *Arquivos para quê?*, em 2010.

CAMILLA CAMPOI DE SOBRAL

Camilla Campoi de Sobral é doutora e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou em projetos no Arquivo Nacional, na Fundação Casa de Rui Bar-

bosa e como consultora da empresa Profissionais da Informação, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP). Foi arquivista da Força Aérea Brasileira (FAB) e professora do curso técnico em Arquivo da Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec/SP). Atualmente, é curadora do Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, além de docente na pós-graduação *Museologia: Preservação, Gestão e Difusão*, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

CARLOS ARI SUNDFELD

Professor Titular da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Doutor e mestre pela Faculdade de Direito da PUC-SP, é presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP).

FELIPE ANDRADE BATISTA

Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, atua como pesquisador do Sesc Memórias, centro de memória do Sesc São Paulo, realizando o tratamento da documentação institucional e o atendimento de pesquisas e participando das ações de difusão do acervo. Atualmente, integra a frente de trabalho com o acervo do Centro de Pesquisa Teatral (CPT).

GISELLE PEIXE

Museóloga, formada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Desenvolve, desde 1977, trabalhos de organização, implantação e revitalização de museus, documentação de acervos, curadoria, organização e montagem de exposições, treinamento de pessoal na área de museologia. Tem experiência em museus de arte e história, museus de empresa e projetos culturais ligados à memória e patrimônio, em vários estados brasileiros. Realiza coordenação editorial de publicações e participou da produção de vídeos na área de cultura. Prestou serviços a museus públicos e privados, centros de memória e coleções particulares.

LUCILE SUIRE

Responsável pelo projeto de Usos Digitais nos Archives Départementales du Calvados (Caen, França). Sua atuação concentra-se na relação com os usuários, investigando como tornar as ferramentas digitais mais acessíveis, compreensíveis e úteis para diferentes públicos. Durante o mestrado em Arquivística na Université Angers (França), organizou, em colaboração com colegas, uma jornada de estudos dedicada ao tema dos objetos nos arquivos.

PAULO DE FREITAS COSTA

Arquiteto e mestre em Artes pela Universidade de São Paulo. Em 1997 iniciou a catalogação da Coleção Ema Klabin, passando a atuar como curador da casa museu em 2001, após realizar um programa de pesquisa de um ano na National Gallery of Art, em Washington D.C. Publicou *Sinfonia de objetos* (Iluminuras, 2007) e, pela Fundação Ema Klabin, *A casa da rua Portugal* (2014), *A Coleção Ema Klabin* (org., 2017), *Porcelana europeia* (2018) e *Faca, colher e garfo: uma história* (2022), entre outros.

PAULO ELIAN DOS SANTOS

Doutor em história pela Universidade de São Paulo, é pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Foi diretor da Casa de Oswaldo Cruz entre 2013 e 2021. É autor dos livros *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização* (ARQ-SP, 2012) e *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina* (Teatral; Faperj, 2010).

RENATO DE MATTOS

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Coordena o projeto de pesquisa "Arquivos

presidenciais brasileiros no Rio de Janeiro: inventário do patrimônio documental e difusão do potencial histórico-cultural”, desenvolvido no âmbito do programa Jovem Cientista do Nossa Estado, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

SILVANA GOULART

Mestre em História pela Universidade de São Paulo, publicou em livro sua dissertação *Sob a verdade oficial* (Marco Zero, 1990), referente à imprensa e propaganda no período do Estado Novo. Especializou-se em Arquivologia e publicou os livros *Tempo e circunstância* (IFHC, 2007), que traz uma proposta metodológica para o tratamento de arquivos pessoais, e *Centros de memória: uma proposta de definição* (Sesc São Paulo, 2015), ambos em coautoria com Ana Maria Camargo. É consultora da Fundação Fernando Henrique Cardoso e sócia da Grifo Projetos Históricos e Editoriais, onde trabalha com a criação de centros de memória e gestão de documentos históricos.

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O